

Rafaela Barreto Sequeira

**A Imagem do Reino de Portugal e do Algarve na Crónica de  
1419**

Dissertação de Mestrado em História e Patrimónios

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Prof. Doutor Luís Filipe Oliveira



**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**2022**

**RAFAELA BARRETO SEQUEIRA**

**A IMAGEM DO REINO DE PORTUGAL E DO ALGARVE NA  
CRÓNICA DE 1419**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em História e Patrimónios  
Trabalho efetuado sobre a orientação do Prof. Doutor Luís Filipe Simões Dias de  
Oliveira

**UNIVERSIDADE DO ALGARVE**  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
FARO  
2022

## **Declaração de autoria de Trabalho**

### **A Imagem do Reino de Portugal e do Algarve na Crónica de 1419**

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados ao longo do texto e constam na listagem de referências incluídas

A Candidata,

---

Copyright em nome de Rafaela Barreto Sequeira

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado o devido crédito ao autor e editor.

## Agradecimentos

A escrita de uma tese é um processo longo e solitário, e não podia passar sem agradecer a todas que me ajudaram neste árduo caminho.

Ao Prof. Dr. Luís Filipe Oliveira, um muito obrigada pela sua paciência infindável e pela disponibilidade para ler e reler tudo o que sobre esta tese foi escrito e reescrito. Obrigada pela motivação em alturas mais desafiantes.

Aos meus pais e minha família, obrigada por serem sempre a minha base de apoio, dando-me liberdade para escolher o meu próprio caminho académico.

À Sara Guerreiro, obrigada pelas muitas tardes passadas na Biblioteca de Loulé, a trabalharmos e motivarmo-nos mutuamente. E obrigada pela ajuda imprescindível nos mapas que fazem parte desta dissertação, sem ti sem dúvida que seriam de muito menor qualidade.

Aos meus amigos Estevão Araújo, Melissa Barros, Tatiana Sofia, Tiago Candeias, Teresa Valente, Cátia Vieira, Marisa Bento, Mariana Botelho, João Pires, Ricardo Sabino, Catarina Custódio e Bárbara Caetano, pelo vosso apoio, por nunca me deixarem esquecer do objetivo e pela motivação nas horas mais complicadas.

Muito obrigada aos meus colegas de trabalho que tive ao longo do desenvolvimento desta tese. Pelo leve bullying de nunca me deixarem esquecer que tinha uma tese para escrever, e pela eterna paciência de me ouvirem dizer que a tese estava quase a acabar.

A todos estes, e mais alguns que possa ter-me esquecido, muito obrigada pelo apoio nos tempos difíceis, e muito obrigada pela alegria partilhada, agora que está a chegar ao final.

## Resumo

A C1419 foi descoberta há quase 80 anos, e desde essa altura, tem despertado o interesse dos investigadores, com estes a focarem-se nos estudos formais desta obra. Esta dissertação procura, para além de dar a conhecer estes conteúdos já averiguados, aprofundar a investigação desta obra, focando-se no conteúdo, nas personagens e na geografia presentes nela. Para atingir este objetivo, uma análise, como já foi dito, ao conteúdo da C1419 será feita, transformando-o em mapas e informação, que ajudaram a melhor perceber, não só esta fonte, mas também este período.

Esta dissertação olha para as menções presentes na C1419, desvendando os lugares que nela são descritos. Percebendo assim, quais os focos da narrativa, e os lugares ao torno dos quais esta se concentra, como, pelo contrário, onde se encontram os vácuos informativos, à procura do porquê que estes acontecem, e o que estas informações nos podem trazer de novo. Também olhará para as principais personagens descritas na obra, à procura de quem é o principal agente que guia a narrativa.

Para além de olhar internamente para o reino medieval português, também procura olhar para o exterior. Utilizando os mesmos métodos, olha também para as menções e personagens de outros reinos e condados, tanto da península, como do resto da Europa, falando ainda de todas as outras menções exteriores a este continente, extrapolando depois as relações que estes territórios manteriam com Portugal e de que forma seriam vistas pelas gentes do Quatrocentos.

Palavras-Chave: *Crónica de Portugal de 1419*, Idade Média, Geografia, Sociedade

## Abstract

Rediscovered almost 80 years ago, the Chronicle of Portugal of 1419, has been studied since then, with a focus on the formal parts of it. This dissertation will focus on, not only restating this information collected by others studies, but also in the content, the people and the geography inside the book. To understanding it better, it will analyse, as it was said, the content, transforming it into maps and information, that it will help to better understand, not only this chronicle, but the time described in it, as well.

This dissertation will look at the mentions present in the Chronicle of 1419, to unveil the places described in it. This way we will know the main focus of the narrative, and the places that are in the center of the action, and, on the other hand, the forgotten places, looking as to why this happens, and what this new information will bring to light. It will also focus on the people represented in the book, looking for the main agents that lead the narrative.

After looking inside the country, we will also look to the outside. Using the same methods we will also see the mentions to places and people for foreign kingdoms and counties. We will look at the remaining places inside the Peninsula, the rest of Europe, and the others places outside of this continent. With this information we will see the relations that these territories kept with Portugal, and how the people of the fifteenth century looked at them.

Key Words: Chronicle, Middle Ages, Gepgraphy, Society

# Índice

Declaração de autoria de Trabalho .....	I
Agradecimentos .....	II
Resumo.....	III
Abstract .....	IV
Índice .....	V
Índice de Figuras.....	VII
Índice de Mapas .....	VIII
Abreviaturas .....	IX
Introdução .....	1
1. A Crónica de Portugal de 1419 .....	3
1.1 Descoberta e Compilações .....	3
1.2. Problemática da Autoria.....	5
1.3. Fontes Usadas .....	8
1.4. Permanência Literária .....	13
2. O Reino de Portugal na Crónica de 1419.....	15
2.1. As Aglomerações .....	16
2.1.1. Beira Alta .....	16
2.1.2. Alto Alentejo.....	18
2.1.3. Minho .....	20
2.1.4. Algarve.....	23
2.1.5. Estremadura .....	26
2.2. As Zonas Esquecidas .....	31
2.2.1. Trás-os-Montes.....	31
2.2.2. Beira Baixa .....	32
2.2.3. Baixo Alentejo .....	33
3. As Gentes nos Espaços .....	36
3.1. Os monarcas .....	36
3.2. Os Nobres .....	45
3.3. Os religiosos e os eclesiásticos .....	51
3.4. Outros intervenientes .....	59
3.5. As Mulheres.....	60
4. O Reino, a Europa e o Ultramar .....	63
4.1 A Península .....	63

4.2. A Europa .....	77
4.3. Ultramar .....	79
Conclusão .....	81
Apêndices .....	85
Lista de Topónimos e Número de Referências.....	85
Aglomeração do Minho .....	88
Aglomeração da Beira Alta .....	88
Aglomeração do Alto Alentejo .....	89
Aglomeração do Algarve .....	89
Aglomeração da Estremadura .....	90
Topónimos Fora de Portugal e Número de Referências .....	91
Topónimos de Espanha .....	93
Topónimos Europa .....	95
Ultramar .....	95
Ordem Cronológica dos Reis de Portugal.....	96
Ordem Cronológica dos Monarcas de Castela, Leão e Galiza .....	96
Cronologia dos Reis de Castela.....	97
Cronologia dos Reis de Leão e Galiza .....	97
Cronologia dos Monarcas de Aragão .....	98
Mapas.....	99
Bibliografia.....	115
Fontes.....	115
Estudos .....	115

## Índice de Figuras

FIGURA 1 - PORMENOR DA AGLOMERAÇÃO DA BEIRA ALTA.....	16
FIGURA 2 - PORMENOR DA AGLOMERAÇÃO DO ALTO ALENTEJO.....	18
FIGURA 3 - PORMENOR DA AGLOMERAÇÃO DO MINHO.....	20
FIGURA 4 - PORMENOR DA AGLOMERAÇÃO DO ALGARVE.....	24
FIGURA 5 - PORMENOR DA AGLOMERAÇÃO DA ESTREMADURA.....	26

## Índice de Mapas

MAPA 1 - REPRESENTAÇÃO DE TODAS AS MENÇÕES NA C1419.....	99
MAPA 2 - REPRESENTAÇÃO DA FREQUÊNCIA DAS MENÇÕES.....	100
MAPA 3 - AGLOMERAÇÃO DO MINHO.....	101
MAPA 4 - AGLOMERAÇÃO DA BEIRA ALTA.....	102
MAPA 5 - AGLOMERAÇÃO DO ALTO ALENTEJO.....	103
MAPA 6 - AGLOMERAÇÃO DO ALGARVE.....	104
MAPA 7 - AGLOMERAÇÃO DA ESTREMADURA.....	105
MAPA 8 - REFERÊNCIAS NO REINADO DE D. AFONSO HENRIQUES.....	106
MAPA 9 - REFERÊNCIAS NO REINADO DE D. SANCHO I.....	107
MAPA 10 - REFERÊNCIAS NO REINADO DE D. AFONSO II.....	108
MAPA 11 - REFERÊNCIAS NO REINADO DE D. SANCHO II.....	109
MAPA 12 - REFERÊNCIAS NO REINADO DE D. AFONSO III.....	110
MAPA 13 - REFERÊNCIAS NO REINADO DE D. DINIS.....	111
MAPA 14 - REFERÊNCIAS NO REINADO DE D. AFONSO IV.....	112
MAPA 15 MOSTEIROS.....	113
MAPA 16 CASTELOS.....	114

## **Abreviaturas**

C1419 – Crónica de Portugal de 1419

C1344 – Crónica Geral de Espanha de 1344

IVCB – IV Crónica Breve

CMR – Crónica do Mouro Rasis.

CCA – Crónica da Conquista do Algarve

CBAN – Crónica Breve do Arquivo Nacional

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

*É preciso entender o silêncio dos historiadores.  
Para julgá-los, não é suficiente encontrar a proveniência do que sabiam;  
É necessário também ver o que sabiam e não disseram  
- Bernard Gueneé*

## Introdução

O tema desta dissertação tem a sua própria história. Começou com a vontade de fazer um estudo sobre a região do Algarve e foi esta vontade que levou à análise da representação deste na *Crónica de Portugal de 1419* (C1419). Mas o tema rapidamente se expandiu, para englobar todos os espaços descritos na C1419, devido ao interesse despertado por esta obra. No entanto, como a descrição dos espaços não é suficiente para descrever um país, foi preciso considerar também a forma como a população interage com esse espaço e como o percebe, para no final conseguirmos ter a mais completa *Imagem do Reino de Portugal e do Algarve na Crónica de 1419*, objetivo último desta dissertação.

Para realizarmos esta tarefa, foi necessário escolher um método e uma linha a seguir que tornassem este trabalho conciso e de fácil compreensão. Assim, usámos como fonte de inspiração e como guia a tese de doutoramento de Luís Krus, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*<sup>1</sup>. Como é evidente, tratou-se de recorrer a uma metodologia consagrada no estudo das concepções geográficas presentes em textos medievais. Através dela, espera-se que os mapas elaborados e os dados quantitativos recolhidos e apresentados permitam observações que tornem mais clara a compreensão da Crónica.

Como era de esperar numa dissertação que trabalha uma só fonte, a primeira tarefa passou pela leitura da própria C1419, ao mesmo tempo que se compilavam as informações que outros investigadores produziram sobre esta obra, desde que ela foi publicada. Todos estes dados da investigação anterior serão devidamente apresentados no primeiro capítulo da dissertação, por se entender que são essenciais à compreensão do texto e ao esclarecimento do trajeto desta Crónica, desde a época em que foi escrita até aos dias de hoje. Servirá esta exposição para tentar mostrar, também, as lacunas da investigação, ou, pelo menos, os aspetos mais esquecidos. Como se verá, são vários os estudos que analisaram os aspetos mais formais, como a descoberta desta e o problema da sua autoria, os vários manuscritos que dela se conservam, ou as fontes utilizadas pelo cronista, sem esquecer o seu estilo deste e a

---

<sup>1</sup> KRUS, Luis – *A concepção nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280 – 1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994

fortuna historiográfica da *Crónica de 1419*. São mais raros, porém, os trabalhos que foram além destas questões formais e procuraram interrogar a representação que a Crónica fazia do reino, aspeto central desta dissertação.

O segundo capítulo procurará caracterizar a imagem que o cronista tinha e difundia do conjunto do reino. Nele analisaremos a dispersão das referências geográficas presentes na C1419, recorrendo à metodologia escolhida. Através de dados quantitativos e de mapas, procurar-se-á verificar como estas se distribuem e se aglomeram em determinadas regiões, ou são escassas, ou quase nulas, para outras regiões. Na ocasião, serão tidos em conta os contextos em que aquelas menções foram feitas, para descobrir a forma como o território era visto e experienciado na segunda década do século XV.

O terceiro capítulo estará dedicado à análise dos diferentes grupos sociais com presença na C1419. Veremos aqui como são descritos os vários agentes que movem a narrativa, e a forma como a descrição dos monarcas, nobres, religiosos e outros intervenientes evolui ao longo da C1419. Dar-se-á idêntica atenção aos grupos esquecidos pelo cronista, em particular no que respeita às mulheres. Este capítulo evidenciará também a variabilidade de opiniões que os diferentes grupos sociais tiveram ao longo da história dos primeiros reinados portugueses, pois nem todos os reis receberam o mesmo nível de veneração, e nem toda a nobreza se mostrou apoiante do Rei, o que se reflete na forma como são descritos na C1419, para citar algumas destas oscilações.

No quarto e último capítulo, interrogar-se-ão as relações do reino com o exterior, tal como foram registadas pela Crónica. Analisaremos as alianças feitas com diferentes reinos, mas também as desavenças. Dividiremos este exterior em três secções: a Península, a Europa e o Ultramar, ou seja, todos os territórios exteriores à Europa. Desta forma, poderemos não só registar como evoluiu a relação do reino com cada um deles, mas averiguar também, por comparação, o peso deles na vida do reino e o como todos eram percebidos e representados.

Com este trabalho, espera-se contribuir, de algum modo, para um melhor conhecimento da geografia quatrocentista do reino, desvendando também de que forma esse reino era usado pelas suas gentes. E não só isso, como também, perceber de que forma este reino e os seus reinos vizinhos se relacionavam entre si.

# 1. A Crónica de Portugal de 1419

## 1.1 Descoberta e Compilações

A Crónica de 1419 foi primeiramente identificada por Artur de Magalhães Basto em 1942, quando um manuscrito dela foi descoberto na Biblioteca Municipal do Porto. Terá sido copiado em Santa Cruz de Coimbra, durante o séc. XVI, ou mesmo nos inícios do séc. XVII, sendo depois enviado para o Porto, por ocasião da extinção das ordens religiosas. Faz parte de um códice contendo parte da C1419, entre outros textos<sup>2</sup>. Magalhães Basto publicaria um livro fazendo o tratamento paleográfico<sup>3</sup>, mas nunca publicando uma edição crítica (Moreira, 2010, pp. 19,20).

Foi encontrado outro manuscrito em 1943, por Carlos da Silva Tarouca na Casa de Cadaval, em Muge. Tratava-se de um manuscrito mais antigo, e também mais completo, do que o publicado Magalhães Basto publicara. Foi começado por inícios de quinhentos, mas a cópia dele prolongou-se, possivelmente, durante toda a centúria. Deve corresponder a um trabalho desenvolvido durante o reinado de D. Manuel, quando se tentou fazer uma crónica dos reis até D. João II. Na concretização desta tarefa, várias foram as mãos que nela colaboraram ao longo do século, e várias as fontes usadas, em diversas alturas, para completar o trabalho (Moreira, 2010, pp. 16-18). Desse manuscrito, Carlos da Silva Tarouca publicou inicialmente o capítulo sobre o reinado de D. Dinis, *Crónica de D. Dinis*, e só mais tarde o texto integral, a *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal* (Calado, 1998, p. VII), tal como ele a designou.

Para além destes manuscritos, de longe os mais completos, foram encontrados outros três fragmentos. Embora tenham sido descobertos em sítios diferentes e inseridos em códices diversos — um na Biblioteca Pública Municipal do

---

<sup>2</sup> Para além da C1419, que ocupa as 178 primeiras páginas, neste manuscrito encontra-se ainda o relato da doação do castelo e vila de Santa Olaia, uma cópia do letreiro da sepultura de D. Afonso I, relato do aparecimento de Santiago a um bispo grego, o texto alusivo aos cinco mártires de Marrocos e a milagres por eles realizados e uma lista dos Reis de Portugal desde D. Afonso Henriques até D. Manuel (Moreira, 2010, pp. 19-20).

<sup>3</sup> BASTO, Artur de Magalhães – *Crónica de cinco reis de Portugal: inédito quatrocentista reproduzido do Cód. 886 da Biblioteca Pública Municipal do Porto; Seguido de Capítulos inéditos da versão Portuguesa da Crónica Geral de Espanha e outros textos*. Porto: Livraria Civilização, 1945.

Porto (BPMP) (Moreira, 2010, p. 20), outro no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) (Moreira, 2010, p. 23) e o último na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) (

Moreira, 2010, p. 25), estes em Lisboa —, todos estes fragmentos são respeitantes ao reinado de D. Sancho II. Há outras semelhanças, partilhadas pelos três extratos. Uma delas, é o facto de pertencerem a cópias das Crónicas de Duarte Galvão e de Rui de Pina, os quais, como se verá, são os principais responsáveis pela permanência da C1419 na historiografia portuguesa. Outra semelhança, que apenas é partilhada pelas versões da BPMP e pela BNP, é o facto de estas apresentarem uma numeração diferente, como se se tratasse de uma crónica individual (Moreira, 2010, pp. 22, 26). A existência destes três extratos, que apenas reproduzem o reinado de D. Sancho II leva-nos a supor que, durante o século XVI, terá circulado autonomamente uma crónica do reinado de Sancho II.

A edição crítica da C1419 feita por Adelino Calado, usada como fonte base desta dissertação, reúne e compara os dois manuscritos mais completos, editados por Magalhães Basto e Silva Tarouca, já que ambos se completam e permitem colmatar as lacunas um do outro. Para chegar à mais fiel reconstituição da C1419, houve que identificar e suprimir as secções adventícias, provenientes de crónicas posteriores. Mesmo assim, existem grandes lacunas no texto, havendo perdas importantes no fim do reinado de D. Dinis e no início do reinado de D. Afonso IV. Por esta mesma razão, é escusado especular quantos capítulos teria a C1419 no total. Sabemos apenas que atualmente são conhecidos 166 capítulos, mesmo que algum deles estejam bastante incompletos (Calado, 1998, pp. XXI-XXIII).

Muitos estudos foram já feitos sobre a Crónica de 1419, e, em particular, no que respeita à sua origem e composição. Desde logo, os que Magalhães Basto e Silva Tarouca lhe dedicaram, ao publicarem os códices do Porto e de Muge. Entre eles, o mais atual e abrangente é a tese de doutoramento de Filipe Alves Moreira, *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posterioridade*, publicada em 2013. Foi sobretudo a esta obra que se recorreu para a compreensão da crónica, antes de iniciarmos a análise que será feita deste trabalho.

## 1.2. Problemática da Autoria

Quando olhamos para uma fonte medieval, das primeiras questões que se levantam são as que dizem respeito à sua data de composição e autoria. O início da redação está expresso na própria obra: a “*composição desta crónica, assi como adiante diremos, a qual foi começada o primeiro dia de julho da era de 1457*” (C1419, p. 4). Nela foi usada a *Era de César*, pelo que ficamos assim a saber que a obra foi começada no primeiro dia de julho do ano de 1419 da *Era de Cristo*.

A questão da autoria é, porém, mais difícil de resolver. Em primeiro lugar, temos de olhar para o papel de autor através de duas lentes diferentes. Pela da Idade Média, o autor é quem encomenda, patrocina, ou supervisiona o trabalho de escrita de uma obra. Se olharmos pela lente atual, o autor será quem, efetivamente, escreveu a crónica (Moreira, 2010, p. 29). No que toca ao autor no sentido medieval do termo, poucas são as dúvidas que terá sido o Infante D. Duarte que a encomendou. A suspeita de o patrocinador ter sido um dos filhos de D. João I não era nova, nem desconhecida, mas há vários indícios que apontam para D. Duarte. Não só ele ser o único filho de D. João I do qual se conhecem iniciativas historiográficas, mas também porque, em algumas ocasiões, D. Duarte assinou documentos apenas como “o Infante” (Moreira, 2010, p. 30). E na própria obra existe uma passagem que atesta claramente a autoria régia: “E aprouve a Deos que asy fosse sempre bem manteuda [a regra de S. Bento] e he aguora em tempo que nós, o infante, fizemos esta coroniqua” (C1419, p. 39).

Normalmente, esta explicação de autoria seria mais que suficiente, sem necessidade de aprofundar quem teria sido a mão que efetivamente escreveu a obra. Mas devido ao facto de haver indícios que esta obra poderá ser da lavra do mais famoso cronista português, Fernão Lopes, leva a algumas observações adicionais, para aprofundar o assunto. Não havendo certeza de ter sido Fernão Lopes quem escreveu a crónica, há alguns testemunhos que apontam para ele. O mais relevante e mais conhecido é a carta, datada de 19 de março de 1434 em que D. Duarte reconhece que encarregou Fernão Lopes de escrever uma crónica dos reis de Portugal até D. João I:

“teemos dado Carrego a fernam lopez nosso escprium de **poer em caronyca as estorias dos Reys que antygame em Portugal foram** Esso meesmo os grandes feytos e altos do muy uertuosso E de grãdes uertudes ElRey meu Senhor e padre cuja alma deus aja E por quãto em tal obra elle ha assaz trabalho e há mujto de trabalhar Porem querendolhe agallardoar como a nos perteençe E querendolhe fazer graça e merce Teemos por bem [e] mandamos que ell aja de nos de teença em cada huũ ano Em todollos dias da ssua vyda des primeiro dia do mês de janeiro de ora foy da Era desta carta Em deante pera sseu mâtijmento quatorze mjil reaes em cada hũu ano”. (Moreira, 2010, p. 30, o sublinhado é nosso)

Esta referência é muito importante. Além dela, há outras menções de Fernão Lopes a esta sua crónica, pelo que ela é considerada uma das suas obras perdidas, que já assim o estaria no início do séc. XVI. Assumindo que o cronista terá terminado a tarefa e honrado o compromisso feito com D. Duarte, a C1419 corresponde, exatamente, aos reinados em falta na obra conhecida de Fernão Lopes. Se tivermos em conta, por outro lado, que a C1419 é contemporânea de Fernão Lopes e que esta foi composta no contexto da Corte Régia, tal como a sua restante obra, encontramos as razões dos que defendem que a obra pertence de facto a Fernão Lopes (Moreira, 2010, p. 44).

Apesar destes indícios, que apontam para a redação da Crónica por Fernão Lopes, há investigadores que não aceitam esta autoria. Um deles, e um dos críticos mais reticentes, é Adelino de Almeida Calado, o responsável pela edição crítica da C1419 e autor de uma introdução à obra. Alguns dos seus argumentos já foram discutidos e avaliados, mas importa estar ciente deles e também das objeções levantadas, nomeadamente por Moreira (Moreira, 2010, pp. 53-57). As observações de Almeida Calado baseiam-se sobretudo nas diferenças entre os estilos de escrita. Algumas características que estão ligadas a Fernão Lopes não estão presentes nesta obra. Como as frases de ligação ou de suspensão tradicionais, que são aí substituídas por outras literariamente mais elaboradas. Ainda que isto não possa ser refutado sem uma análise mais profunda da escrita de Fernão Lopes, existem, contudo, frases de

ligação que poderiam ser consideradas de estilo lopesino na C1419. É o que acontece, por exemplo, com frases como:

“Muytas outras [cousas] pequenas se fizeram em este tempo de hũa parte e da outra, as quaes, por não alongar a estoria, não curamos aquy de contar, mas que hum sesudo pode entender as hobras que huns aos outros fariom enquanto durase esta descomcordia, pois se desafiavom [os portugueses e os castelhanos] como mortais inimguos” (C1419, p. 258)

Da mesma maneira, a objeção de que Fernão Lopes já usava uma terminologia militar mais moderna, necessitaria igualmente de estudos mais aprofundados para se poderem tirar conclusões decisivas. Por outro lado, é certo que o cronista de 1419 não critica as fontes narrativas que utiliza, ao contrário do que é habitual em Fernão Lopes, por vezes com muita agressividade, como lembra Almeida Calado (Calado, 1998, p. XL). Mas, como adverte Alves Moreira, essa crítica agressiva das fontes está dirigida para a ideologia nelas presente, a qual merecia ser rebatida com maior ou menor violência (Moreira, 2010, p. 56). Tal como Fernão Lopes, o cronista de 1419 não valoriza a genealogia, e lembra Alves Moreira que o facto deve ser sublinhado, principalmente quando se pensa que se trata de uma crónica régia. A posição de ambos também não é muito diversa quanto às intervenções sobrenaturais. Ao contrário de Fernão Lopes, o cronista de 1419 parece valorizá-las e conceder-lhes mais espaço, mas a diferença é illusória. Como bem lembra Giuliano Macchi, basta ler as histórias da crónica de D. João I para confirmar o peso que nelas se dá ao sobrenatural e às intervenções divinas (Moreira, 2010, p. 56). Se Fernão Lopes criou, com efeito, uma sequência histórica mais completa e objetiva, isso deve-se ao facto de dispor de fontes e de documentos em maior número, que são mais escassos para períodos mais longínquos (Moreira, 2010, p. 54). Por fim, quanto à objeção que Fernão Lopes nunca deu a reis, ou a infantes, o estatuto de autores das suas crónicas, esta é, porém, uma realidade das obras conhecidas, podendo não o ser nas suas obras perdidas (Moreira, 2010, p. 53).

Partindo do princípio que a C1419 é o início da obra de Fernão Lopes, continuada depois com as suas obras conhecidas, a *Crónica de Dom Pedro I*, a *Crónica de Dom Fernando* e a *Crónica de Dom João I*, pode admitir-se que o autor,

como quem começava uma tarefa, só tivesse considerado necessário mencionar então o patrocinador do seu trabalho, uma única vez no início. No sentido medieval do termo, o autor ficava assim identificado no início da obra. Partindo do mesmo princípio, podemos igualmente admitir que o estilo de escrita de Fernão Lopes tenha sofrido alterações significativas ao longo do tempo, justificando-se, assim, as diferenças detetadas entre a primeira e a última das suas obras. Aquela que é, como se sabe, a principal objeção avançada por Almeida Calado.

O propósito desta breve exposição dos argumentos contra e a favor da autoria de Fernão Lopes, é para mostrar que a questão não está resolvida e que continua a haver quem defenda cada uma das proposições, mesmo depois de vários estudos. Tal como este tema ficou em aberto na tese de doutoramento de Filipe Alves Moreira, também esta dissertação não procura encontrar resposta para esta questão, ficando ela sem solução. Como tantas vezes acontece na investigação.

### 1.3. Fontes Usadas

A C1419 não foi a primeira crónica portuguesa<sup>4</sup>, e, como era habitual, o redator desta serviu-se das crónicas anteriores como fontes de informação, algumas mais extensivamente do que outras. Há vários indícios de que a C1419 terá usado a *Crónica de Geral de Espanha 1344* (C1344) como base para a sua redação (Moreira, 2010, p. 110), que depois foi ampliada<sup>5</sup>, usando outras fontes suplementares, quando o texto da C1344 se mostra escasso, fontes estas que exporemos de seguida.

Também já se admitiu que o cronista podia ter usado a *IV Crónica Breve* (IVCB) como outra das suas fontes. No entanto, como mostrou Alves Moreira (Moreira, 2010, p. 111), há várias informações que dificilmente teriam sido ignoradas pelo autor da C1419, se delas tivesse conhecimento. Comparando entre a C1419 e a IVCB,

---

<sup>4</sup> Temos conhecimento, até à data, de pelo menos, duas obras anteriores à C1419. *A Crónica do Conde Pedro de Barcelos*, vulgarmente conhecida por *Crónica Geral de Espanha de 1344*, e a *Primeira Crónica Portuguesa*, crónica esta que é anterior a 1282 (Moreira, 2010, p. 102), que depois de expandida e elaborada vai dar origem à *IV Crónica Breve*, esta já trecentista (Moreira, 2010, p. 112).

<sup>5</sup> A C1344 termina a sua narrativa no ano da batalha do Salado, no ano de 1340. O Conde de Barcelos, quem escreve esta crónica, vê nesta batalha a atualização dos ideais perdidos da Reconquista, para dar lugar a disputas entre os reis e a nobreza cristã (Krus, 1994, p. 115). Igualmente mostra o valor nobreza guerreira da península na luta contra o Islão, aqui vista como vanguarda dos exércitos cristãos (Krus, 1994, p. 137).

apercebemo-nos de que, em certas alturas, a IVCB tem informações mais completas que a C1419, atendendo ao facto que o autor da C1419 procura sempre dar a informação mais completa possível, como é o caso das narrativas, de seguidas expostas, em que o autor utiliza fontes adicionais para complementar a sua informação, a não inclusão desta informação leva-nos a supor o seu desconhecimento por parte do autor. Encontramos exemplos disto, quando, na lista de filhos de D. Sancho I, incompleta na C1419, onde falta a designação dos filhos bastardos, está presente na IVCB e a informação não foi aproveitada pelo autor (Moreira, 2010, p. 108).

Ainda que tome a C1344 como a base do seu texto, o autor usou outras narrativas, às quais foi buscar certos episódios que considerou importantes e que incorporou na crónica. Uma delas é a conquista de Santarém, que ocupa uma secção algo extensa da obra, com 6 capítulos, e que foi retirada do relato latino, *De Expugnatione Scalabis* (Moreira, 2010, p. 144). Essa fonte foi utilizada de maneira fiel e quase na totalidade, procedendo simplesmente a certas modificações organizacionais, a C1419 seguiu uma linha cronológica reta e juntou de uma forma concisa as razões que levaram a D. Afonso Henriques a querer conquistar Santarém, que no *De Expugnatione Scalabis* estavam mais dispersas pelo texto (Moreira, 2010, p. 145). Depois destas alterações, que ajudaram o texto a ser mais preciso e claro, a C1419 segue a ordem da obra de referência (Moreira, 2010, p. 147). Outra delas é a narrativa da conquista de Lisboa, desta vez saída do *Relato da Fundação do Mosteiro de S. Vicente* (Moreira, 2010, p. 151). O aproveitamento desta narrativa foi feito de maneira diferente do que fora usado com a conquista de Santarém. Como o título indica, o *Relato* focava-se na fundação do mosteiro, enquanto a Crónica privilegiou a vida e a ação dos Reis. Por essa razão, a informação selecionada foi muito seletiva, limitando-se às passagens em que o Rei estava presente e exacerbando a visão cruzadística da fonte. A conquista de Alcácer foi o último episódio em que o cronista se serviu de uma fonte anterior conhecida, neste caso o poema *Carmen Gosuini* (Moreira, 2010, p. 162). Desta vez, a Crónica voltou a usar o texto quase na íntegra, mas voltando a fazer algumas reformas discursivas, começando por abdicar de incorporar os elementos da poesia épica e adequando o narrador à historiografia cronística (Moreira, 2010, p. 164).

Foram ainda usadas outras fontes, não para descrever episódios inteiros, com vários capítulos de extensão, mas para tratar momentos específicos. Uma destas fontes foi a *Vita Theotonii* (Moreira, 2010, p. 173), que narra a vida do primeiro Prior de Santa Cruz de Coimbra. Mas o recurso a este texto foi seletivo e o cronista apenas se interessou pelas referências diretas à figura de D. Afonso Henriques. Uma vez quando este foi repreendido pelo prior por ter cativado moçárabes; a outra quando as orações do prior e dos monges foram vistas como imprescindíveis para a conquista de Santarém. Os *Miracula Vicentii* (Moreira, 2010, p. 178) foi outro relato usado, quase de forma integral, para testemunhar o papel de D. Afonso Henriques no resgate das relíquias de S. Vicente e para narrar o transporte destas desde o Algarve. Alguns outros episódios foram tirados da *Vida da Rainha Santa Isabel* (Moreira, 2010, p. 182), mas somente aqueles que diziam respeito a ações do Rei D. Dinis, ou de personagens a ele especialmente ligadas. Como a ascendência de Dona Isabel, as razões do seu casamento com o rei e pormenores da cerimónia, os milagres feitos por intermédio da Rainha e a ação pacificadora desta nas duas guerras durante o reinado de D. Dinis, ou o modo como este arbitrou a contenda entre os reis de Aragão e de Castela-Leão.

O último tipo de fonte que o autor utilizou foram os documentos da época. A maior parte deles são cartas, por norma emitidas pelo Rei de Portugal e pelo Papa. Esta realidade altera-se, porém, durante o reinado de D. Afonso IV. No decurso do turbulento noivado de D. Pedro e de D. Constança, foram muitas cartas enviadas, quer por D. Afonso IV, quer por D. João Manuel, o pai de D. Constança, quer por esta e pelo Rei de Castela. Muitas delas foram transcritas na íntegra na crónica, sendo esta uma das maneiras escolhidas para apresentar estes documentos, embora o cronista apenas tenha usado os trechos mais pertinentes de algumas cartas, ou simplesmente resumido outras (Moreira, 2010, p. 192).

Em relação ao uso das fontes, podemos resumidamente dizer que o cronista utilizou a história dos Reis de Portugal existente na C1344, estrutura à qual acrescentou depois outras passagens, podendo estas ter uma extensão variada, com um pequeno apontamento, ou um episódio que ocupa vários capítulos da obra. Estes trechos retirados de outras obras foram escolhidos segundo critérios cronológicos, ou temáticos, embora os primeiros sejam os que mais predominam (Moreira, 2010, p. 224). Podemos ver este processo em ação, quando o autor usa outras fontes para acrescentar informação ao texto base, a C1344. Como acontece na narração da

batalha de Ourique, onde ele usa os dois critérios para completar a informação. Seguindo o critério cronológico, o redator, acrescentando informação proveniente da *Vita Theotonii* (Moreira, 2010, p. 83), completa a história desta batalha, descrevendo como D. Afonso Henriques foi repreendido pelo prior de Santa Cruz por prender moçárabes, e em como estes lhes contaram onde se encontrava o corpo de São Vicente (C1419, pp. 24-25). Aqui o autor decide fazer uma pausa na cronologia e, usando o critério temático, insere, usando como fonte a *Miracula Vicentii*, a história do martírio de S. Vicente, que tinha ocorrido no século IV (Moreira, 2010, p. 83) e da primeira tentativa de D. Afonso Henriques o resgatar (C1419, p. 25-27), retomando depois a sequência da história, cronologicamente.

Para além destas fontes, cujo uso pela C1419 é, praticamente, aceite por todos, outras há que podem ter sido conhecidas pelo autor da C1419. A razão desta incerteza deve-se, em parte, ao processo de criação de crónicas da Idade Média. A historiografia medieval baseia-se na construção de textos a partir de outros textos (Moreira, 2010, p. 68), sendo este o método desenvolvido pela escola afonsina. Como nela não se procura a originalidade, sendo então a busca da compreensão de um livro, o desmontar de várias fontes. Mas quando esta técnica é usada por todos os autores da época, é difícil chegar às fontes originais. Por esse motivo, há certas fontes que se pensam ter sido utilizadas pelo autor da C1419, porém, devido aos pontos referidos em cima, não é possível ter certezas.

Como se viu, aceita-se que o texto base da C1419 seja a C1344, facto reforçado pela presença de duas Crónicas de Espanha na livraria de D. Duarte (Dias, 1982, p. 207). É possível, no entanto, que uma destas crónicas não fosse uma crónica de Espanha, mas outra crónica castelhana de tradição afonsina. Esta hipótese é apoiada por alguns segmentos do texto da C1419 alheios à C1344. Um exemplo específico é o número de mulheres de D. Afonso V de Castela. Enquanto a C1344 diz que ele teve seis mulheres, em contrapartida as outras crónicas de tradição afonsina limitam a cinco o número de mulheres, informação também presente na C1419<sup>6</sup>. Isto torna possível que o autor tenha conhecido algumas outras crónicas, para além da C1344 (Moreira, 2010, p. 198).

---

<sup>6</sup> “E este rei dom Affonso de que falamos foi casado cinco vezes” (C1419, p. 3)

Também a *Crónica do Mouro Rasis* (CMR) pode ter sido usada como fonte pelo cronista. Pensa-se isto devido a uma expressão usada num dos capítulos da obra, onde se relata a vida, morte e transladação dos restos mortais de S. Vicente — “*Contão as estorias dos araviguos*” (C1419, p. 26). Mas não é claro quais sejam estas histórias. Se a história da transladação do corpo de S. Vicente surge na CMR, esta última fonte foi igualmente usada pela C1344, pelo que, mais uma vez, não se pode confirmar o estatuto da CMR como fonte da C1419. O cronista pode ter adquirido este conhecimento quer numa quer noutra fonte.

A *Crónica da Conquista do Algarve* (CCA) é a obra que mais problemas traz pela sua relação com a C1419. Aquele texto foi encontrado e publicado por Frei Joaquim de Santo Agostinho em 1792<sup>7</sup>, contando-se nele a história e os feitos de Dom Paio Correia e o modo como ele conquistou o Algarve. Por outro lado, o relato do reinado de D. Afonso III que consta na C1419, é uma cópia quase idêntica do texto encontrado em Tavira (Moreira, 2010, p. 203) e conhecido desde o século XVIII. Esta semelhança entre eles levou a que, desde a descoberta dos manuscritos de C1419, se questionasse a relação entre as duas obras. A primeira hipótese a ser conjeturada foi a de que a obra encontrada em Tavira fosse uma parte da obra de Fernão Lopes, sendo esta suspeita apoiada por vários investigadores, sendo Magalhães Basto quem primeiro faz comparações entre as duas, mostrando as suas semelhanças, sendo mais tarde também apoiado por Lindley Cintra (Moreira, 2010, p. 204). Porém, uma outra hipótese foi levantada, afirmando a CCA como uma obra distinta e mais antiga do que a C1419, tendo esta tese sido defendida por vários autores, entre os quais se encontram Luís Krus, Teresa Amado e António Branco, que começaram a considerar a CCA uma crónica de conquista. Seria uma das poucas crónicas desse género, anterior à C1419, e possivelmente do séc. XIV, que deveria estar relacionada com as ordens militares (Moreira, 2010, p. 205), e, em particular com a Ordem de Santiago.

Estas duas hipóteses colocam dois cenários distintos, para a relação entre a CCA e a C1419. No primeiro deles, a CCA é uma cópia da C1419, que foi conservada em Tavira, no segundo a C1419 teria usado a CCA como fonte. Felipe Alves Moreira confrontou estas duas hipóteses e concluiu que eram facilmente refutadas as razões dadas pelos defensores da tese de que a CCA seria uma obra independente da

---

<sup>7</sup> MACHADO, José Pedro (ed.) - *Crónica da Conquista do Algarve. Anais do Município de Faro*, Faro: vol.8, 1979.

C1419. Apoiou, assim, a teoria de que a CCA seria uma cópia parcial da C1419, em que o copista, pela sua localização geográfica, só se teria interessado pelos eventos recorrentes no Algarve (Moreira, 2010, p. 223).

#### 1.4. Permanência Literária

Por fim, precisamos de perceber o impacto da crónica e como ela foi recebida ao longo dos tempos. Isto é importante, para se perceber em que círculos é que ela foi recebida depois de ser terminada, pois, com essa informação, podemos ficar a saber também como ela foi usada e reescrita ao longo do tempo e como afetou a cultura historiográfica portuguesa. Ao entender esse percurso e ao identificar as obras que a usaram como fonte, é possível que algumas delas tenham tido acesso a uma versão mais completa do que a que chegou aos dias de hoje. Como já se assinalou, a C1419 que hoje é conhecida apresenta várias lacunas, que poderão ser colmatadas dessa forma.

O conhecimento desta obra, por parte de outros autores, parece ter sido imediato, ou quase. De facto, uma obra contemporânea da C1419, a chamada *Crónica Breve do Arquivo Nacional* (CBAN), que terá sido iniciada em 1429 e que foi redigida por um burocrata preocupado com as falsificações que eram apresentadas ao Rei como prova de direitos adquiridos, foi a primeira a utilizá-la. A obra em causa baseou-se amplamente na C1419, especialmente no que toca a informações sobre datas de casamentos de reis e seus filhos, procurando apenas outras fontes em ocasiões em que a C1419 não se encontra completa, no caso dos filhos de D. Sancho I, como já tivemos a hipótese de apresentar anteriormente (Moreira, 2010, p. 241). E o facto desta crónica breve ser quase um documento legal, redigido por um membro da corte, habituado a lidar com documentos legais, denota a credibilidade dada à C1419, mesmo num período muito próximo da sua redação. De resto, é até possível que a C1419 não estivesse terminada quando a CBAN começou a ser redigida (Moreira, 2010, p. 243).

Para além deste texto contemporâneo, há outras obras redigidas entre os séculos XV e XVII onde o conhecimento da C1419 é evidente, sendo exemplos destas, a terceira redação da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (Moreira, 2010, p. 245), onde

a correspondência entre a C1419 e esta terceira redação, especialmente no que respeita o reinado de D. Afonso IV, é quase total (Moreira, 2010, p. 246). Outra obra, que se conjectura que tenha tido conhecimento da C1419, é o *Memorial Português de 1494*, texto este que tem como objetivo incitar a rainha Isabel I de Castela a reclamar os direitos à coroa portuguesa (Moreira, 2010, p. 255). Este texto por diversas vezes cita uma “coronica de Portogall”, sendo a informação relatada coincidente com a informação presente na C1419 (Moreira, 2010, p. 257).

Um dos grandes catalisadores para a permanência do conhecimento desta crónica foi, sem dúvida, o uso quase na íntegra que dela fizeram Duarte Galvão<sup>8</sup> e Rui de Pina<sup>9</sup>, em obras que tiveram uma grande difusão, mesmo durante o séc. XVI. Isso fez com que a informação presente na C1419 se tornasse mais conhecida e fosse tida como a história oficial. Para além desta difusão através da obra destes dois cronistas, é necessário não esquecer o trabalho de divulgação muito importante, que foi empreendido pela corte régia, onde os cronistas do reino a usavam como referência para os seus trabalhos, como já foi notado para os casos de Duarte Galvão e Rui de Pina, e pelo mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, de onde é originário o manuscrito, que vai ser difundido durante o século XVI (Moreira, 2010, p. 425).

Respeitante aos temas abordados na C1419, já se notou que ela se concentra, de alguma maneira, nas ações dos monarcas. Mas o cronista consegue ultrapassar esta limitação e dar conta de outros eventos de maior relevância para o reino, mesmo quando estes ocorrem sem a presença do Rei. É o caso do episódio dos mártires de Marrocos, ou mesmo da conquista do Algarve. Pode assim dizer-se que a ação da Crónica se dirige para os acontecimentos do Reino, sem que todos sejam tratados de forma igual. Há, no entanto, uma compreensão que a ação está ao serviço de três importantes entidades, o Rei, o Reino e Deus, sendo que, por vezes, as ações tomadas vão ao encontro de mais do que uma destas entidades. Sempre que isto acontece, o episódio em causa ganha uma importância maior no contexto da crónica (Moreira, 2010, p. 228).

---

<sup>8</sup> Galvão, Duarte – *Crónica de el-Rei D. Afonso Henriques*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1995.

<sup>9</sup> Almeida, M. Lopes (Revisão) – *Crónicas de Rui de Pina*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1977.

## 2. O Reino de Portugal na Crónica de 1419

Para analisar a representação que a C1419 transmite do território português, é necessário ter em conta diversos aspetos. Não só os topónimos referidos nesta obra, como também o número de vezes que foram mencionados e como estes se distribuem pelo território português. Há que considerar a dimensão do universo, a sua distribuição geográfica e a frequência respetiva, portanto.

Na obra cita-se um total de 174 diferentes topónimos<sup>10</sup> (Apêndice 1). A partir deles, criou-se um mapa com a dispersão destes topónimos pelo território (Mapa 1), que analisaremos mais à frente. Estes diferentes locais foram referidos em 581 ocasiões ao longo da crónica. Se combinarmos estas duas informações, os diferentes topónimos e as vezes que eles são citados, podemos criar um mapa de frequências (Mapa 2), o qual traduz a importância que algumas cidades e regiões têm na C1419. As vezes que um determinado local é aludido dá-nos obviamente uma aproximação à sua influência e relevância no reino, ou numa região, mas ao longo deste capítulo veremos o conteúdo específico destas citações. Na ocasião, haverá oportunidade de verificar se estes atributos (conteúdos e dimensão) convergem para definir a importância de determinado lugar.

Voltemos ao Mapa 1<sup>11</sup>. Há nele vários aspetos da distribuição dos topónimos que temos que considerar. Em primeiro lugar, as concentrações em espaços específicos. É o caso do Minho (Mapa 3 e Apêndice 2), com 22 topónimos, da Beira Alta (Mapa 4 e Apêndice 3), com 16 topónimos, do Alto Alentejo (Mapa 5 e Apêndice 4), com 20 topónimos, do Algarve (Mapa 6 e Apêndice 5) com 22 topónimos e,

---

<sup>10</sup> Comparando com outro trabalho que estuda a toponímia da C1419, da autoria de Filomena Lopes Coelho (Coelho, 1984/85), existe alguma discrepância entre as menções aqui expostas e as que se encontram nesse artigo, com a falta de topónimos de ambos os lados. Embora a certeza acerca das razões desta falta seja difícil de apontar ao certo, penso que o uso de diferentes edições da C1419, explica algumas destas diferenças, pois estas diferenças também se encontram entre a Lista de Filomena Coelho (Coelho, 1984/85, pp. 111-115) e o índice toponímico de Adelino Calado (Calado, 1998, pp. 290-295).

<sup>11</sup> Comparando novamente ao estudo de Filomena Coelho (Coelho, 1984/85, p. 112), mesmo com as discrepâncias aludidas anteriormente, podemos comprovar que as aglomerações e os vazios também se encontram presentes nesta representação.

sobretudo, a Estremadura (Mapa 7 e Apêndice 6), que engloba Lisboa, Santarém e Coimbra, com um total 56 topónimos. Em segundo lugar, temos as regiões escassamente documentadas, ou mesmo sem qualquer referência. Como sucede com Trás-os-Montes, a região da Beira Baixa, que circunda a Serra da Estrela a Este e que engloba Viseu e Castelo Branco e, por fim, o Baixo Alentejo, em torno dos núcleos urbanos de Évora e de Beja.

## 2.1. As Aglomerações

### 2.1.1. Beira Alta

Começemos por aquelas aglomerações. No caso da Beira Alta, a região da Beira a Norte da Covilhã e a Este da Serra da Estrela, conta esta com 16 topónimos que são referidos em 36 ocasiões, o que corresponde somente a 6.1 % das menções totais da C1419. Esta aglomeração não possui muitas menções, nem

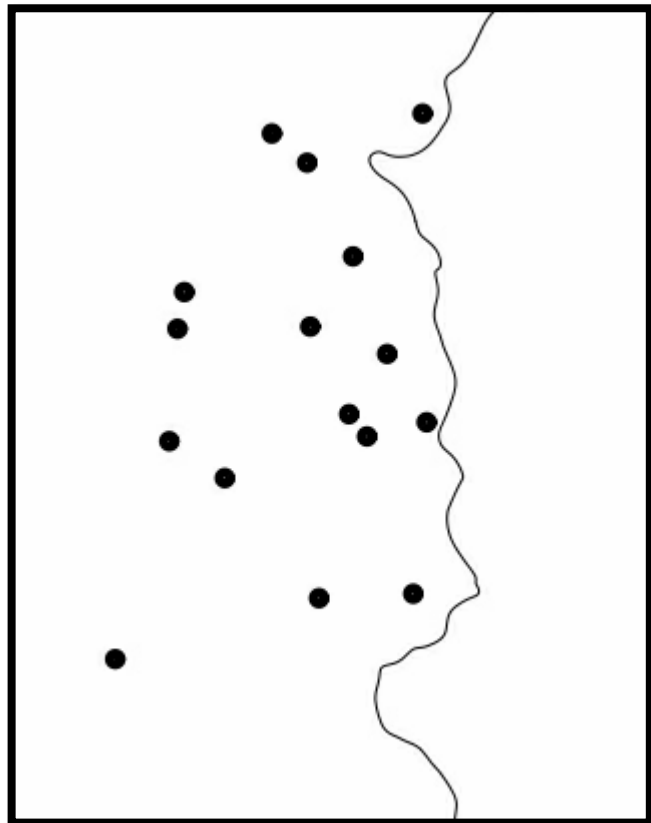


Figura 1 - Pormenor da Aglomeração da Beira Alta

estas se dispersam por uma grande área, nem ela apresenta, tão pouco, algum topónimo que se sobreponha aos restantes. Mesmo sem uma cidade que polarize este espaço, veremos, contudo, que este conjunto de topónimos é muito interessantes. Dos lugares atestados do Beira Alta, os que assumem maior destaque são Trancoso e Celorico da Beira, com quatro menções cada. Ambos foram mencionados durante a guerra entre D. Sancho II e o conde D. Afonso da Borgonha, quando foram listados como pontos de apoio de D. Sancho II. Por outro lado, Trancoso foi igualmente a vila escolhida o casamento de D. Dinis com D. Isabel de Aragão. Todos parecem evocar uma memória régia da região.

As outras menções confirmam esta observação. Todas respeitam aos esforços para fortificar e assegurar a fronteira. Quem começou este processo foi D. Sancho I, que se via ameaçado em duas frentes, primeiro com os muçulmanos a Sul e, de maior relevo para esta localização, com o reino de Leão, agora em paz com Castela e mais livre para resolver os diferendos com Portugal<sup>12</sup>. Situa-se nesse contexto a iniciativa de povoar as vilas da Covilhã e da Guarda (C1419, p. 84). O povoamento da vila é a única referência à Covilhã. Quanto à Guarda, para além desta primeira menção, só voltou a ser citada no reinado de D. Dinis, quando ele daí partiu para Castela, em missão diplomática (C1419, p. 179). Muito provavelmente devido à proximidade desta vila com a fronteira do reino.

Esta ação povoadora foi característica do reinado de D. Sancho I, para quem era agora necessário garantir a presença de gentes nos novos distritos (Marques & Serrão, 1995, p. 39), dada a expansão do território feita no reinado anterior. A região da Beira caracterizava-se por uma ocupação que remontava ao século XI, quando os cristãos chegaram até ao vale do Mondego, sendo esta, em comparação aos outros territórios nacionais, uma ocupação mais intensa, tendo as gentes desta região organizando-se em pequenos núcleos, nos vales do Dão, Paiva e Vouga (Gomes, 1996, p. 4). Mas a fixação de gente nestes locais era muito importante para garantir a ação expansionista, quer a portuguesa quer a leonesa, que aqui encontravam uma zona de travessia do sistema montanhoso central (Gomes, 1996, p. 4). Por isso, através das cartas de foral que concedeu à Covilhã e à Guarda, o rei outorgou-lhes uma certa independência, transformando-as nos centros de defesa da fronteira com Leão e com os muçulmanos, que eram a maior preocupação no reinado de D. Sancho I (Gomes, 1996, p. 9).

No século XIII, houve importantes desenvolvimentos na fronteira beirã. Em primeiro lugar, com a continuação da *Reconquista* a fronteira a Sul afastou-se, muito para lá do Tejo, com a conquista definitiva de Alcácer do Sal, no reinado de D. Afonso II (Barata & Teixeira, 2003, p. 55). Enquanto a fronteira a Este, através do tratado de Alcañices, feito entre Castela e Portugal e assinado no ano de 1297 (Barata & Teixeira,

---

<sup>12</sup> Depois de um período de paz e aliança entre Portugal e Leão, selado com o casamento entre D. Teresa e D. Afonso IX de Leão, este casamento foi cancelado por ordem do Papa, devido à proximidade do parentesco entre os dois. Assim o Rei de Leão forma uma nova aliança com Castela, agora um aliado mais formidável, depois da derrota de Portugal face à última investida almóada. Havendo assim mais abertura a ataques vindos por parte destes dois reinos peninsulares (Branco, 2005, 148-154)

2003, p. 65), desloca-se para o Rio Côa (Moreno, 1998, p. 646), anexando territórios que discutiremos adiante. Embora este fosse o princípio do esboço da fronteira com Castela, estava longe de ser a fronteira definitiva (Gomes, 1996, p. 13). Na visão dos reis, para motivos administrativos, a fronteira era vista como um conjunto de localidades de fronteira. Desta maneira, os castelos assumiam um papel delimitador, como sinal da pertença da localidade a determinado reino (Gomes, 1996, p. 14).

Estas considerações ajudam a compreender as ações do rei D. Dinis na fronteira da Beira. São elas que explicam, na verdade, a intervenção consciente e persistente do monarca nos castelos desta região. Como aconteceu nos castelos de Alfaiates, Castelo Rodrigo, Vilar Maior, Castelo Bom, Almeida, Castelo Melhor e Castelo Mendo (C1419, p. 164). O domínio português sobre esses castelos seria reconhecido pelo Tratado de Alcañices, assinado em 1297 entre D. Dinis e D. Fernando IV de Castela e Leão (Gomes, 1996, p. 19). Pelo seu papel na expansão do espaço do reino, todos estes locais foram referidos duas vezes na crónica. A primeira vez quando D. Dinis deles tomou posse (C1419, p. 164), a segunda quando o tratado oficializou esse domínio (C1419, p. 175). Salvo Castelo Mendo, que não foi mencionado no Tratado de Alcañices, tendo assim só uma menção na crónica. Todas estas referências demonstram a atenção dada à definição da fronteira com Leão. Sobretudo com D. Dinis, tanto mais que a preocupação com a fronteira também surge noutros passos da Crónica, como é o caso do Alto Alentejo.

### 2.1.2. Alto Alentejo

O Alto Alentejo, igualmente fronteiro com o reino de Leão, tem um total de 43 menções distribuídas por 20 topónimos, correspondente a 7.27% das menções da C1419. Muitos dos topónimos aqui mencionados espelham o que já se verificou no planalto da Beira. Também aqui o rei conseguiu anexar ao reino novas

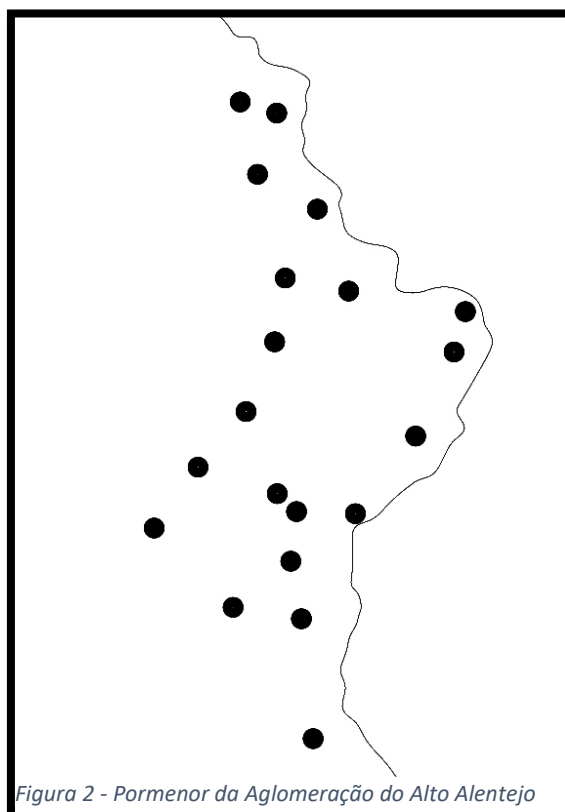


Figura 2 - Pormenor da Aglomeração do Alto Alentejo

terras, aproveitando a instabilidade em Castela, devido aos problemas de sucessão<sup>13</sup>. Foi o que sucedeu com Campo Maior (2 menções), Ouguela (2 menções) e Arronches (8 Menções). Mas a consolidação da fronteira foi, do mesmo modo, o motivo por detrás da atenção a Portalegre (2 Menções), Marvão (2 menções), Alegrete (1 menção) e Castelo de Vide (1 menção). De entre estas, apenas Campo Maior e Ouguela foram citadas no tratado de Alcañices, quando se reconheceu a sua pertença ao reino português.

A nenhuma destas vilas é dada uma distinção especial. O topónimo mais vezes citado é Arronches, com 8 menções. Mas isso deve-se, por certo, à indefinição do estatuto desta vila, já que, na C1419, a sua pertença ao reino não é clara. Ainda que conquistada durante o reinado de D. Afonso Henriques (C1419, p. 33), na época de D. Dinis diz-se que ela foi então acrescentada ao reino, tal como muitas outras vilas (C1419, p. 164). No Tratado de Alcañices, porém, Portugal renunciou a esta vila, em virtude de D. Fernando (Moreno, 1998, p. 646), tendo mais tarde, no reinado de D. Afonso IV, por ocasião da guerra com Castela, a vila sido atacada pelas forças portuguesas, que queimaram os arrabaldes desta (C1419, p. 250), assim demonstrando que a vila continuava a não estar sob domínio português. Mas a resolução do conflito significaria a devolução de Arroches à soberania portuguesa<sup>14</sup>.

A segunda vila mais citada é Elvas, com 6 menções, facto que se deve igualmente à proximidade com Castela. A grande maioria das referências a esta vila dizem respeito, na verdade, a episódios de guerra e são feitas em alturas de tribulações, acontecimento recorrente. A sua primeira referência na C1419 dá-se durante o reinado de D. Sancho I, aquando da conquista do castelo mouro desta cidade (C1419, p. 104). Devido à proximidade à cidade castelhana de Badajoz, cada vez que esta entrava em conflito, era preocupante e punha em risco esta vila portuguesa, assim, aconteceu durante o reinado de D. Dinis, que enviou o Infante D.

---

<sup>13</sup> Esta crise de sucessão começou em 1275 com a morte do filho primogénito do Rei Castelhana, D. Fernando de La Cerda, tendo, então, D. Afonso X escolhido o seu segundo filho, D. Sancho para herdar em lugar dos descendentes do seu filho primogénito. Quando D. Sancho IV morre, deixando o seu filho menor, D. Fernando IV no trono, esta rivalidade com os descendentes de La Cerda agrava-se, levando à necessidade de D. Fernando IV travar tratados, como este de Alcañices, para garantir a paz com os restantes reinos peninsulares (Barata & Teixeira, 2003, p. 65).

<sup>14</sup> MARTINS, Miguel Gomes – A Guerra Esquiva. O conflito luso-castelhana de 1336-1339. In *Promontoria* nº 3. Lisboa: Sapiencia, 2004. [Artigo disponível em: [https://sapiencia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7118/1/PROM03\\_pp019-080.pdf](https://sapiencia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7118/1/PROM03_pp019-080.pdf) , consultado a 19/02/2021]

Afonso a Elvas, para garantir a sua segurança (C1419, pp. 213-214). Esta proximidade levou a que tenha sido uma das primeiras vilas a ser atacada durante a guerra com Castela no reinado de D. Afonso IV (C1419, p. 252), depois de esta ter sido o lugar escolhido para a entrada de D. Constança em Portugal (C1419, p. 225). Para além destas ocorrências de guerra, foi ainda o lugar de encontro entre D. Dinis e o rei castelhano D. Fernando, juntamente com a sua mãe, D. Maria de Molina, depois da resolução dos conflitos entre Castela e Portugal (C1419, p. 177).

Dos restantes lugares de fronteira, apenas falta citar Terena, com apenas uma menção e Estremoz, com três. Ao contrário dos anteriores, estes não são cenários de guerra e de confronto, mas espaços de aliança. Com efeito, estão ambos relacionados com casamentos reais. Terena foi identificada como o dote entregue por D. Afonso IV, quando ficou noivo de D. Beatriz (C1419, p. 177). Por seu lado, se Estremoz foi primeiro mencionada quando Afonso III a reconstruiu, foi mais tarde nomeada como o lugar de estadia de D. Dinis quando este pediu D. Isabel em casamento e, finalmente, como o lugar de encontro para negociações sobre o casamento do Infante D. Pedro com D. Constança (C1419, p. 224). Os casamentos dos monarcas serviam, pois, para se ir construindo uma memória régia da região.

### 2.1.3. Minho

Ainda que fosse outra região de fronteira, as menções ao Minho têm outra natureza e são mais variadas. No conjunto, atingem um total de 55, distribuídas por 21 topónimos, que perfazem 9.31% do total dos topónimos presentes na C1419. Ao contrário dos aglomerados até agora descritos, nela estão presentes topónimos que se destacam dos demais, pelas referências que lhes são feitas e pela importância que adquirem na narrativa.

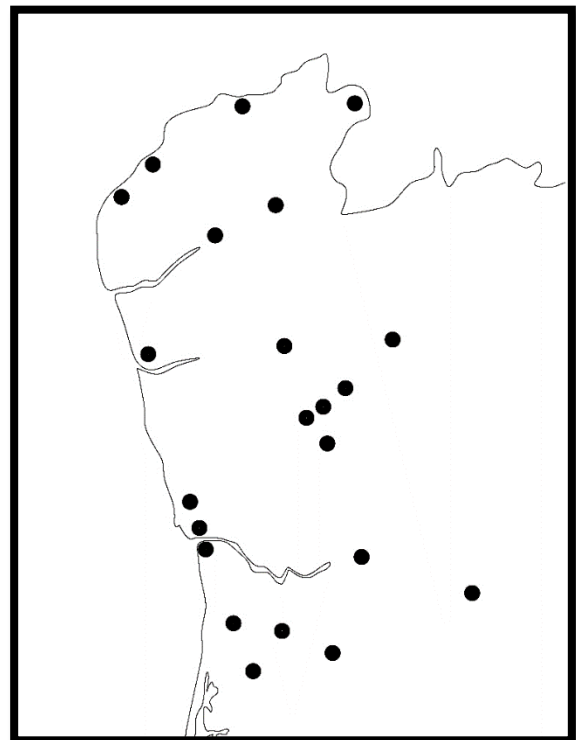


Figura 3 - Pormenor da Aglomeração do Minho

No início da C1419, que corresponde também à fundação do reino, o Minho tem um lugar de destaque, aí se localizando as vilas e cidades de maior importância, dos primórdios do reino de Portugal, como é o caso de Guimarães, Braga e Porto, como veremos adiante. Como a narrativa se foca nas conquistas e nas batalhas, e esta ação militar é acompanhada de uma ação de reforço da nova fronteira, há que recordar que esta foi migrando para Sul ao longo do primeiro reinado, com o monarca a preocupar-se, primeiramente, em reforçar e estabilizar a linha do Mondego (Marques & Serrão, 1995, p. 33). Assim, a linha da fronteira viu-se desde cedo muito afastada das terras minhotas, levando a que D. Afonso Henriques se deslocasse para Coimbra, o que tem a consequência de afastar as grandes famílias do Entre Douro e Minho do círculo de influência do Rei (Barata & Teixeira, 2003, p. 40). Este afastamento das famílias do Minho, que haviam sido os anteriores protagonistas da *Reconquista*, marcou o início do declínio da região. Na Crónica, o Minho só recuperaria alguma relevância no reinado de D. Dinis, período em que foi palco dos confrontos do rei com o seu filho, o Infante D. Afonso, que contava com o apoio de muitos senhores dessa comarca (Marques & Serrão, 1987, p. 491). Talvez por ser o espaço de origem do reino, a região parecia ter uma palavra a dizer sobre a forma como este era governado pelos monarcas.

A vila que nela assume maior destaque é, sem dúvida, Guimarães. Reúne um total de 11 menções, certamente por ser o local de residência do conde D. Henrique e de D. Teresa, tal como de D. Afonso Henriques. Foi nessa vila que D. Teresa teve D. Afonso Henriques e foi nela que ela e o marido estavam quando Egas Moniz solicitou a D. Henrique a tarefa de criar o Infante (C1419, p. 6). O lugar foi em grande parte esquecido depois do reinado de D. Afonso Henriques. No entanto, depois da coroação de D. Dinis, foi este quem edificou a fortaleza de Guimarães, situando aí a Crónica uma batalha entre os apoiantes do Infante D. Afonso, com o próprio Infante a encabeçar a ofensiva, e os apoiantes de D. Dinis (C1419, p. 211).

O Porto e Gaia mantinham, de igual modo, uma relação semelhante com a história do reino. Ambos eram associados na Crónica com a origem do nome de Portugal (C1419, p. 5), o que lhes definia a importância. Entre estes dois, o Porto é o mais citado, com 9 menções. Na crónica, a cidade é identificada não só como o lugar da morte de D. Rodrigo Sanches, filho ilegítimo de D. Sancho I (C1419, p. 85), mas também como o espaço da lide vencida por D. Martim Gil (C1419, p. 135). Não foi

esta foi a única batalha a ter a cidade como cenário. Foi ela igualmente palco do confronto entre o Infante D. Afonso e D. Dinis, depois doada ao Infante quando se resolveu o conflito entre ambos (C1419, p. 212). Por ocasião da guerra de D. Afonso IV com D. Afonso de Castela, as gentes do Porto armam-se e foram ao encontro dos Castelhanos, que retiraram ao serem confrontados, sem que houvesse qualquer batalha (C14119, p. 252). Também Gaia, apenas com 3 menções, só voltaria a ser mencionada no contexto das contendas de D. Dinis com o Infante D. Afonso, quando o último se assenhoreou dela (C1419, p. 210) e depois a colocou em fieldade, como garantia do seu encontro com seu pai (C1419, p. 217). De uma forma ou de outra, ambas se associavam, assim, à permanência da dinastia dos reis de Portugal.

Outra cidade importante neste território é Braga, que conta somente com cinco menções, mas distribuídas por toda a Crónica. A cidade é referida, maioritariamente, no que respeita à sua Sé, construída pelo conde D. Henrique (C1419, p. 7), e, mais tarde o seu lugar de enterramento (C1419, p. 9), ou à ação dos seus arcebispos. Estes marcam presença regular ao longo da narrativa, em vários eventos de elevada importância, como batalhas e matrimónios<sup>15</sup>. Também surgem identificados muitas vezes como os representantes da Santa Sé no reino<sup>16</sup>. A associação de Braga à memória e ao corpo do conde D. Henrique tem, contudo, um estatuto singular. Ao contrário desta cidade, que teve direito a outras referências, os restantes locais de enterramento citados pela C1419 só tiveram direito a uma única menção. É o caso de Paço de Sousa, onde foi sepultado D. Egas Moniz (C1419, p. 18), ou de Grijó, como lugar de eterno descanso de D. Rodrigo Sanches (C1419, p. 85). Nestas ocasiões, a importância da menção não reside no local em si, mas na personagem lá sepultada. A observação aplica-se de igual modo ao Mosteiro de Cárquere, o qual também só foi referido uma única vez. Por efeito da ação de D. Egas Moniz e da cura das pernas de D. Afonso Henriques (C1419, pp. 6-7).

---

<sup>15</sup> O arcebispo de Braga vai receber, juntamente com D. Afonso Henriques, D. Raimundo, futuro marido da Infanta D. Mafalda (C1419, p. 56), sendo este também a oficializar o casamento (C1419, p. 57). Alguns séculos mais tarde, o então Arcebispo de Braga, acompanha também a comitiva de D. Dinis aquando do casamento de sua filha, D. Constança (C1419, p. 176). Para além destas ocasiões mais auspiciosas, este também está presentes em outras alturas mais turbulentas, acompanhando o Infante D. Sancho no fossado de Sevilha (C1419, p. 71) e na época da guerra com Castela, durante o reinado de D. Afonso IV, o arcebispo junta-se às gentes do Porto, para enfrentar os castelhanos, vindos da Galiza (C1419, p. 252)

<sup>16</sup> Foi este arcebispo que recebeu a carta do Papa devido à incompetência do rei D. Sancho II (C1419, p. 120) e mais tarde a ser informado da regência do Conde da Bolonha (C1419, p. 125), e de como o haviam de receber (C1419, p. 128).

Como já se indicou, os topónimos do Minho evocam memórias de natureza militar. Em particular, das batalhas travadas entre D. Afonso Henriques e sua mãe, D. Teresa, antes da fundação do reino. Exemplos disto são Santidanhas e Neiva, ambas citadas uma única vez, e Santa Maria da Feira<sup>17</sup>, com quatro menções. Desconhece-se a localização da primeira, que talvez fosse um descampado e que não é possível identificar em mapas atuais. Os restantes topónimos respeitam às ações de D. Dinis para fortificar a fronteira desta região, ao longo do rio Minho. Tal como nas aglomerações anteriormente analisadas, mandou erigir o Castelo de Castro Laboreiro e povoou Lavra e Vila Nova de Cerveira (C1419, p. 164). Procurava garantir assim o povoamento e a defesa da fronteira, fazendo com que os vizinhos destas terras fossem a primeira linha de proteção contra as investidas vindas do Reino de Galiza (Marques & Serrão, 1995, p. 147).

#### 2.1.4. Algarve

O Algarve está muito bem representado na C1419, com 22 topónimos e 101 menções. No conjunto, equivalem a 17.09% de todas as menções da C1419, quase o dobro do valor encontrado para o Minho. A percentagem é surpreendente numa das regiões mais periféricas, do reino, mas explica-se pela atenção prestada à conquista da região<sup>18</sup>. Na verdade, a maioria delas (80%) pertence ao reinado de D. Afonso III e à narrativa da conquista do Algarve, razão principal para estes números, mas também para a diversidade geográfica dos topónimos citados. Para além destes lugares, o Cabo de São Vicente é o único que surge referido noutros passos da C1419, com um total de cinco menções. A sua primeira delas foi feita ao narrar a transladação do corpo do mártir S. Vicente para aquele sítio (C1419, p. 27), para o manter a salvo dos mouros. Mais adiante, foi citado por outras três vezes, sempre como ponto de

---

<sup>17</sup> Santa Maria da Feira foi um dos castelos que D. Afonso Henriques conquistou à sua mãe e seu padrao (C1419, p. 10), mais tarde, repetindo-se o roubo do castelo ao progenitor, o Infante D. Afonso (IV) conquista este castelo, durante o reinado de seu pai, enquanto estavam em confrontos (C1419, p. 210), colocando depois este castelo em fieldade, para as negociações com seu pai (C1419, p. 217). Para além destas movimentações bélicas, foi ainda palco de um surto de peste durante o reinado de D. Sancho I (C1419, p. 100).

<sup>18</sup> A seguir a este inicial interesse dado ao Algarve, especificamente à sua conquista, este torna-se um lugar isolado e separado do restante reino, não recebendo nenhuma atenção especial durante os séculos seguintes até à altura dos descobrimentos, altura em que se torna uma escala de abastecimento importante na rota para o Norte de África (Marques, 1987, pp.55-58).

passagem dos navios que vão para a Terra Santa, ou para a guerra com Castela (C1419, p. 106, 253, 255). Foi também usado como um dos marcos geográficos de delimitação do Algarve (C1419, p. 160).

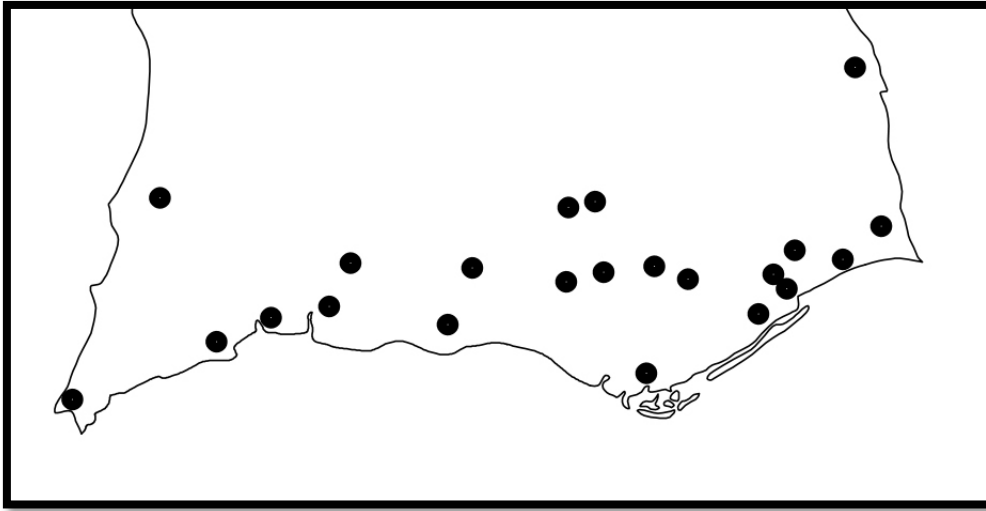


Figura 4 - Pormenor da Aglomeração do Algarve

Esta completa descrição da conquista do Algarve, tal como já foi referenciado por Joaquim Romero Magalhães, dá-nos algumas informações sobre a relação do autor da crónica, com este espaço. A sua descrição da transposição da serra algarvia, aliada com a comunicação feita com os mercadores, que mais livremente andavam entre as terras cristãs e mouras afigura-se para nos mostrar a familiaridade que o autor teria com a geografia desta região (Magalhães, 2012, p. 18). Também o seu conhecimento da vida agrária do Algarve está expresso na sua menção à necessidade de travar tréguas com os mouros para a apanha do figo, que já na altura seria a base da produção agrícola da região, até ao dia de São Miguel (Magalhães, 2012, p. 21).

Com 17 menções, a cidade de Silves é o topónimo mais citado pela C1419. A mais antiga data da menção dá-se no reinado de D. Sancho I, quando foi apresentada como uma cidade de grande importância, por ter acesso ao mar e por ser dela que os muçulmanos lançavam investidas contra terras cristãs, onde faziam muitos cativos (C1419, p. 90). Foi dado tal relevo ao cerco de 1189, que a C1419 lhe dedicou um total de seis capítulos (C1419, pp. 89-98). Um facto que ajuda a esta abundância de informação sobre a conquista desta cidade é a descrição feita deste cerco, pelos

estrangeiros nela presentes<sup>19</sup>. Nele participou não só a hoste e a armada portuguesa, mas também muitos cruzados, que tinham aportado em Lisboa a caminho da Terra Santa e que se juntaram à empresa, ao inteiraram-se dos grandes danos que a cidade fazia a toda a Cristandade:

“Deziom que aquela çidade era bem como cova e defensom dos ladrões do mar porque era asentada açerqua do porto dele, e que daly iryom os mouros a roubar a desvairadas partes do mar Oçeano e traziam muytos christãos cativos e grandes roubos de todollos reynos.” (C1419, p. 90)

As menções posteriores têm idêntica natureza militar. Datam do reinado de D. Afonso IV e da guerra com Castela, quando várias vilas algarvias foram atacadas. Principalmente as que ficam mais perto da fronteira, como Tavira, Alcoutim e Castro Marim (C1419, p. 256-258). Não há alusões a outros recontros, nem às consequências deste conflito na região. Ainda assim, o ataque castelhano a Castro Marim serviu ao cronista para justificar a mudança da sede da Ordem de Cristo para Tomar (C1419, p. 257).

---

<sup>19</sup> Este relato foi mais tarde traduzido por João Baptista da Silva Lopes, sob o nome de *Relação da derrota naval, façanhas e sucessos dos Cruzados que patirão do escalda para a Terra Santa no anno de 1189*, editado em 1844.

### 2.1.5. Estremadura

A Estremadura é a região com o maior número de menções. Congrega um total de 263, perto de metade do total (44.5%), para mais distribuídas por apenas 56 topónimos. Este elevado número de menções deve-se, sobretudo, ao facto de aí se encontrarem três das mais importantes cidades do reino. Entre estas, Coimbra soma 62 menções, Lisboa 48 e Santarém 39. Temos 150 menções para estas três cidades, mais de metade (57.3%) do conjunto das referências feitas a topónimos da região. Era a Estremadura que concentrava, portanto, as atenções do cronista, talvez por ser vista como o centro político do reino.

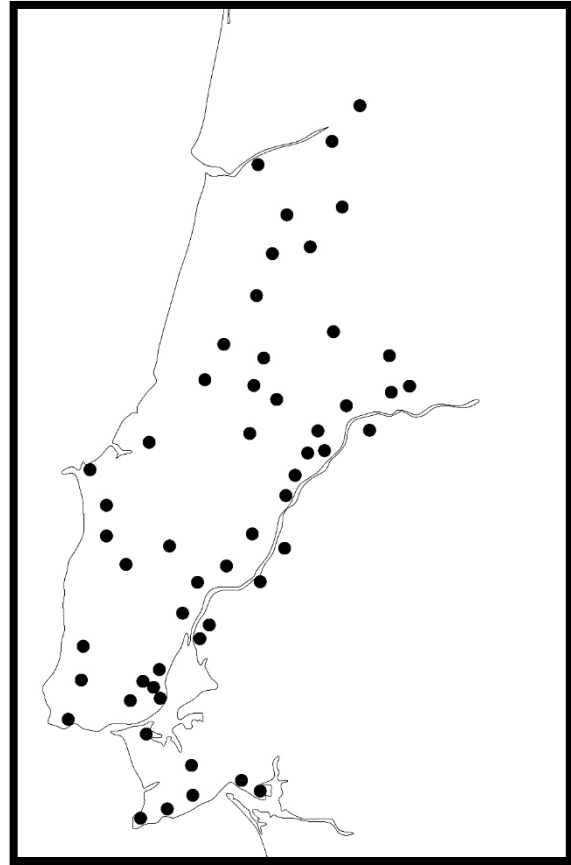


Figura 5 - Pormenor da Aglomeração da Estremadura

A distribuição destes topónimos não é, porém, uniforme ao longo de todos os reinados. O quadro seguinte mostra, com efeito, que a esmagadora maioria daquelas menções se concentra nos reinados de D. Afonso Henriques e no de D. Dinis. O facto pode explicar-se, em parte, pela duração dos reinados respetivos, já que ambos foram monarcas durante mais de 45 anos. Mas essa não pode ser, contudo, a única explicação, já que as importâncias das menções feitas a estas cidades na época de D. Henriques se justificam, também, pelos problemas suscitados pela defesa do reino no caso de Coimbra, ou pelas operações de conquista e de controle do vale do Tejo, para as outras. A aceitar estas observações, restaria explicar o incremento das menções observado durante o reinado de D. Dinis.

## Quadro I

## Referências da Crónica de 1419 às principais cidades da Estremadura

	Afonso Henriques	Sancho I	Afonso II	Sancho II	Afonso III	Dinis	Afonso IV
Coimbra	34	4	2	5	0	17	0
Lisboa	17	1	2	0	4	15	9
Santarém	20	3	0	0	1	15	0

Sem organizar estas menções por grandes temas, vista a dimensão que elas atingem e a sua distribuição por quase todos os reinados, vejamos cada uma delas em particular. Começemos, então, por Coimbra, a cidade mais mencionada. Como antiga parte do território do reino, já desde o condado portugalense, marca presença em quase todos os reinados. Só está ausente do de D. Afonso III, quando o foco da narrativa está posto na conquista do Algarve, e do de D. Afonso IV. No que respeita a este último, a omissão deve estar relacionada com a perda de parte da obra, que já foi mencionada no capítulo anterior. Tanto mais que a crónica atesta a residência de Afonso IV em Coimbra, enquanto Infante, durante a parte final do reinado de seu pai, D. Dinis (C1419, p. 196).

Mas a importância da cidade de Coimbra não advém só desse estatuto privilegiado como residência dos reis, que se prolongou durante vários reinados. Voltaremos ao tema mais à frente, para tratar a preferência posterior pelas cidades do Sul. A deslocação da morada régia para Coimbra, desde os inícios do reinado de D. Afonso Henriques, como já notámos, coincidiu com a fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Patrocinado pela Coroa, converteu-se no primeiro Panteão Régio, sendo citado como o lugar de enterramento de D. Afonso Henriques (C1419, p. 84) e D. Sancho I (C1419, p. 104), mas também de D. Branca, filha deste último (C1419, p. 85). Ainda mais decisivo, foi o facto de Santa Cruz ser vista pelo cronista como a entidade responsável por guardar a memória do reino (Barata & Teixeira, 2003, p. 40).

Disso dá ele conta ao recorrer a uma escritura encontrada no mosteiro como fonte autorizada para reconstituir a campanha almóada de 1184 e a defesa de Santarém:

“foy movido de fazer guera a Portugal e juntou muytas gemtes de infieys de alem mar e daquem mar, segundo diz hua escriptura qe foy achada em Santa Cruz de Coimbra, que não era em memoria” (C1419, p. 80).

A cidade de Lisboa conta com 48 menções, sendo a segunda urbe mais citada, como já registámos. O relato da sua conquista ocupa um espaço muito significativo, incluindo os preparativos desta e a colaboração nela dos cruzados, alguns depois compensados com terras nos arredores de Lisboa, até à descrição minuciosa do cerco e dos combates pelo controlo da cidade (C1419, p. 46-51). Desde então, a cidade marcou presença na narrativa de todos os reinados, salvo no de D. Sancho II. Apesar deste destaque, ela não apresenta nos primeiros reinados qualquer estatuto especial. Após a conquista, a sua importância estava intimamente ligada ao seu porto de mar, onde se armavam as galés do rei, que tanto defendiam o reino, como atacavam os inimigos externos (C1419, p. 78). Não era pouco, por certo, mas não bastava para que ela se individualizasse entre as demais cidades do reino.

Esta realidade só começou a alterar-se durante o reinado de D. Dinis, que tomou interesse pela cidade (Marques & Serrão, 1995, p. 147), renovando ruas, construindo carniçarias e terminando conventos que D. Afonso III começara, como o de São Domingos de Lisboa (C1419, p. 142). Esta atenção também se fez sentir na região envolvente, sempre em torno de Lisboa, onde o monarca edificou os Paços de Frielas e de Benfica, que viriam a servir de residências, e patrocinou a construção do novo Mosteiro de Odivelas (C1419, p. 163). A multiplicação destas iniciativas permitiu que, com D. Dinis e com o seu filho, Afonso IV, Lisboa fosse vista como um espaço de residência mais apetecível para os monarcas, o que até então não tinha acontecido, pois não temos, até este reinado, testemunho de ter sido usada como residência habitual<sup>20</sup>. De resto, e como se sabe, ambos os monarcas viriam a eleger instituições da cidade e dos seus arredores como os locais para a sua última morada<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> A primeira referência a uma estadia nesta cidade dá-se numa carta de D. Dinis, “*estando eu [D. Dinis], a raynha e o Infante em Lixboa*” (C1419, p. 202).

<sup>21</sup> D. Dinis escolhe um mosteiro que se aproxima da cidade, mosteiro de Odivelas, embora esta seja uma rutura com a prática até então, este mosteiro não se considera integrado num centro citadino, mas

Por último, temos Santarém com 39 menções. Tal como Lisboa, Santarém foi outra das cidades conquistadas por D. Afonso Henriques, pelo que mereceu a atenção alargada do cronista. Tanto mais que a submissão desta cidade era um antigo projeto do monarca:

“E avia muyto tempo que el-rey com grande vontade desejava em seu coração de tomar a vila de Santarem, e esto por duas razões: a hũa porque era lugar muy forte e guereyro, de que faziam muy grande dapno em toda a sua terra, e a outra porque era melhor vila de todo seu reyno pela nobreza de seu asentamento.” (C1419, p. 35).

Após a conquista e ao longo de vários reinados, Santarém foi principalmente vista como um local de residência régia, sendo visitada com regularidade por vários monarcas<sup>22</sup>, ao contrário do que vimos para Lisboa. Talvez por estar mais afastada da fronteira Sul, mas o contraste era significativo, mesmo assim.

Em termos gerais, a Estremadura da Crónica surge maioritariamente como uma região de conquista e de fronteira. Sobretudo durante os reinados iniciais, os limites da Estremadura eram, em rigor, os limites do reino, facto que justificava a instabilidade característica dos ambientes de fronteira, com escaramuças regulares e com pequenos avanços e recuos de parte a parte. Se a narrativa se concentra nas operações para controlar as grandes cidades, nem por isso deixa de atestar os pequenos aglomerados existentes na região, que só com dificuldade são localizáveis, mas que revelam a importância do povoamento rural. Alguns deles são hoje pequenos aglomerados, como acontece com Montelraz (C1419, p. 43), com Pernes (C1419, p. 39), ou com Alfafar (C1419, p. 38). Mas outros deles já só são localizáveis por aproximação, graças às descrições feitas na crónica. É o caso dos locais em que o Rei repousou a caminho de Santarém, como Corvadelos (C1419, p. 38) ou a Fonte da Tarmar (C1419, p. 43), que se encontra a par de Montelraz, quando queria manter a investida em segredo, devendo tratar-se, por isso, de um sítio isolado, longe

---

sim num ambiente rural e, tendo como fundador e protetor este mesmo rei, faz desta uma rutura não muito considerável do que até então se praticava (Fernandes, 2007, p. 144). A quebra dá-se completamente com D. Afonso IV, que escolhe a Sé Catedral de Lisboa como seu lugar de descanso eterno, quebrando a tradição de sepultamentos em Casas Monásticas (Fernandes, 2007, p. 143).

<sup>22</sup> Dando apenas um dos vários exemplos por monarca, foi referida como estadia de D. Afonso Henriques (C1419, p. 62), de D. Sancho I (C1419, p. 89), de D. Dinis (C1419, p. 203) e de D. Afonso, enquanto infante (C1419, p. 215).

de qualquer povoação. Não é esta uma particularidade da Estremadura e já mencionamos anteriormente o lugar de Santidanhas, no Minho, também no contexto de um confronto militar. A atenção aos nomes de lugar e à microtoponímia parece acompanhar estas descrições de natureza militar, como se verifica de igual modo no relato dos confrontos que tiveram lugar durante a conquista do Algarve, como é exemplo o lugar do Desbarato (C1419, p. 148), do Furadouro (C1419, p. 149) ou do Cabeço do Mestre (C1419, p. 150).

A ordenação da vida religiosa da Estremadura também ocupa um espaço de relevo na Crónica, como seria de esperar numa região de conquista recente. Nela se dá conta da fundação do mosteiro de Alcobaça e da sua utilização como lugar de enterramento dos reis de Portugal e de mais elementos da família real<sup>23</sup>. Também se citam outros mosteiros construídos na região, como o convento de Tomar (C1419, p. 257), ou de Santa Clara de Santarém (C1419, p. 142). Mas sobretudo aqueles que se edificaram em Lisboa, como a Igreja de São Vicente de Fora (C1419, p. 54), o Convento de São Domingos (C1419, p. 142, 161), ou os mosteiros de Chelas (C1419, p.163) e de Odivelas (C1419, p. 163). Da Sé e das igrejas de Lisboa e de Santarém, ou dos respetivos termos, nada se diz, exceto a menção da construção do mosteiro de Santa Clara de Santarém por parte de D. Afonso III (C1419, p. 142). Da Sé de Coimbra, recorda-se que a sua construção fora encomendada pelo conde D. Henrique, pai de D. Afonso Henriques (C1419, p. 7).

A crónica também guardou memória do povoamento da região. Não já para assegurar a fronteira e o domínio cristão do território, como ocorrera com os cruzados que se instalaram durante o reinado de D. Afonso Henriques (C1419, p. 50), como já foi recordado, mas para garantir o seu aproveitamento agrícola. Tal como se observou noutras regiões, as iniciativas registadas pertencem todas ao reinado de D. Dinis e respeitam, em regra, a territórios de interior, afastados da fronteira. Foi o caso de Salvaterra de Magos, de Muge, do Cartaxo, ou da Asseiceira, todas nas terras férteis do vale do Tejo C1419, p. 164).

---

<sup>23</sup> O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça foi escolhido como o lugar de enterramento do Rei D. Afonso II (C1419, p. 119), de D. Afonso II (C1419, p. 162) e ainda da sua filha, D. Sancho (C1419, p. 146).

## 2.2. As Zonas Esquecidas

Analisadas as regiões privilegiadas pelo cronista e às quais ele dedica mais espaço, vejamos os territórios esquecidos. Como já se indicou, correspondem estes à região de Trás-os-Montes, à área circundante da Serra da Estrela, desde Viseu até à Sertã e a Castelo Branco, a chamada Beira Baixa, e ao Baixo Alentejo. Convém recordar, desde logo, que aquele esquecimento não é absoluto, mas relativo, e que se traduz numa reduzida densidade de topónimos registados pela Crónica, principalmente se comparada com outras regiões.

### 2.2.1. Trás-os-Montes

Comecemos por Trás-os-Montes. O desinteresse é neste caso muito interessante, em boa parte porque se trata de uma área de fronteira. Dir-se-ia que o cronista não se interessou pelas ações de reforço e de fortificação que nela ocorreram, ou que estas nem sempre tiveram os resultados mais esperados. É certo que a Crónica refere o povoamento de Bragança (C1419, p. 84) por D. Sancho I e que nela se alude à construção, por iniciativa de D. Dinis, da fortaleza de Miranda do Douro (C1419, p. 164), e, mais tarde, à ação povoadora de D. Dinis em Vinhais, Mirandela e Vila Flor (C1419, p. 164). Nada se diz, porém, do amuralhamento de Chaves, lugar em espaço aberto (Marques & Serrão, 1995, p. 177), ao contrário de Vinhais e de Bragança, de certo modo protegidas pelo relevo da região<sup>24</sup>, com as Serras da Coroa e de Montesinho a servirem como barreira natural às incursões vindas do Norte. Talvez porque Chaves, ao contrário de Bragança, esteve vários anos do século XIII sob domínio de forças leonesas (Barata & Teixeira, 2003, p. 56), que controlavam deste modo a fértil veiga entre Chaves e Vrin.

---

<sup>24</sup><https://pt-pt.topographic-map.com/maps/shel/Terras-de-Tr%C3%A1s-os-Montes/>, consultado a 23/04/20.

### 2.2.2. Beira Baixa

Observa-se um desinteresse semelhante pela região entre a Sertã, Castelo Branco e Viseu, a dita Beira Baixa, facto que contrasta, aliás, com a atenção prestada às terras de Riba-Côa e da Beira Alta. A exceção é a cidade de Viseu, com seis menções. Já referida como parte do Condado Portucalense (C1419, p. 4), surge identificada através da sua Sé, da qual se diz que foi mandada construir pelo conde D. Henrique (C1419, p. 7), pai de D. Afonso Henriques, embora se recorde ainda o envio de um dos seus tesoureiros a Castela, para receber D. Constança, a futura mulher de D. Pedro (C1419, p. 226). É também durante as negociações deste casamento que D. Afonso IV, faz desta cidade sua residência, adereçando várias cartas a partir desta (C1419, p. 236-242).

O contraste com as regiões mais a Norte não se traduz apenas num menor número de menções, mas também num povoamento mais rarefeito (Gomes, 1996, p. 14). Se os forais outorgados nesta região denotam o empenho na fixação de uma população estável e na atração de povoadores para a defesa da fronteira, revelam de igual modo a independência que os reis concediam aos seus moradores (Vicente, 2013, p. 36). Não admira, assim, que a construção de castelos, de muralhas e de torres de vigia, partisse a maior parte das vezes da iniciativa local, e não da ação dos monarcas. Estes últimos tinham essencialmente um papel de coordenação e de liderança dos esforços locais (Gomes, 1996, p. 9), dos esforços de uma população em boa parte deixada à sua sorte.

As ordens monásticas e militares, os senhores leigos e os concelhos, tiveram um papel decisivo na atração de povoadores e na consolidação da fronteira da Beira (Vicente, 2013, p. 36). As ordens militares do Templo (Vicente, 2013, pp. 195 – 202) e do Hospital (Vicente, 2013, p. 202 – 206) detinham aqui extensos territórios e foram responsáveis pela construção de diversos castelos e pela defesa do vale do Tejo. A primeira delas, foi a primeira ordem a receber doações nesta região, com as primeiras terras a serem entregues em 1165 (Vicente, 2013, p. 195), senhoreava as vilas de Castelo Branco e da Idanha, a antiga Egitânia, controlando vastas extensões de terras favoráveis para a prática da pastorícia (Vicente, 2013, p. 40). Embora exista uma grande escassez de documentos relacionados com esta ordem, sabemos que ela recebeu a primeira doação de terras nesta região por mercê de D. Sancho I (Vicente,

2013, p. 202). Tal como a Ordem do Templo, também os Hospitalários procuraram manter e expandir os seus domínios nessa região, através de doações e compras (Vicente, 2013, p. 203).

Pelas suas condições naturais, com solos pobres e pouco aptos para a prática agrícola, a região tinha um grande aproveitamento pastoril (Vicente, 2013, p. 10). O clima de guerra e o ambiente de fronteira favoreciam, aliás, o aumento desta atividade, já que a mobilidade dos rebanhos permitia recolhê-los rapidamente em recintos amuralhados, ou escondê-los em densas matas, em caso de perigo (Vicente, 2013, p. 237). O foral da Covilhã de 1186 já documenta a passagem de gado pela região, não sendo de admirar, por isso, que muitas das aldeias da região se tenham formado em torno de pequenas granjas dos freires das ordens militares, em regra cercadas e protegidas por torres (Gomes, 1996, p. 15).

Afastada dos centros de poder do reino, quer dizer, de Coimbra, Lisboa e Santarém, como já vimos, com terras pobres e gente escassa (Vicente, 2013, p. 51), a região manteve-se fortemente periférica, confiada aos cuidados das ordens militares e gozando até de uma certa liberdade de autogoverno. Os monarcas eram aqui um poder pouco presente, sendo essa ausência que provavelmente justifica a indiferença do cronista de 1419 por estas terras da Beira.

### **2.2.3. Baixo Alentejo**

O panorama não é muito diferente no Baixo Alentejo, com referências esporádicas e sem grande relevo. A vila de Beja é a mais importante desta região, com um total de 11 menções. No conjunto, a região surge maioritariamente como um espaço de guerra e de conquista, como acontece na C1419 com outros territórios do reino. E, talvez, daí advenha a razão para o reduzido número de referências. Na verdade, a conquista do Alentejo não foi, ao que parece, o resultado de grandes batalhas e de cercos prolongados, mas o produto de uma ocupação continuada, conforme a oportunidade aparecia e à medida que as vilas eram abandonadas pelos muçulmanos (Marques & Serrão, 1995, p. 46). Foi esse o caso de Beja, que foi tomada enquanto estava erma (C1419, p. 142), e também, talvez, o mesmo aconteça com

outras vilas, embora o cronista ateste a conquista de Aljustrel (C1419, p. 147) e de Mértola (C1419, p. 146).

Tal como na Beira Baixa, muitas das terras do Baixo Alentejo estavam sobre o domínio das ordens militares (Fontes, 2005, p. 39), dado o papel destas na defesa e na conquista do território. As Ordens Militares sempre representaram uma grande ajuda na defesa da fronteira, que, ao longo dos séculos XII e XIII se ia movimentando para sul, indo recebendo dos monarcas lusitanos castelos, primeiramente na linha do Tejo e da fronteira com Leão (Oliveira, 2020, p. 132), e mais tardiamente por todo o Alentejo (Oliveira, 2020, p. 133). A sua devoção ao combate aos mouros e defesa de fronteiras (Oliveira, 2020, p. 131), tornaram delas os aliados ideais para os Reis Portugueses em tempos de Reconquista. Mas se o cronista menciona a ação dos freires de Santiago, tendo estes começado a sua ação de conquista por Mértola e Aljustrel (C1419, p. 146), antes de entrarem no Algarve, pouco diz dos freires da Ordem de Avis<sup>25</sup>, inicialmente conhecidos como os Cavaleiros de Évora, mas que mudaram de nome depois da doação da vila de Avis (Barata & Teixeira, 2003, p. 47). Talvez este domínio das ordens militares ajude a explicar, por outro lado, o desinteresse do cronista por estes territórios do Alentejo.

Importa referir, por fim, a escassez de menções do cronista à costa alentejana. Dessa zona, não menciona qualquer localidade entre Alcácer e o Algarve. Trata-se, por certo, de uma área com fraca ocupação humana, ainda mais despovoada que o interior alentejano, como se comprova, aliás, pelos dados mais tardios do Numeramento de 1527<sup>26</sup>. Mas esta falta de menções também revela que a atividade portuária, que era expectável nas zonas costeiras, não era muito relevante, nem muito significativa<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> A C1419 apenas cita que não se conhece as circunstâncias em que Albufeira foi conquistada, embora alguns pensem que tivesse sido por D. Lourenço Eanes, Mestre de Avis (C1419, p. 160), os dados que temos acerca desta doação é que D. Afonso III terá doado a vila aos freires de Avis em 1250 (Cunha, 1984, p. 49).

<sup>26</sup> Mesmo nesta cronologia mais tardia, este vazio de população é notável, apenas se mencionando para toda a extensão da costa como lugares de relevo as Vilas de Sines e Vila Nova de Mil Fontes (Daveau & Galego, 1986, p. 52).

<sup>27</sup> Relevante a este tema da costa alentejana, é de relevo o trabalho desenvolvido por Teresa Correia sobre a vila de Sines, *A Vila e as Gentes de Sines – Dos tempos medievais à época moderna*. Aqui dá-nos conta que o desenvolvimento deste lugar é tardio, apenas começando a ganhar relevância no séc. XIV, sendo elevado a vila em 1362 (Correia, 2020, p. 47) e com o porto a começar a ser referenciado em 1377, começando a ganhar importância como o único porto entre Setúbal e o Algarve (Correia, 2020, p. 46). Porém, estes factos não foram suficientes para ser considerado de relevância suficiente para ser mencionado na C1419.

Seja como for, o litoral apresentava outras razões para este povoamento rarefeito. A área é caracterizada por fortes correntes, aspeto que limitava a atividade marítima e a que se juntava a escassez de bons portos naturais. A estes fatores naturais, acrescem os fracos acessos que havia a esta costa. Era, pois, um círculo vicioso: não havia bons acessos devido à fraca ocupação humana, e a fraca ocupação humana não justificava a existência de bons acessos. Por fim, a pirataria era uma atividade que afligia com regularidade a costa portuguesa (Bastos et al., 2012, pp. 103-104), a qual só a partir de meados do século XIII começou a ser contrariada pela ação das armadas do reino (Bastos et al., 2012, p. 105).

Conseguimos ver então que a descrição do território portugueses não é uniforme ao longo de toda a C1419. Esta discrepância é fruto da vontade do escritor de ressaltar determinados acontecimentos e personagens da história do reino, deixando outros na obscuridade, a sua afeição por determinados indivíduos em oposição a outros dirige, também, a linha narrativa. Como papel principal esta obra tem o objetivo de enaltecer os reis e senhores do reino, para além dos grandes eventos que marcam a história deste, assim vemos os feitos de D. Afonso Henriques a serem destacados, aumentando a saturação das menções na Estremadura, enquanto a linha da guerra levou o autor a fazer uma descrição geográfica, bastante abrangente do Algarve e da intervenção da Ordem de Santiago nele. O autor procurou também destacar a importância que foi dada à proteção das fronteiras, evidenciando os trabalhos realizados nas duas grandes entradas de Leão no território português, pelo Alto Alentejo e a Beira Alta.

Já os vazios, podemos pressupor que ocorrem por variadas razões. A primeira, e mais simples, será o desinteresse por parte do autor, quer pela falta de acontecimentos nestas regiões, ou pelo desconhecimento deles, devido à falta de fontes. Outra razão será a pouca influência que o Rei, teria sobre algumas destas regiões, não sendo possível exaltar os feitos deste, é então esquecido esse território, como vemos acontecer na Beira Baixa e no Baixo Alentejo, regiões fortemente controladas pelas Ordens Militares.

### **3. As Gentes nos Espaços**

São muitos e diversos os grupos e os atores sociais que surgem identificados ao longo da C1419. Em grande destaque, temos o Rei e os Nobres, que são muitas vezes os protagonistas dos acontecimentos relatados. Mas também temos o testemunho de algumas funções que certos homens desempenhavam à época. Estas funções, na sua maioria, são posições de auxílio ao rei na governação do território, como alcaides, alferes e chanceleres. Temos ainda o clero, tanto o regular, presente nos muitos mosteiros e conventos citados, como também o clero secular, como os párocos, clérigos e bispos, em contacto mais próximo com as populações. Dado o ambiente de guerra retratado pela crónica, a menção aos mouros é outra constante. Ainda que a sua presença na C1419 tenha uma ligação óbvia com o quotidiano da guerra, é possível documentar a relação que eles mantinham com o território. Por último, temos um sector da sociedade muitas vezes esquecido e pouco falado, as mulheres, embora estas representem metade da população.

#### **3.1. Os monarcas**

Os monarcas são a figura central da C1419. Ao acompanharmos nas linhas que se seguem os seus passos na crónica, veremos como ela recriou uma memória essencialmente régia do território. O reinado de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, que reina durante 46 anos, ocupa mais de um quarto da C1419, abrangendo 44 dos seus 166 capítulos (25.6%). Sobretudo preocupado com a afirmação da sua independência e com a expansão do condado, que mais tarde se torna reino, a crónica dá conta das suas andanças por todo o território, maioritariamente em campanha.

A vida de D. Afonso Henriques começa em Guimarães, muitas vezes descrita como o berço da nação, sendo lá que nasceu o primeiro rei (C1419, p.6). Foi também nesta vila que ele se afirmou como líder da nobreza portuguesa e da oposição à sua mãe (C1419, p.10). Havia já algum tempo que a nobreza nortenha se inquietava com D. Teresa e com a influência que os nobres galegos haviam ganho desde a morte do Conde D. Henrique (Barata & Teixeira, 2003, p. 37). Como se sabe, D. Afonso Henriques cedo tomou o partido da nobreza portugalense (Marques & Serrão, 1995,

p. 24), vindo a derrotar a sua mãe às portas de Guimarães, num local que a crónica nomeou como Santidanhas (C1419, p. 10).

Esta vitória sobre os partidos apoiantes de sua mãe reforçou o seu papel de liderança do condado. E com o apoio dos nobres do Norte, é a partir deste momento que D. Afonso foca os seus esforços na campanha da Reconquista. Assim, para estar mais perto da linha da ação, muda a corte para Coimbra (C1419, p.16), tornando-se esta a residência do rei, se usarmos a definição de Rita Costa Gomes para as residências dos reis: “qualquer estrutura material construída na qual tenhamos referência que o monarca se instalou, seja ou não de sua propriedade.” (Gomes, 1995, p. 255).

Embora a vida de D. Afonso esteja repleta de relatos de campanhas e conquistas, quatro delas têm uma importância especial. São estas Leiria, Santarém, Lisboa e a batalha do Campo de Ourique.

Foi de Coimbra que D. Afonso Henriques partiu para *tomar leiria*, tal como explicita o título do capítulo respetivo. A Crónica é muito lacónica quanto à ocupação destes espaços, apenas registando a data respetiva: “a dez dias de novembro, andando então a era em mil e çemto e cinquenta e çinquo e avemdo ele [D. Afonso Henriques] XXIII anos de idade” (C1419, p. 17). Esta ação do monarca mostra o seu conhecimento do território. Com a fixação em Coimbra, era necessário assegurar a proteção da cidade, a qual, apesar dos castelos que a defendiam, era fácil atacar a partir de Santarém, seguindo a antiga via romana entre Lisboa e Coimbra. Esta foi a primeira operação de reforço do território, onde foi construído um castelo, em lugar, possivelmente, ermo, dirigida por D. Afonso Henriques (Mattoso, 2001c, p. 79). Com Leiria sob controlo, havia um castelo português a meio caminho entre Santarém e Coimbra, o que reforçava a segurança (Barata & Teixeira, 2003, p. 41), mas que também era um ponto a partir do qual se podiam realizar outros fossados e conquistas. Seja como for, a instabilidade desta fronteira manter-se-á até à conquista de Santarém<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> É relatado na C1419 que o Rei Mouro Ismar tomou Leiria, depois de ter sido vencido na batalha do Campo de Ourique, D. Afonso teve de voltar a conquistá-la, mas em vez de a deixar ao cargo do prior de Santa Cruz de Coimbra, confiou a vila a um alcaide (C1419, p. 33). A importância da posição estratégica de Leiria era tal que, entre a conquista de Leiria (1135) e de Santarém (1147), Leiria é um posto estritamente militar, para garantir a sua proteção, devido às investidas muçulmanas, que levaram mesmo à perda da vila (Mattoso, 2001c, pp.79-80).

Sempre com saída de Coimbra, a crónica registou outras campanhas do rei. A mais importante teve lugar a Sul do Tejo, com o monarca a avançar por terras muito despovoadas e a chegar, sem grande esforço, até um lugar chamado Cabeças del Rei (C1419, p. 19). Foi nestes campos que a vida de D. Afonso Henriques ganhou novo rumo. Com uma visão de Jesus Cristo, e com o espírito renovado, D. Afonso Henriques armou-se para defrontar as hostes muçulmanas. Foi elevado a rei pelos seus cavaleiros e ganhou a sua primeira batalha como Rei de Portugal. Em consequência desta vitória, o novo rei mudou a bandeira, dispondo nela uma cruz azul sobre fundo branco, em memória do aparecimento de Cristo. Segundo o cronista, os cinco reis mouros vencidos naquela batalha foram igualmente recordados através da colocação de cinco escudos sobre a cruz, com trinta dinheiros em cada um, o montante por que Jesus fora vendido (C1419, p. 24)<sup>29</sup>.

Mas a principal operação preparada em Coimbra foi a conquista de Santarém. Estes preparativos foram feitos em segredo e o rei só os revelou aos seus cavaleiros no exterior da cidade, num lugar identificado como Arnado. Santarém tinha defesas importantes, quer pela sua localização geográfica, quer pelo seu, já nesta altura, impressionante sistema de muralhas e guarnecimentos de armas. Para ultrapassar estes pontos pouco propícios à sua conquista, já tinham sido enviados batedores à vila para divisar a melhor estratégia de conquista. Graças a todos estes cuidados, a operação foi curta, com uma entrada furtiva na vila (Barata & Teixeira, 2003, p. 44). Assim, alguns homens subiram às muralhas, pelo meio de escadas, abrindo as portas para o resto da hoste que ficara no exterior. Pelo caminho, deveriam matar todos que encontrassem, sem poupar ninguém, nem homem, nem mulher, nem criança, nem idoso (C1419, p. 40).

Assim que Santarém foi conquistada, D. Afonso voltou para Coimbra e começou a preparar a conquista de Lisboa, importante para controlar a Estremadura. Esta conquista foi facilitada pelos guerreiros que vinham do Norte da Europa em direção ao Oriente, para lutarem na Segunda Cruzada. Tendo estes atracado no Porto, o Bispo da cidade convenceu-os, em nome do Rei, a que participem na conquista (Barata & Teixeira, 2003, p. 44). Infere-se que o monarca estivesse ciente

---

<sup>29</sup> Segundo Mattoso, "É provável, para os contemporâneos, que a colocação dos escudetes em cruz sugerisse a formação ordenada do exército e, por conseguinte, a participação dos chefes e dos cavaleiros, ao mesmo tempo que apontava o motivo religioso impulsionador da luta contra os Mouros" (2001b, p. 167)

da iminente chegada destas frotas, razão pela qual incorre em duas conquistas, desta envergadura, com tão pouco tempo de descanso entre elas.

O cerco esteve montado durante cerca de dezassete semanas<sup>30</sup>. Não é de estranhar, pois, que existam muito relatos dele, quer da parte portuguesa, quer dos estrangeiros, embora o relato que dela faz a C1419 seja muito resumido. Aos estrangeiros que escolheram ficar no reino, também seriam dadas regalias depois da conquista. Igrejas foram erguidas para que pudessem enterrar os seus mortos, a de Nossa Senhora dos Mártires e a de São Vicente de Fora (Barata & Teixeira, 2003, p. 44). Igualmente foram-lhes dadas terras em torno de Lisboa para povoarem. São exemplos disso a Atouguia da Baleia, Lourinhã, Arruda dos Vinhos, Vila Verde, Vila Franca, Azambuja e Almada (C1419, p. 50).

Na C1419, D. Afonso Henriques surge como o ideal do Rei Guerreiro. A narrativa das suas façanhas está repleta de relatos de batalhas, mas apenas das que ele saiu vitorioso. Ao querer imortalizar e preservar a imagem do monarca, como um conquistador indisputável, o cronista não quis retratar algumas das batalhas em que ele fracassou. Nas batalhas até agora descritas na C1419, o rei sai sempre vitorioso, quer isto leve mais ou menos tempo. É verdade que alguns lugares são perdidos durante o reinado de D. Afonso Henriques, mas estas perdas, até agora, nunca se dão em confrontos diretos com o ele. O episódio que melhor dá conta disto é o da conquista de Alcácer. Para contornar o facto de D. Afonso Henriques ter falhado duas vezes a conquista de Alcácer, o autor preferiu começar a narrativa num tempo posterior, já depois de ele ser bem-sucedido. Esta conquista surge na sequência da tomada de Lisboa, quando as conquistas foram mais espaçadas, mas continuam, a princípio com o foco no resto da Estremadura, depois avançando pelas terras de Além-Tejo, com o controlo do território da cidade de Beja.

Embora a conquista dos territórios concentre a atenção do cronista, a C1419 oferece outra faceta de D. Afonso Henriques. A de governador do território e de responsável pela sua defesa. Isto é notório na sua preocupação com a proteção das vilas e cidades, depois de conquistadas e antes de abandonar os locais. Em várias ocasiões, surge a reforçar e a abastecer castelos, como os do Norte (C1419, p. 16) e

---

<sup>30</sup> Para um panorama desta conquista, MARTINS, Miguel Gomes – *1147 A conquista de Lisboa na Rota da Segunda Cruzada*. Lisboa: A Esfera do Livro, 2017.

os lugares que tomara na Estremadura (C1419, p. 58), especialmente depois do incidente de Badajoz, quando deixou de ter um papel ativo nas conquistas, passando essa tarefa para seu filho, o infante D. Sancho. Com isso, terminou a carreira militar de D. Afonso Henriques.

A atividade militar de D. Sancho inicia-se ainda Infante e dirige-se pelas terras da Estremadura e do Alentejo, para chegar a Sevilha, passam por Penela, Golegã, Évora e Beja (C1419, p. 69). E D. Sancho, partilhando da grande aptidão guerreira de seu pai, quis fazer algo, que até então nenhum outro cristão tinha feito, ir contra Sevilha, sendo este o fossado de maior importância na qual D. Sancho fez parte, saindo vitorioso de lá (C1419, p. 72).

D. Afonso Henriques faleceu em Coimbra, onde tinha passado o resto do seu reinado, depois do termo das suas campanhas militares. Foi sepultado no Mosteiro de Santa Cruz da mesma cidade Três dias depois, ainda em Coimbra, D. Sancho I foi coroado.

Ainda que o reinado de D. Sancho I seja mais curto que o de seu pai, o espaço que ele ocupa na C1419 é ainda menor. Os 25 anos do seu reinado, cerca de metade da duração do reinado anterior, não correspondem a mais do que um quarto dos capítulos que o cronista dedicara ao rei-fundador. No conjunto, apenas lhe foram consagrados onze capítulos, correspondendo a 6.6% da C1419. Por outro lado, as menções do cronista à atividade militar e às conquistas de D. Sancho I não parecem ter a importância que apresentavam no reinado anterior. Se elas mantêm um lugar de destaque, não se deteta qualquer preocupação para representar o novo monarca como um conquistador invicto, como acontecera com o seu antecessor. E até se registaram na crónica cercos que não foram bem-sucedidos, como sucedeu com caso de Serpa (C1419, p. 89).

A conquista de Silves foi a primeira grande campanha militar de D. Sancho, depois de ser rei. Aproveitando a passagem por Lisboa dos cruzados com destino a Jerusalém, o rei acertou com eles o cerco de Silves, num cenário que parecia muito auspicioso, com o rei de Leão e o califa almóada preocupados com outras disputas (Barata & Teixeira, 2003, p. 49). Uma parte da hoste portuguesa dirigiu-se a Silves por terra, sob o comando do conde Dom Mendo, enquanto a restante força seguia com o monarca por mar, juntando-se ao cerco.

O cerco de Silves assemelhou-se ao cerco de Lisboa, pelo facto de termos, também, um relato de um dos cruzados que aqui lutou<sup>31</sup>, mas mesmo assim, o cerco de Silves ocupa um lugar de destaque na C1419, ocupando cinco capítulos, enquanto a conquista de Lisboa se resume em um. Temos uma descrição muito completa do cerco, que durou cerca de seis semanas, com detalhes dos engenhos e das táticas de assalto usadas (Barata & Teixeira, 2003, p. 51). Embora seja impossível confirmarmos o conhecimento do relato por parte do auto da C1419, a extensão dada a esta narrativa mostra-nos a importância que esta conquista teve no contexto nacional.

Mas se Silves se destaca como a mais importante conquista deste reinado, não foi a única. A crónica também registou as conquistas de Tui, de Pontevedra e de Elvas (C1419, p. 103). No reinado de D. Sancho I, a preocupação com a defesa e a conservação do território já conquistado ganha, no entanto, maior relevância. Por isso se faz menção à obra então feita em vários castelos, como é o caso de Coimbra e de Montemor-o-Novo, e, sobretudo, ao povoamento de outros, como Palmela, Penela, Covilhã, Guarda e Bragança (C1419, pp. 103-104), razão que valeu ao monarca o cognome de *Povoador*. Esta preocupação não era infundada, pois, durante o seu reinado e o do seu pai, haviam-se perdido algumas praças de maior relevância, como Alcácer e Silves (C1419, p. 101).

Quando D. Sancho I morreu, foi enterrado em Coimbra, ao lado de seu pai, no Mosteiro de Santa Cruz. Subiu ao trono o seu filho, D. Afonso II, que teve com um reinado de onze anos, ainda mais curto que o anterior. Mas ao qual o cronista concedeu um espaço muito semelhante. Foi retratado em dez capítulos, um total de 6% da crónica.

Ao contrário dos seus antecessores, D. Afonso II não se destacou pelas qualidades militares, até devido aos problemas de saúde que teve. O seu reinado caracterizou-se pela inovação na administração interna, mas numa época de conflitos e de guerras constantes (Marques & Serrão, 1995, pp.41, 42). Em contraste com os monarcas anteriores, D. Afonso não esteve presente em nenhuma campanha militar, nem teve qualquer protagonismo nos episódios que a C1419 descreve durante o seu

---

<sup>31</sup> Este relato foi traduzido e anotado por João Baptista da Silva Lopes, com o título *Relação da Derrota Naval, Façanhas, e Sucessos dos Cruzados que Partirão do Escalda para a Terra Santa no anno de 1189*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1844.

reinado. O destaque cabe por inteiro a outros personagens: ao seu irmão Afonso, o conde de Bolonha, ao bispo de Lisboa e aos cruzados de Alcácer, ou a outro dos seus irmãos, Pedro Sanches que trouxe as relíquias dos Mártires de Marrocos para Coimbra (C1419, pp. 117 - 119). O cronista quase que só abriu espaço para referir a morte do monarca e o seu enterramento em Alcobaça.

O reinado do quarto rei assemelha-se em muito ao do seu avô homónimo, quer em anos de reinado, quer em número de capítulos. Reinando durante 24 anos, um ano a menos que D. Sancho I, D. Sancho II ocupa na crónica os mesmos onze capítulos, representando, também, 6.6% do total da obra. Mas as semelhanças parecem ficar por aí.

Ainda menor quando herdou o trono, D. Sancho II não é objeto de uma representação positiva na crónica, em parte devido à impopularidade do governo do seu progenitor. A resistência principal vinha do clero, já desde o reinado de D. Afonso II, que se opunha as políticas do monarca e que julgava que este não olhava aos males do reino. Os problemas agravaram-se com Sancho II e a crónica quase que reduz a narrativa do reinado à deposição do monarca. Com o apoio do Papa, o rei foi destituído e escolhido o seu irmão, D. Afonso, conde de Bolonha, como regedor do reino. Com o regresso deste a Portugal, iniciou-se um confronto entre os que apoiavam o Rei e os partidários do conde.

Como se sabe, o conflito dividiu o reino, com alguma nobreza a tomar partido pelo rei, mas com a grande maioria a apoiar o conde de Bolonha<sup>32</sup>. Este último encontrou apoio em Óbidos, e, se em boa parte do território era recebido com grande veneração (C1419, p. 132), teve que lutar para assegurar o controlo doutros lugares. Somente dois, Coimbra e Celorico da Beira, não lhe prestaram a vassalagem esperada, pelo menos enquanto o Rei D. Sancho foi vivo. Estas localidades foram sujeitas a cercos, mas só após a morte de D. Sancho se entregaram a D. Afonso.

Durante o conflito com o seu irmão, D. Sancho II contou com o apoio de uma força militar comandada pelo infante castelhano, o futuro Afonso X (C1419, pp. 131 - 133). Com ele regressaria a Castela pouco tempo depois, quando a situação no reino

---

<sup>32</sup> Para uma análise mais profunda deste tema, com os antecedentes e consequências sociais e política, ver José Mattoso, *A crise de 1245*, em MATTOSO, José – *Portugal Medieval Novas Interpretações*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002.

se complicou. Passaria por Moreira de Rei a caminho de Toledo. Faleceria nesta cidade, onde foi sepultado, tendo os seus partidários permanecido em Castela, ou regressado ao reino, onde se submeteram ao novo monarca.

Primeiro como regente, depois como rei, D. Afonso esteve no trono durante 31 anos, ocupando a narrativa desses anos treze capítulos, 7.8% da crónica. Das suas ações, a crónica registou a preocupação em reparar os danos do reinado anterior e em promover a colonização do reino, com o povoamento de Beja e a reedificação de Estremoz, ou com a construção dos conventos de São Domingos de Lisboa e de Santa Clara de Santarém (C1419, p. 142). Mas a atenção do cronista concentra-se na conclusão da empresa da Reconquista, com a conquista do Algarve. Como veremos mais adiante, foi esta protagonizada pelos cavaleiros da Ordem de Santiago, boa parte dela ainda durante o reinado anterior. O monarca apenas estará presente, de uma forma simbólica, na tomada de Faro, em inícios de 1249 (Barata & Teixeira, 2003, p. 62). Como seria de esperar, o cronista também registou a morte de D. Afonso III em Lisboa, sendo sepultado em Alcobaça, a par do seu pai.

O reinado do seu filho, D. Dinis, é o de maior extensão narrativa na C1419. Prolongou-se por quase 46 anos e foi retratado em 45 capítulos, perfazendo 27.1% da obra. Aí se guardou memória das muitas obras que fez no reino destinadas a consolidar a fronteira, processo que já foi referido em capítulos anteriores, especialmente na zona da Beira Alta e do Alto Alentejo. Também se registou a criação do Estudo Geral de Coimbra, a abertura da Rua Nova e as Carniçarias de Lisboa, ou a construção dos paços de Benfica, de Frielas e de Xabregas, assim como a fundação do Mosteiro de Odivelas, onde o rei acaba por ser sepultado (C1419, p. 163). Por tudo isto, não admira que a crónica o considere como o melhor rei que houve até então (C1419, p. 162).

A principal novidade deste reinado foi, no entanto, a importância do papel do rei e do reino na política externa peninsular. A fronteira que agora era preciso proteger e consolidar ficava a Este, já não tanto a Sul. O assunto motivou algumas das viagens que D. Dinis faz aos reinos vizinhos, mas a crónica também deixou notícia de campanhas diplomáticas, como a que em que ele interferiu na decisão de dividir algumas terras entre os reinos de Castela e Aragão, saindo de Portugal pela zona da Guarda (C1419, pp. 177-179).

Uma das conjunturas mais marcantes do reinado foram as contínuas desavenças com D. Afonso, o infante herdeiro<sup>33</sup>. Desde cedo, o Infante tomou várias ações que visavam debilitar a imagem de seu pai, mas principalmente do seu meio-irmão, bastardo de D. Afonso Sanches, visto como o favorito do pai de ambos. Tal como acontecera anteriormente, a contenda entre ambos dividiu o reino, com a nobreza a tomar partido por um dos lados. Sem que houvesse uma batalha direta entre Rei e o Infante, a tensão entre eles era maior na zona entre Coimbra e Lisboa, onde por várias vezes o confronto esteve iminente. Mas foi no Norte do país que o Infante acumulou apoios, conseguindo controlar Coimbra, a que se seguiram Montemor-o-Velho, Porto, Santa Maria da Feira, Gaia e Guimarães. Este movimento para o norte, a zona senhorial, contava com o apoio dos grandes senhores do Norte, já há muito descontentes com as políticas de D. Dinis, que se esforçara por conter as regalias e os poderes que a nobreza senhorial tinha usufruído até então (Barata & Teixeira, 2003, p. 66). Ainda que o conflito se tenha estendido durante vários anos, terminou com um acordo entre ambos, com cedências ao infante herdeiro e aos seus apoiantes, a fação senhorial, que o monarca tinha procurado manter sob um controlo apertado.

D. Afonso IV reinou durante 32 anos. A C1419 não registou, porém, os acontecimentos de todo esse período. A narrativa desta termina pouco depois do fim da guerra esquiva, quer dizer, da guerra com Castela. Podemos concluir, então, que o cronista só descreveu o reinado de D. Afonso IV até à quarta década do séc. XIV (Martins, 2004, p. 1). O cronista reduziu, pois, este reinado a cerca de quinze anos, que foram descritos em 32 capítulos, correspondendo a 19.4% do total da crónica.

O tema central deste reinado é o casamento do infante herdeiro, D. Pedro, motivo de perturbações posteriores. Apesar das capitulações matrimoniais, com lugar em Estremoz, onde esteve D. Afonso IV, e da celebração do casamento por procuração, na cidade de Évora, D. Constança não pode vir imediatamente para Portugal, devido à oposição de D. Afonso XI, que a reteve em Castela (Martins, 2004, p. 24). Nas tentativas de resolução deste impasse, feitas através do envio de missivas, vemos as movimentações dos respetivos intervenientes. D. Afonso IV começa por

---

<sup>33</sup> Para uma análise mais profunda deste conflito ver José Mattoso, *A Guerra Civil de 1319-1324*, em MATTOSO, José – *Portugal Medieval Novas Interpretações*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002

escrever de Lisboa, mudando-se depois para Viseu e aproximando-se da fronteira (C1419, p. 237).

Não obstante a correspondência entre os dois monarcas e D. João Manuel, pai de D. Constança, a situação escalou até ao ponto da violência, começando um conflito armado, conhecido como a *guerra esquiva*. Ambos os reis montaram incursões militares, assolando as zonas de fronteira. As mais penalizadas foram o Alto Alentejo no Sul e o Minho no Norte, a partir do qual se fez uma entrada na Galiza (C1419, pp. 251 – 253). Estas movimentações foram sobretudo punitivas, não para conquistar, mas para destruir, retirando-se depois as forças militares dos dois lados para os reinos de origem. Os conflitos só terminaram graças à intervenção do Papa e do Rei de França (C1419, p. 258), embora os ataques não tenham cessado enquanto as negociações decorriam, o que dificultou a chegada a um entendimento. Mas, por fim, a paz foi conseguida e D. Constança pôde finalmente viajar para Portugal.

### 3.2. Os Nobres

Como braço direito do monarca, a Nobreza aparece muitas vezes ao longo da crónica. Estes nobres, para serem realmente reconhecidos como nobreza necessitavam de ter um estatuto político que se perpetuasse pelo sangue (Marques, 2012, p. 74). Na maior parte dos casos, são só mencionados os nobres que apoiam o Rei, pessoas da sua confiança, nas quais ele delega funções, por norma de natureza diplomática, mas também no domínio das atividades guerreiras, pois a nobreza era um grande apoio na manutenção e expansão do território (Marques, 2012, p. 20). Veremos que a maioria das menções à nobreza se devia a situações de guerra, ou, em exercício das suas funções militares (Marques, 2012, p. 77). Mas, como já foi mencionado, houve alturas ao longo da história do reino que colocaram irmão contra irmão, e pai contra filho. Nestas instâncias os nobres dividiam-se, alguns apoiando o Rei e outros aqueles que lhe fazia oposição.

O apoio da Nobreza é uma preocupação muito importante para os monarcas, quer pela colaboração que deles recebiam, quer porque eles próprios se viam como fazendo parte desse grupo. Deduz-se isso da importância que o primeiro capítulo da crónica dá à linhagem de D. Afonso Henriques, associando-o a outros grandes nobres

da Europa, por descender do Rei da Hungria por parte do pai, e do Rei de Castela pelo lado da mãe (C1419, p. 3).

Ainda Infante, D. Afonso Henriques contou com o apoio da nobreza condal, que se afastara de D. Teresa, devido à crescente influência galega, principalmente desde a sua aproximação a D. Fernão Peres de Trava, importante nobre daquela região (Barata & Teixeira, 2003, pp. 37-38). Entre os apoiantes do Infante, a crónica destaca Dom Egas Moniz, o seu aio. As suas ações fizeram dele, para o cronista, o modelo do vassalo fiel, dado o respeito pelo valor da palavra, da lealdade e da honra<sup>34</sup> (Barata & Teixeira, 2003, pp. 38), sendo estas qualidades, juntamente com a participação na guerra contra os mouros, uma das principais razões de exaltação na C119 (Marques, 2012, p. 75). Além dele, D. Afonso contou com o apoio inabalável de um grupo próximo de nobres, ao longo de todo o seu reinado. Em particular, dois dos filhos de Dom Egas Moniz: Dom Mem Moniz, que o acompanhou em várias conquistas e Dom Martim Moniz, que morreu na Batalha de Ourique, onde o Infante foi elevado a Rei (C1419, p. 21). Para além da família Moniz, contou com o apoio de Dom Diogo Gonçalves, um rico-homem<sup>35</sup> que também, perdeu a vida na Batalha de Ourique. A Crónica registou igualmente os nomes de Dom Lourenço Viegas e de Dom Gonçalo de Sousa, que, juntamente com Dom Mem Moniz, continuaram a acompanhar e a servir D. Afonso Henriques.

Desde o início do seu reinado, D. Afonso Henriques beneficiou de igual modo do apoio da alta nobreza, principalmente da área do Minho. Puderam estes exercer os seus cargos, sem grande interferência por parte do Rei (Mattoso, 2001b, p. 111), e, com a mudança de D. Afonso Henriques para Coimbra, conseguiram cimentar ainda mais o seu poder na região (Marques & Serrão, 1995, p. 25). O afastamento de D. Afonso do Minho e a sua proximidade com nobres de origem galega (Mattoso, 2001b, p. 112), gerou, porém, algumas animosidades, que se manifestaram nos reinados seguintes.

Ao longo do seu reinado, D. Afonso continuou a procurar e a angariar apoios de outros nobres, nacionais e estrangeiros. Foi o que fez por ocasião da conquista de

---

<sup>34</sup> Estas características são também analisadas no artigo *João Soares Coelho e a gesta de Egas Moniz*, de José Mattoso em MATTOSO, José – *Portugal Medieval Novas Interpretações*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002.

<sup>35</sup> “Rico-Homem. Grau mais elevado da nobreza na estratificação social dos primeiros séculos dos primeiros séculos da Monarquia.” (Serrão, 1992e, p. 345).

Lisboa, com cruzados vindos do Norte da Europa. Estes guerreiros foram recompensados pelo apoio que deram ao monarca, recebendo terras em redor de Lisboa (C1419, p. 50), onde se puderam instalar. Dessa forma, garantia-se a permanência de guerreiros experientes na região e mostrava-se, por outro lado, que o Rei de Portugal recompensava os seus apoiantes.

Afonso Henriques também se serviu do casamento das suas filhas para conseguir aliados poderosos no exterior (C1419, p. 56). O primeiro deles foi celebrado entre a Infanta D. Mafalda e Afonso II de Aragão, em 1160, o outro em 1165, entre a Infanta D. Urraca e D. Fernando II de Leão (Mattoso, 2006, pp. 279-280). Numa altura em que a independência do reino ainda não fora reconhecida pelo Papa, que só o fará a 23 de maio de 1179, através da Bula *Manifestis Probatum* (Marques & Serrão, 1995, p. 32), estas alianças fortaleciam o lugar de Portugal no quadro da Península. Era sobretudo importante a aliança com Leão, pois era deste reino que vinha a principal ameaça à independência portuguesa.

Esta política manteve-se com D. Sancho I, que procurou manter a harmonia com os nobres e encontrar apoios diplomáticos no exterior, tanto mais que as hostilidades com Leão não abrandaram. Mas o progressivo afastamento da família real do Norte, e, por conseguinte, das linhagens da região, que à época eram das mais poderosas do reino, não deixou de criar obstáculos a um relacionamento mais harmonioso. A isso se juntava, o favorecimento de famílias de origem galega e de menor importância, que receberam terras e cargos e ganharam poder (Mattoso, 2001b, p. 112). Tudo isto criou fissuras nas relações com as famílias mais antigas. Ainda que a C1419 delas nada diga, as hostilidades começaram no fim do reinado de D. Sancho I, com conflitos tanto com a nobreza, como com o clero. De certa forma, este ambiente de tensão prolongou-se nos reinados seguintes e só será completamente resolvido com D. Afonso III.

Os conflitos com a nobreza recuam ao reinado de D. Sancho I, com este a ordenar a destruição de fortificações senhoriais, os primórdios da afirmação da Coroa como única detentora de estruturas fortificadas (Barata & Teixeira, 2003, p. 54). Como já foi referido, D. Afonso II é um rei ausente do relato da C1419, pelo que o lugar de destaque da narrativa é ocupado por uma das figuras mais importantes da nobreza, o seu irmão, o Infante D. Pedro, que teve um papel decisivo na vinda dos restos dos

mártires para Portugal<sup>36</sup>. Surge este na crónica como uma personagem independente, cuja história não apresenta nem características de apoio, nem de rivalidade para com o rei. Mas cuja memória lhe faz sombra.

Mas os conflitos com a nobreza não desapareceram. Por ser um rei incapaz de combater, D. Afonso II dedicou-se à administração do reino e encetou um processo de centralização de poder, vigiando e controlando alguns abusos de poder que aconteciam no Norte Senhorial (Barata & Teixeira, 2003, p. 55). Porém, a circunstância que mais dividiu os nobres do reino foi a disputa do monarca com as suas irmãs, devido ao testamento de seu pai, D. Sancho I (Barata & Teixeira, 2003, p. 56). Sem estar resolvida quando D. Afonso II faleceu, prolongou-se pelo reinado de D. Sancho II, que foi coroado ainda menor e que cedeu então às concessões presentes no testamento de seu avô, D. Sancho I, para com as suas tias (Barata & Teixeira, 2003, p. 58). Se estas concessões fizeram com que ele fosse de início visto como um bom rei — “começou de ser bõo rey” (C1419, p. 119) —, assumiria depois outra posição, menos apaziguadora. E a nobreza, assim como o clero, como veremos, dividiram-se entre apoiantes de D. Sancho II e apoiantes do Conde da Bolonha, D. Afonso.

Por esta época, a nobreza podia dividir-se em duas fações distintas, o partido senhorial e o partido monárquico (Barata & Teixeira, 2003, p. 59). Estas fações aproximavam-se ou afastavam-se do rei de acordo com as medidas tomadas por este, se saíam beneficiadas por elas, ou não. Quando despontou a guerra civil entre D. Sancho II e seu irmão, D. Afonso, o partido monárquico contava com várias famílias da alta e média nobreza. Entre elas, estavam os de Riba de Vizela e os de Soverosa (Barata & Teixeira, 2003, p. 60), além doutros nobres como os alcaides<sup>37</sup> de Celorico da Beira e de Coimbra, D. Fernando Rodrigues Pacheco e D. Martim de Freitas. A lealdade destes homens coloca em primeiro plano o pacto de honra e lealdade que eles haviam firmado com D. Sancho II, realçando o sentimento de serem vassallos do Rei (Marques, 2012, p. 88). Em contrapartida, D. Afonso contava com o apoio de membros do alto clero e de várias famílias da alta e média nobreza, como a muito influente família dos de Sousa, os de Baião, os de Valadares e os Briteiros, assim

---

<sup>36</sup> O relato desta história é feito na C1419, p. 113-119.

<sup>37</sup> “Alcaide. Governadores das vilas (povoações fortificadas). O Alcaide representava o rei e exercia, portanto, funções militares, assim como administrativas e judiciais.” (Serrão, 1992a, p. 81).

como da família dos de Portocarreiro (Barata & Teixeira, 2003, p. 60). Foi entre estas duas fações, encabeçadas pelo respetivo pretendente ao trono, que aconteceram a maior dos conflitos, acabando o partido senhorial por sair vencedor, com D. Afonso III a tornar-se Rei, após a morte de seu irmão. O novo monarca teve que apaziguar o reino, recompensando os nobres que o apoiaram com lugares dentro da corte (Barata & Teixeira, 2003, p. 62).

As alianças e as relações peninsulares de D. Dinis tiveram reflexo na composição da Corte do monarca. Entre eles, encontrava-se o Infante D. João de Castela, seu tio, e D. Raimondo de Cardona. Mas os laços assim estabelecidos também permitiram estabelecer alianças com importantes famílias dos outros reinos da Hispânia, fosse para o casamento do irmão do monarca, fosse para os das suas sobrinhas, ou fosse para os dos seus filhos e filhas (C1419, p. 163). Por outro lado, a criação e a manutenção, desta rede de apoio por toda a Península exigia o concurso de servidores de confiança, como os procuradores que agiam em seu nome. Como aconteceu naquela que pode considerar-se a primeira missão de política externa, a negociação do casamento de D. Dinis. A tarefa foi entregue a João Velho, João Martins e a Vasco Pires (C1419, p. 165), tendo sido depois D. Afonso, senhor de Portalegre, e o Conde D. Gonçalo quem acompanhou D. Isabel, quando a rainha veio de Aragão para Portugal (C1419, p. 166).

Apesar da representação muito positiva que a Crónica transmite de D. Dinis, como um rei muito respeitado dentro e fora do reino — “per todo mundo falavom em sua grandeza” (C1419, p. 162) —, o seu reinado conheceu alguns conflitos internos, primeiro com o seu irmão, D. Afonso, senhor de Portalegre, mais tarde com o seu filho, o Infante D. Afonso. São eles a oportunidade de conhecer alguns dos críticos e opositores do monarca e de entrar em contacto com conflitos que dividiram o reino. A desavença com o seu irmão, D. Afonso, foi motivada pelos territórios que este recebera do seu pai, as vilas de Marvão, Portalegre e Arronches (C1419, p. 170), pois estavam situados na fronteira com Leão e Castela e tinham grande valor estratégico. A iniciativa do cerco foi, aliás, do monarca, para forçar o irmão a ceder esses territórios, em troca doutros, mais afastados da fronteira (Barata & Teixeira, 2003, p. 64). O conflito não parece ter suscitado maiores fraturas no reino, embora o senhor de Portalegre não estivesse seguramente sozinho e não fosse o único a opor-se ao monarca.

Foi bem maior a divisão do reino provocada pela guerra entre D. Dinis e o seu filho D. Afonso. Havia vários senhores de grande prestígio entre os partidários do Infante. Era o caso de D. Raimundo de Cardona, D. Pedro Afonso, conde de Barcelos, D. Vasco Pais de Azevedo e D. João Pires de Portel, além doutros nobres de linhagens menos afluentes (Barata & Teixeira, 2003, p. 66). Muitos deles estavam descontentes com as medidas centralizadoras e anti senhoriais, tomadas por D. Dinis desde o início do seu reinado (Pizarro, 2005, pp.139-140). Como as inquirições, condenando as ilegalidades que estas encontravam, as medidas de controlo dos poderes senhoriais, como a proibição de os fidalgos armarem cavaleiros os vilãos dos concelhos, quebrando assim a expansão senhorial (Pizarro, 2005, p. 180), ou as que impediam os fidalgos de ganhar ou de comprar em honra de outro (Ribeiro, 1815, p. 99). Sem esquecer as tentativas para controlar a dispersão do regime senhorial pelo Sul do Tejo (Pizarro, 2005, p. 179). Por tudo isto, não admira que os partidários do infante herdeiro proviessem principalmente do Norte Senhorial.

Em contrapartida, os apoiantes do monarca estavam sobretudo na Estremadura. Entre os fidalgos, predominavam os de linhagens menos influentes e menos prestigiadas que as dos grandes senhores do Norte, caso de Lopo Gonçalves de Abreu, de Mem Rodrigues de Vasconcelos, de Fernão Rodrigues de Bugalho, ou de Rui Gonçalves Franco, entre outros (Barata & Teixeira, 2003, p. 66). Os apoiantes nobres do rei são, ao que tudo indica, os seus servidores de confiança, ou os homens que ocupam cargos de nomeação régia. O serviço dos monarcas era, para eles, a melhor forma de afirmarem o seu valor e de prestigiarem as suas famílias (Marques, 2012, p. 82). Desta vez, os partidos em confronto parecem ser o senhorial e o concelhio (Barata & Teixeira, 2003, p. 68), vindo o partido senhorial a conseguir, de novo, as cedências que pretendia, apenas um ano antes da morte de quem quisera controlar os privilégios do grupo (Barata & Teixeira, 2003, p. 68).

Muitos destes senhores fazem parte do círculo próximo dos monarcas. Era o caso de Pero Pais, o alferes<sup>38</sup> de D. Afonso Henriques, que o acompanhou em muitas batalhas. Noutras ocasiões, são eles os procuradores do Rei, para o representar em alguma instância. Foi o que sucedeu com Gonçalo Vasques, tesoureiro de Viseu, que representou D. Afonso VI para receber D. Constança como mulher de D. Pedro

---

<sup>38</sup> “Alferes. Era o encarregado de arvorar e defender a bandeira ou estandarte em acto de guerra” (Serrão, 1992a, p. 97)

(C1419, p. 226), ou com Pero do Sem, Chanceler<sup>39</sup>-Mor de D. Afonso IV, que agiu em nome do rei durante as negociações acerca do casamento de D. Constança (C1419, p. 266). Em tempo de guerra, podiam eles assumir o comando do exército, como o Almirante<sup>40</sup> de Afonso IV, Manuel que assumiu a condução da guerra marítima. (C1419, pp. 255-256).

Esta colaboração com os monarcas trazia benesses diversas, associadas ao exercício de um cargo na administração do reino e a uma maior proximidade ao Rei, que a maioria dos senhores não possuía. Mas o serviço fiel ao rei nem sempre produzia resultados favoráveis. Sirvam de exemplo os alcaides de Coimbra e Celorico da Beira, que se mantiveram leais a D. Sancho II, acabando por ser destituídos quando este morreu (C1419, p. 140). D. Dinis também afastou dos seus cargos alguns dos seus servidores mais fiéis, como D. Afonso Sanches, Mordomo-Mor<sup>41</sup>, Mem Rodrigues de Vasconcelos, Meirinho-mor<sup>42</sup> de Entre Douro e Minho, e Lourenço Anes Redondo, Meirinho-Mor do Reino (Barata & Teixeira, 2003, p. 68). Tinham eles servido o Rei durante os conflitos com o seu filho, sendo afastados dos seus postos no quadro das exigências feitas pelo infante herdeiro.

### 3.3. Os religiosos e os eclesiásticos

Junto com a nobreza, o clero representava o outro grupo social que tinha uma grande influência junto do rei. Ao longo de toda a C1419, podemos encontrar vários membros do alto clero junto do rei, como bispos e arcebispos. Ainda que estes representem Roma e o Papa, eram muitas vezes apoiantes do Rei, embora pudessem ser os seus opositores mais poderosos, quando os seus objetivos não se interligavam.

Apesar do número de casas religiosas em Portugal — cerca de 184 casas religiosas nos séculos XI-XIII, 275 nas duas centúrias seguintes (Sousa, 2016, p. 503)

---

<sup>39</sup> “Chanceler. Alto funcionário da Cúria Régia ao qual estava confiado o selo real” (Serrão, 1992b, p. 50).

<sup>40</sup> “Almirante. Chefe Supremo das Forças Navais” (Serrão, 1992a, p.118).

<sup>41</sup> “Mordomo. Agente encarregado de superintender na arrecadação dos direitos do Rei” (Serrão, 1992d, p. 343).

<sup>42</sup> Meirinhos eram magistrados que estavam encarregues da jurisdição das comarcas, cumprindo-lhes fiscalizar a administração da justiça, mais tarde começam a ser designados por corregedores (Serrão, 1992b, p. 190).

—, os religiosos e os eclesiásticos que tiveram influência sobre o rei e participavam ativamente na vida do reino, formavam um círculo bastante circunscrito, segundo os dados da C1419. Dentro do clero secular<sup>43</sup>, temos os bispos de maior importância, como os de Coimbra, do Porto e de Lisboa, além do Arcebispo de Braga. Entre o clero regular<sup>44</sup>, das dezoito casas religiosas mencionadas na C1419 (Mapa 15), apenas se destacam os mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de Santa Maria de Alcobaça. Para além delas, há que referir a enorme importância que a Ordem de Santiago teve no reino e o seu papel na conquista do Algarve.

Os bispos que mais participam na vida do reino são os de Coimbra, do Porto e de Lisboa, juntamente com o Arcebispo de Braga, como anteriormente se indicou. São eles que acompanhavam o rei em cercos e batalhas, como fez o Arcebispo de Braga durante o fossado que D. Sancho I, enquanto Infante, levou até Sevilha (C1419, p. 71), ou os bispos de Coimbra e do Porto que acompanharam o mesmo monarca no cerco de Silves (C1419, p. 92). Também assistiam o rei noutras ocasiões importantes. Foi o que sucedeu com o casamento de D. Mafalda, a filha de D. Afonso Henriques, quando o Arcebispo de Braga e os Bispos de Tui e de Lamego, integraram a comitiva da infanta (C1419, p. 56), ou após o casamento de D. Afonso com D. Beatriz, quando D. Martinho, Arcebispo de Braga, passou a integrar a casa do infante herdeiro, por decisão do rei (C1419, p. 176). Também serviam como emissários e representantes dos monarcas. Além da intervenção já citada do bispo do Porto junto dos cruzados de Lisboa (Barata & Teixeira, 2003, p. 44), no reinado de D. Afonso II foi igualmente o bispo de Lisboa quem convenceu os cruzados a atacarem Alcácer (C1419, p. 106), acompanhando-os no cerco, falando com eles e ajudando a reavivar os seus ânimos (C1419, p. 110-113).

Mas os bispos eram também, talvez ainda mais, os representantes das vontades de Roma e do Papa no reino. Era a eles que Papa recorria para comunicar o seu desagrado, tal como aconteceu por ocasião da prisão de D. Teresa (C1419, p. 27). Ainda que D. Afonso Henriques se opusesse à intervenção de Roma, ordenando ele um bispo (C1419, p. 28) e ameaçando o cardeal que o excomungara (C1419, p. 31), estes atos de rebeldia não eram frequentes, se eles ocorreram de facto. Nenhum

---

<sup>43</sup> “O Clero Secular compreende os clérigos e os sacerdotes ao serviço dos fiéis na sociedade” (Lemaître et al., 1999, p. 78).

<sup>44</sup> “O Clero Regular compreende os que pronunciaram votos e vivem em comunidade, segundo uma regra” (Lemaître et al., 1999, p. 78).

monarca queria ter más relações com o Papa, pois este controlava a instituição mais poderosa da época. Ninguém sentiu tanto o poder de Roma e da Igreja como D. Sancho II.

As discórdias entre D. Sancho II e o Papa começaram numa altura em que o reino passava por maiores dificuldades e o monarca era visto como uma figura fraca e inútil, um *rex inutilis* (Barata & Teixeira, 2003, p. 61), incapaz de desempenhar o seu papel e que precisava, por isso, de ser admoestado e aconselhado. O Papa encarregou o Arcebispo de Sigüenza dessa tarefa, que prontamente excomungou os Rei, fazendo várias exigências, que seriam a responsabilidade do Arcebispo de Braga que fossem cumpridas (C1419, p. 120). E este momento foi decisivo para que o Arcebispo passasse de apoiante a opositor do rei. Viria a ser ele, de resto, juntamente com o bispo de Coimbra, quem solicitou a Roma a nomeação de um regedor para Portugal, dada a incapacidade do monarca. O cronista de 1419 vai ao ponto de aludir à “synpreza” do rei (C1419, p. 119), termo muitas vezes usado, à época, para descrever alguém com incapacidades mentais (Fernandes, 2006, p. 254).

Com a oposição de Roma e de dois dos mais notáveis bispos do reino, a influência e o poder de D. Sancho II foram diminuindo rapidamente, principalmente depois de os seus adversários terem escolhido o conde de Bolonha como o novo regedor. Com a carta enviada pelo Papa Inocêncio (C1419, p. 127-128), comunicando que D. Sancho II era, basicamente, um Rei deposto, este foi perdendo os apoios das vilas e das ordens (Fernandes, 2006, p. 261), juntando-se cada vez em maior número aos membros da Igreja e aos nobres que já mencionámos anteriormente.

As relações posteriores entre os monarcas e os bispos também se alteraram, com aqueles a principiarem a confiar em clérigos de estatuto mais baixo para os representarem no exterior. Foi o que sucedeu no reinado de D. Dinis, que enviou um cónego de Coimbra, Pedro Pires, para dissuadir o Papa de entregar os bens da Ordem do Templo à Ordem do Hospital, propondo que se criasse com eles uma ordem nova, a de Cristo (C1419, p. 191), cuja direção seria entregue a Dom Gil Martins, mestre de Avis (C. 1419, p. 192). Por si, o facto traduz a importância das Ordens Militares, que haviam sido imprescindíveis na conquista das terras do Sul (C1419, 145-160), mas cuja relevância não diminuirá. O apoio dos mestres das diferentes ordens militares foi decisivo durante o reinado de D. Dinis, em particular por ocasião das desavenças com

o Infante D. Afonso, quando o monarca contou com o apoio dos mestres de Santiago, de Cristo e de Avis (C1419, p. 200). Também D. Afonso IV usufruiu de uma relação próxima com estes homens, confiando aos mestres de Avis e de Alcântara o privilégio de o representarem nas negociações do casamento de D. Pedro com D. Constança (C1419, p. 221-227). Tal importância dos mestres das ordens define um contraste muito claro com a menor importância que a crónica lhes dá nos primeiros reinados. Para esses tempos, são menos as referências e as doações registadas pela crónica, embora esta não deixe de as anotar, como fez, por exemplo, com a doação de Mafra à Ordem de Avis (C1419, p. 47).

Os freires das Ordens Militares não eram, porém, os únicos religiosos a usufruir da proximidade com os monarcas. O prior do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, D. Teotónio, era um dos homens da confiança de D. Afonso Henriques (C1419, p. 33). Como conselheiro do rei, era escutado em várias ocasiões, na véspera de operações importantes, tal como na conquista de Santarém (C1419, p. 37). Teve um papel de relevo no controlo de Leiria (C1419, p. 33), vila que lhe foi entregue por D. Afonso Henriques, em reconhecimento pela sua colaboração. Depois da morte do primeiro rei, os cónegos desta casa não mantiveram a projeção anterior, embora D. Sancho I a tivesse escolhido como local de sepultura. A casa monástica que manteve melhores relações com os monarcas foi Santa Maria de Alcobaça. Não só se transformou no panteão da dinastia, depois de D. Sancho I, como recebeu os corpos doutros membros da família real<sup>45</sup>, mantendo uma relação mais próxima. De resto, seria ao abade desta casa que se entregariam os direitos de visitação da recém-criada Ordem de Cristo, por inícios do século XIV (C1419, p. 192).

A partir do reinado de D. Afonso IV, os mendicantes, embora já estivessem no reino desde o início do século XII e tivessem recebido alguns privilégios dos reis, parecem assumir maior destaque, certamente por causa da sua presença nas vilas e cidades do reino. Segundo a C1419, o confessor de D. Afonso IV, frei Diogo, era um mendicante, da Ordem de São Francisco, ordem esta que marcava uma grande presença na corte portuguesa, tomando não só o lugar de confessores, os quais, por vezes, podiam mesmo assumir o lugar de secretário particular do soberano, mas também outras funções exercidas por estes frades ocupavam, como capelães,

---

<sup>45</sup> Membros da família real, mencionados na C1419, que estão soterrados em Alcobaça: D. Afonso II (C1419, p. 119); D. Sancha, filha de D. Afonso III (C1419, p. 146); e D. Afonso III (C1419, p. 162).

pregadores, diplomatas e juristas (Marques, 1993, p. 55). O citado confessor um dos procuradores do rei, juntamente com o tesoureiro de Viseu, para receber D. Constança (C1419, p. 226), como já se havia referido.

Aprofundamos agora a análise às casas monásticas e conventuais descritas na C1419. Olhando para o Mapa 15, que nos mostra a distribuição dos mosteiros e conventos mencionados na C1419, percebemos que é necessária uma abordagem mais aprofundada, devido à anomalia que apresentam. Bem evidente no facto de o número de mosteiros e conventos mencionados em nada se aproximar do número existente. No livro *Ordens Religiosas em Portugal – Das Origens a Trento*, são cartografadas 275 casas religiosas (Sousa, 2016, pp. 503), que existiam nos séculos XIV-XV, e, embora algumas destas pudessem ter sido construídas após a redação da C1419, o contraste com as casas religiosas descritas nesta obra, dezoito no total, é muito significativo. Por isso, será necessário fazer uma análise mais demorada das dezoito casas religiosas mencionadas na crónica.

Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra	Mosteiro de Santa Maria de Cárquere
Mosteiros de Salvador de Paço de Sousa	Mosteiro de São Mamede e São Paio de Lorvão
Mosteiro do Salvador de Grijó	Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça
Mosteiro de São Vicente de Fora	Mosteiro de Santa Maria de Chelas
Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas	Convento de São Domingos de Lisboa
Convento de Santa Clara de Santarém	Convento de Cristo de Tomar
Convento de Vera Cruz de Marmelar	Convento de Alcácer
Convento de São Francisco de Tavira	Convento de São Francisco de Évora
Convento de São Francisco da Guarda	Convento de São Francisco da Covilhã

A primeira distinção é entre mosteiro e convento, reservando o primeiro termo para as casas das ordens monásticas e de cónegos regulares, quer estas casas sejam masculinas ou femininas, e o segundo termo para as casas das ordens mendicantes e militares (Sousa 2016, pp. 16). Distinção que respeita, aliás, em boa parte, a tradição de cada uma destas ordens.

Nem todas estas casas são mencionadas o mesmo número de vezes. Santa Cruz de Coimbra é o mosteiro mais mencionado, com nove referências ao logo da C1419, porém, como veremos mais adiante, estas menções tem uma expressão cronológica muito específica. Em seguida, temos o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, com seis referências ao mosteiro e outra à doação de D. Afonso Henriques das terras em que este viria a ser construído. Tanto Lorvão, como Odivelas e São Domingos de Lisboa, foram citados duas vezes, enquanto Cárquere, Paço de Sousa, Grijó, Chelas, São Vicente de Fora, Santa Clara de Santarém, Tomar, Tavira, Alcácer do Sal, Marmelar e São Francisco de Évora apenas foram referidos uma única vez. Também os frades Franciscanos da Guarda e da Covilhã foram mencionados, cada uma, uma vez, sem que nada se diga das suas casas.

Entre as ordens religiosas presentes em Portugal, a melhor representada na crónica é a Ordem dos Regrantes de Santo Agostinho, com um dos seus principais mosteiros, Santa Cruz de Coimbra, integrado nessa ordem desde a sua fundação no século XII (Sousa, 2016, p. 176). Desta Ordem também são os mosteiros de Cárquere e de Grijó, assim como os de Chelas e de São Vicente de Fora, ambos em Lisboa. Em contrapartida, a ordem de São Bento, mais antiga (Sousa, 2016, p. 42), só está representada pelo Mosteiro de Paço de Sousa, tal como ocorre, de resto, com a ordem dos Pregadores, mais conhecidos como os Dominicanos, da qual apenas se cita o convento de São Domingos de Lisboa.

As restantes ordens têm maior expressão. Instalada em Portugal durante o reinado de D. Afonso Henriques (Sousa, 2016, p. 92), pertencia à ordem de Cister o mosteiro de Alcobaça, cujas terras o monarca doara diretamente a S. Bernardo, como diz o cronista (C1419, p. 38). Também os mosteiros de Lorvão (C1419, p. 85) e de Odivelas (C1419, p. 163), a que o cronista prestou devida atenção. Por fim, a ordem dos frades menores, ou franciscanos, surge com um total de cinco casas, uma delas feminina, Santa Clara de Santarém, as restantes masculinas. Distribuem-se estas pela Beira, com os conventos de São Francisco da Guarda e da Covilhã, e pelas terras do Sul, com os conventos de São Francisco de Évora e de Tavira, este o único citado no Algarve.

Muitas destas casas foram fundadas ou construídas pelos monarcas. Segundo a Crónica os grandes fundadores, ou impulsionadores, de construções monásticas

foram os reis, D. Afonso III e o Rei D. Dinis. O primeiro encomendou a construção de dois conventos, o de São Domingos de Lisboa e Santa Clara de Santarém (C1419, p. 142). Por seu lado, D. Dinis concluiu São Domingos de Lisboa, patrocinou o novo claustro de Alcobaça e ordenou a construção do Mosteiro de Odivelas (C1419, 163). Também o primeiro rei surge associado a iniciativas semelhantes, quer com a doação de Alcobaça (C1419, p. 38), quer com a construção de uma pequena igreja em Lisboa, onde mais tarde se ergueu S. Vicente de Fora (C1419, p. 45). Em contrapartida, são mais escassas as notícias a fundações feitas pelos grandes senhores, embora a Crónica identifique Egas Moniz como o fundador de Cárquere (C1419, p. 7)

Como já se indicou, o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra é que atinge maior notoriedade, mas essa relevância está muito ligada ao reinado de D. Afonso Henriques, que concentra 9 das 14 menções feitas pelo cronista ao mosteiro. Segundo o cronista, o prior de Santa Cruz era um dos principais conselheiros do monarca, com presença regular em momentos importantes, como cercos e batalhas, e sendo agraciado pelo rei com várias doações (C1419, p. 16). Após o reinado de D. Afonso Henriques, as menções ao mosteiro são praticamente nulas, salvo a descrição do episódio dos Mártires de Marrocos, com a deposição das relíquias destes em Santa Cruz (C1419, p. 118).

Mas Santa Cruz era também um lugar de memória. Justificado pela guarda do corpo do fundador do reino, Afonso Henriques (C1419, p. 84), pela sepultura de quem lhe sucedeu no trono, Sancho I (C1419, p. 104) e da de uma das filhas deste, D. Branca (C1419, p. 85), mas também por ser o local de depósito e de culto das relíquias dos mártires de Marrocos. Talvez por isso, não admira que a crónica tivesse guardado memória da importância das escrituras conservadas no mosteiro e que foram utilizadas pelo cronista de 1419:

*“foy movido de fazer guerra a Portugal e juntou muytas gemtes de infieys de alem mar e daquem mar, segundo diz hua escriptura qe foy achada em Santa Cruz de Coimbra, que não era em memoria”*  
(C1419, p. 80)

Ao contrário de Santa Cruz, o mosteiro de Alcobaça manteve uma presença mais regular ao longo dos vários reinados. Como panteão real a partir de Afonso II (C1419, p. 119), são vários os reis, os infantes e as infantas que nele estão

sepultados, sendo mencionados na C1419, caso de D. Sancha, filha de D. Afonso III (C1419, p. 146), juntamente com este monarca (C149, p. 162). Ainda que D. Dinis tenha escolhido Odivelas como local de sepultura, foi durante o seu reinado e sob o seu patrocínio que se construiu um novo claustro em Alcobaça (C1419, p. 163). Bom sinal do prestígio do mosteiro e da proteção que este oferecia encontra-se na notícia de as gentes de Leiria se terem refugiado na sua igreja (C1419, p. 210), por temerem a reação de Dinis devido ao apoio que haviam dado às forças do Infante D. Afonso, durante o período da guerra civil. Ou mesmo no facto de o monarca ter confiado ao abade do mosteiro os direitos de visita e de correção da nova Ordem de Cristo (C1419, p. 192), fundada em resultado da extinção da Ordem do Templo. (Sousa, 2016, p. 495).

Há outros mosteiros citados como locais de enterramento, não já dos reis e das rainhas, mas de alguns dos seus servidores mais importantes. É o caso do mosteiro de Paço de Sousa, onde foi sepultado D. Egas Moniz (C1419, p. 18), o fiel aio de D. Afonso Henriques, ou o de Grijó, onde está o corpo de D. Rodrigo Sanches, um dos filhos bastardos de D. Sancho I (C149, p. 85). Se estas notícias são escassas, não são mais abundantes os milagres associados a estas casas, embora os protagonistas sejam sobretudo os membros da família real. A fundação do mosteiro de Cárquere por Egas Moniz está vinculada à cura milagrosa de Afonso Henriques (C1419, p. 7), enquanto a presença da Rainha Santa no mosteiro Chelas foi ocasião doutro milagre, desta vez em benefício de uma religiosa desta casa (C1419, p. 167). Por fim, há outras casas nomeadas pela presença, ou pela profissão religiosa, das filhas de reis. Como é o caso de Odivelas, onde viveu D. Maria, filha bastarda de D. Dinis (C1419, p. 169), ou o de Lorvão, onde se hospedaram D. Sancha, a filha de D. Sancho I (C1419, p. 85) e D. Branca, filha de D. Afonso III, nomeada como senhora do mosteiro (C1419, p. 146).

As restantes casas mencionadas são mais difíceis de agrupar, embora quase todas apareçam associadas a atos e a memórias dos reis, ou dos seus filhos. Com respeito pela cronologia, a primeira referida é São Vicente de Fora, com a notícia da eleição do primeiro prior (C1419, pp. 53-54), e, mais tarde, quando o corpo do mártir São Vicente foi trazido para Lisboa (C1419, p. 65). O Convento de Alcácer, do qual pouco se conhece (Sousa, 2016, p. 482), surge a propósito da autonomia da Ordem de Santiago em Portugal e da eleição do mestre respetivo, quando se diz que foi o

monarca quem deu a vila de Alcácer como cabeça da Ordem (C1419, p. 184). Por outro lado, o mosteiro de Marmelar é citado durante a guerra civil entre D. Dinis e o Infante D. Afonso, quando um dos vassallos deste último, João Pires de Portel, *“foi com outros a roubar o moisteiro do Marmelar de quanto em ele achou e jouve ele e os seus com mulheres casadas e virgens por força e quysera matar ho comendador dese logar se o achara”* (C1419, p. 205). As restantes casas, quatro franciscanas, mais o Convento de Tomar, surgem no contexto da guerra da guerra civil entre Sancho II e Afonso III, caso de São Francisco da Guarda e da Covilhã (C1419, p. 133), ou durante as negociações do casamento entre o Infante D. Pedro e D. Constança e a posterior guerra com Castela. Se São Francisco de Évora foi o lugar a partir do qual D. Afonso IV conduziu aquelas negociações (C1419, p. 225), o convento franciscano de Tavira seria o espaço onde o rei castelhano decidiu levantar o cerco da cidade (C1419, p. 257). A mudança do convento da Ordem de Cristo para Tomar (C1419, p. 257) foi igualmente associada pelo cronista a estas operações, em particular ao cerco castelhano de Castro Marim.

### 3.4. Outros intervenientes

Os restantes grupos presentes na crónica resumem-se aos pescadores e aos mercadores. Nenhum deles aparece como coadjutor ou opositor dos monarcas. Os primeiros surgem citados uma única vez, numa carta escrita por D. Afonso IV ao rei castelhano aquando do início dos seus confrontos (C1419, p. 229). Não são muito mais abundantes as referências a mercadores, mas um deles, Garcia Domingues, assume um destaque particular na narrativa. Movimentando-se livremente entre as terras de cristãos e muçulmanos, foi decisivo para guiar os cavaleiros de Santiago pela serra algarvia (C1419, p.147) e para os informar sobre a divisão entre os muçulmanos. Viria este mercador a falecer como um dos mártires da conquista de Tavira, como se fosse outro freire de Santiago, que combatia em nome de Deus (C1419, p. 152).

Os mouros são o grupo que mais diverge de todos os outros. A C1419 descreve-os sempre de uma forma muito unidimensional: seja qual for o reinado, ou a situação concreta, são exclusivamente representados como o inimigo, facto que não surpreende por se tratar de uma crónica cristã. Mas deles pouco diz o cronista, para além da descrição de batalhas e da identificação dos nomes de alguns dos seus reis. Caso de Ismar (C1419, p. 18), de Abu Yacub Yusef (C1419, p. 62) ou de Abembarran (C1419, p. 156). O volume de menções aos mouros diminui, por outro lado, ao longo dos capítulos da C1419, como seria de esperar. A última referência que lhes é feita pertence ao reinado de D. Afonso III, no contexto da conquista cristã do Algarve (C1419, p. 160). Dos mouros livres, ditos forros, que ficaram nos seus locais de origem após a conquista, ou mesmo dos escravos mouros, também pouco ou nada se diz. Dos primeiros, o cronista ainda conservou alguma memória, ao recordar como D. Paio Peres Correia, durante a conquista do Algarve, permitira que muitos permanecessem nas vilas e cidades (C1419, p. 155), para que as casas fossem habitadas e as terras cultivadas. Sinal de que tal permanência correspondia a uma política promovida pela Coroa.

### **3.5. As Mulheres**

Muitas vezes esquecidas, as mulheres são um grupo a que o cronista de 1419 não deu grande atenção. As únicas mencionadas são mulheres nobres, pertencentes a linhagens de prestígio, em regra citadas a propósito do seu nascimento, casamento, ou local de sepultura. Raras são as que ultrapassam este nível e se destacam, menos ainda as que têm os seus discursos reproduzidos na C1419. O papel principal destas jovens é criar laços de parentela entre as grandes famílias, para serem usados quando necessário, sendo nestas alturas que a C1419 lhes dá relevo. Na sua grande maioria não têm autoridade, nem apoios suficientes para serem agentes da narrativa, papel que na generalidade corresponde ao dos seus maridos. Apenas uma mulher surge na crónica como uma figura de autoridade.

Esta mulher é D. Teresa, que se opõe ao seu filho, D. Afonso Henriques, na luta pelo controlo do condado, como já foi assinalado. A autoridade de D. Teresa era significativa: fora ela que dirigira do condado desde a morte de seu marido, em 1112, tendo que lidar com a sensível situação política vivida então na Galiza e que enfrentar as incursões muçulmanas (Barata & Teixeira, 2003, p. 36). Enquanto esteve presa às ordens do filho, moveu influências junto do Papa e do rei de Castela, conseguindo que ambos se interessassem pelo assunto e pressionassem o rei para que este a libertasse (C1419, pp. 11, 29). Além desta capacidade de iniciativa política, D. Teresa é uma das poucas mulheres cujas palavras foram registadas pela crónica (C1419, p. 10). Os outros *discursos femininos* inscritos na crónica pertencem ao episódio das regateiras de Coimbra (C1419, p. 37).

A outra mulher que se destaca na C1419 é a rainha Isabel. Esta é, aliás, a única a quem o cronista dedicou vários capítulos, para expor as suas ações pessoais e sublinhar as suas virtudes, como a sua bondade e piedade (C1419, p. 166-168). A rainha teve também um papel de destaque nas discórdias deste reinado, entre o marido e o irmão deste, e, depois, entre o rei e o seu filho. Em ambos os casos, teve um importante papel apaziguador. Eram dela as terras entregues ao irmão de D. Dinis, D. Afonso, em troca por aquelas que ele detinha (C1419, p. 170). No conflito posterior entre pai e filho, a sua ação e a sua presença tiveram sempre o propósito de restabelecer a concórdia entre eles. Mas foi neste contexto que a rainha se terá oposto de facto ao monarca, mantendo-se ao lado do filho, D. Afonso, até ao fim do desentendimento (C1419, p. 212). Terá exercido, portanto, uma autoridade discreta, mas suficiente para se fazer ouvir.

Os casamentos são, como se indicou, um espaço com forte presença feminina. A importância das alianças assim contraídas, em particular quando traziam ganhos territoriais significativos, foi bem evidenciada por D. Afonso III, quando esclareceu que “se em outro dia achasse outra mulher que lhe dessem outra tanta terra no regno pera o acreçentar, que loguo casaria com ela” (C1419, p. 143). Justificava, assim, a bigamia em que vivia desde que casara com D. Beatriz de Castela, sendo viva a condessa de Bolonha, porque essa aliança trouxera-lhe, segundo o cronista, o senhorio do reino do Algarve (C1419, p. 156). Mas tais casamentos também serviam para selar acordos políticos, como se verificou com o Tratado de Alcañices, de certa forma confirmado pelo casamento duplo de D. Constança com D. Fernando e de D. Afonso com D.

Beatriz (C1419, p. 176). Como é evidente, quando as negociações eram mais difíceis, os acordos de casamento podiam ser um dos motivos de conflito entre os reinos. Foi o caso, por exemplo, da união de D. Pedro, filho de D. Afonso IV, com D. Constança, filha de D. João Manuel, já que a oposição do monarca castelhano foi uma das razões da *Guerra Esquiva*, que duraria dois anos (Martins, 2004, p. 1).

Ainda que as mulheres fossem, por norma, agentes mais ou menos passivos destas negociações, podiam ser a origem de um mau casamento, que se refletia na autoridade e no prestígio dos maridos. O casamento de D. Sancho II com Dona Mécia é um bom exemplo destas situações, por não ter sido bem aceite no reino. Várias eram as razões que justificavam tal perceção. Desde o facto de serem parentes no quarto grau, à desigualdade de estatuto social entre eles (C1419, p. 119). Mais importante, a rainha não fora capaz de dar um herdeiro ao rei, sendo vista como culpada pelos problemas do reino (C1419, p. 120). A imagem negativa da rainha acentuava, assim, a debilidade do rei e do reino.

O universo dos indivíduos representados na C1419 restringe-se, portanto, ao topo da hierarquia social. Aos monarcas que dirigem o reino, e, também, aos homens e aos grupos que os servem e os apoiam, ou que de alguma forma resistem a esse poder. Também a Igreja se vê representada na C1419, mas mesmo assim é o topo da sua hierarquia que ganha destaque, com os bispos e abades a fazerem parte da história do reino. Embora a C1419 tenha, mesmo que ínfimas, menções a todos os estratos sociais, daqueles que não detinham pouco ou nenhum poder, quer dizer, a maior parte das gentes do reino, pouco ou nada se diz, sendo que da base da pirâmide social apenas aparecem representados um mercador, uns pescadores e as regateiras de Coimbra. Estas regateiras fazem parte do grupo que menos voz tem na C1419, as mulheres. Estas são apenas referidas como parte de acordos de alianças, através de casamentos, indo, frequentemente, para reinos longínquos.

## 4. O Reino, a Europa e o Ultramar

Depois de passarmos os últimos dois capítulos a analisar a relação que a crónica estabelecia com o que se passava no reino, neste capítulo vamos nos focar nas relações do reino com o exterior. Para ver como este se relacionava com esses espaços, e que imagem se construía dos restantes lugares representados na C1419, ou, se possível, que imagens estes tinham de Portugal. Para além dos espaços, exploraremos também as relações que se devolveram com os habitantes destas regiões. Em termos práticos, dividiremos estes lugares em três grandes grupos, a Península, a Europa e o Ultramar, sendo que este último representa todos os territórios que não se encontrem no continente europeu.

Temos para estas três regiões um total de 140 topónimos, mencionados num total de 525 passagens (Apêndice 7). Embora estas menções sejam apenas ligeiramente inferiores às relativas ao reino português, com 581 referências, estas estão distribuídas por mais topónimos (174), importando sublinhar que uns números significativos delas ocorrem devido à necessidade de especificar a que reino, ou lugar, as pessoas pertencem ao contrário do que acontece às gentes portuguesas. Por exemplo, para o reino de Aragão, que conta com 25 menções, 14 destas são referentes ao rei respetivo, enquanto só em 11 delas se alude ao território de Aragão.

### 4.1 A Península

A região da Península, atualmente referida como Espanha, conta com 419 menções e um total de 110 topónimos (Apêndice 8), representando 79.8% do total. Como podemos verificar, é com esta região que Portugal tem relações mais frequentes, devido, em grande parte, à proximidade geográfica. Este facto levou ao estreitamento das relações com os reinos que existiam neste território, citando a C1419 os reinos cristãos de Castela, Leão e Aragão, e os reinos mouros de Córdoba, Granada, Badajoz, Sevilha e Jaén.

Dentro destes reinos, o de Castela é o que tem uma maior preeminência na C1419. Sendo a região mais referida fora de Portugal, Castela tem 136 referências, equivalendo a 32.4% das menções feitas aos reinos da península e a 25.9% de todas as que são feitas ao exterior de Portugal. Tal como já indiquei, nem todas elas são feitas ao território de Castela, mas sim ao seu monarca. Destas menções, 71 são relativas ao monarca castelhano e 65 ao território. Importa também referir, que, durante o tempo narrado pela C1419, o reino de Castela esteve, por vezes, unido a Leão, facto que inflacionou o número de menções. Sendo raras as referências à união dos dois reinos num só monarca — “dom Fernando de Castela e de Lyão” (C1419, p. 142)<sup>46</sup> —, as alusões mais frequentes eram feitas a “el-rey de Castela” (C1419, p. 143). Por isso, há territórios que em certos reinados foram considerados como sendo leoneses, enquanto noutros surgem como castelhanos, por nessa altura fazerem parte do reino de Castela e Leão.

Como se deduz do vasto número de menções, Castela está presente ao longo de toda a C1419. Mas a sua representação não é sempre igual, pois, tanto a relação entre o monarca português e o monarca castelhano, como a relação entre os territórios respetivos, sofreram alterações ao logo da narrativa. É esta evolução que veremos de seguida.

A dualidade da relação entre Portugal e Castela é muito interessante. Embora eles se encontrem por diversas vezes em oposição um ao outro, os laços familiares existentes, muitas vezes próximos, especialmente entre as famílias reais, levam a que esta animosidade seja posta de lado, e que os dois reinos se unam, sobretudo quando um deles pede o auxílio do outro.

Ao analisar a animosidade com Castela, é importante lembrar que o cronista quer retratar esta como um perigo e como a principal inimiga da coroa portuguesa. À época em que a C1419 foi redigida, durante o reinado de D. João I, ao que tudo nos leva a crer, era o objetivo do cronista apresentar a nova dinastia como a última esperança do reino, para não cair em mãos castelhanas (Díaz, 2019, p. 169). Assim, as referências a discórdias e a conflitos é uma constante na C1419, embora todas

---

<sup>46</sup> Esta rápida mudança, e perda, do topónimo de Leão, quase imediata, depois da junção dos reinos é explicada através da distância temporal que o autor da C1419 tem desta. Quando a C1419 começa a ser redigida, em 1419 (C1419, p. 4), a junção de Castela e Leão teria quase 200 anos, por ter ocorrido em 1230 (Lynch, 2007b, p. 204). À época da redação, este território não seria já pensado como dois reinos unidos, mas sim apenas como o reino de Castela.

estas tenham precedentes e muitos outros desentendimentos tenham acontecido entre os reinos de Castela e aquele que viria a ser o reino de Portugal. O primeiro confronto descrito pela C1419 respeita ao cerco de Guimarães. Esta intervenção de D Afonso VII de Castela e Leão fez-se a pedido da tia, quando D. Teresa estava presa às ordens de D. Afonso Henriques (C1419, p. 11). Há que notar que a cronologia destes acontecimentos na C1419 diverge das fontes atuais e conhecidas, que colocam o cerco de Guimarães em 1127 (Marques & Serrão, 1995, p. 22), o ano anterior à batalha de S. Mamede e à prisão de D. Teresa (Marques & Serrão, 1995, p. 24). Contudo, tudo indica que a entrada de Afonso VII em terras portuguesas pouco tenha a ver com a situação familiar no condado, mas resulta, pelo contrário, da política de afirmação da sua autoridade em todos os seus reinos (Marques & Serrão, 1995, p. 22). No fundo, o que ele procura é a submissão e a vassalagem do condado, situação resolvida na crónica por Egas Moniz, que surge, mais uma vez, como o modelo da lealdade e da honra<sup>47</sup>.

Após o reinado de D. Afonso Henriques e da assinatura do Tratado de Tui, que trouxe uma relativa paz entre os reinos cristãos<sup>48</sup>, os conflitos seguintes acontecem quando o Rei D. Afonso VIII de Castela ataca o Rei de Portugal, D. Sancho I, e o de Leão, D. Afonso IX, conflito somente resolvido quando estes dois últimos reis prestam vassalagem em Carrión, onde estavam as cortes (C1419, p. 100). Mas os confrontos mais marcantes dão-se em reinados mais tardios, com D. Dinis e D. Afonso IV. Durante o reinado de D. Dinis, começa a guerra mais devastadora e que mais efeitos teve em Portugal, com D. Dinis a entrar em Castela para apoiar o partido opositor ao Rei D. Fernando VI de Castela e Leão<sup>49</sup>, chegando mesmo a casar uma das suas filhas, D. Maria, com D. João de la Cerda (C1419, p. 169), quando Castela estava envolta numa crise sucessória que começou em 1275, com a morte do herdeiro, D

---

<sup>47</sup> Segundo a C1419, D. Egas Moniz terá posto fim ao cerco de D. Afonso VII, através das suas palavras e prometendo a vassalagem por parte de D. Afonso Henriques, mas indo ele mesmo à corte castelhana, colocando-se, a si e aos seus filhos, à mercê do monarca. Com esta ação ele impediu que D. Afonso Henriques tivesse que prestar vassalagem a D. Afonso VII, demonstração de lealdade que impressionou todos os nobres, que dissuadiram o monarca a matar D. Egas Moniz (C1419, pp. 12-15).

<sup>48</sup> É numa altura em que D. Afonso Henriques se vê esmagado entre duas forças ofensivas, com os mouros a Sul e os Castelhanos a norte, que este é obrigado a aceitar o Tratado de Tui, onde prometia manter a paz, respeitar os territórios castelhanos e auxiliar o imperador em guerras contras mouros ou cristãos (Almeida, n.d., p. 118). É com a assinatura deste tratado em 1137 (Serrão, 1977, p. 83) que D. Afonso Henriques concentra os seus esforços na fronteira Sul, visto que a fronteira Norte estava assegurada, e começa a sua política de expansão contra os muçulmanos.

<sup>49</sup> As Coroas de Leão e Castela tinham voltado a unir-se no reinado de D. Fernando III de Castela e Leão (Altamira, 2001, p. 236)

Fernando de la Cerda, filho de D. Afonso X (Barata & Teixeira, 2003, p. 65). O conflito entre Portugal e Castela estendeu-se durante mais de um ano (C1419, p. 173), com episódios mais atrozes. Segundo o autor da C1419, a crueldade dos castelhanos era desmesurada, sendo diferente a forma de atuar dos portugueses e castelhanos, com estes a serem representados como seres sem humanidade:

E desta fizeram os castelhanos aos portugueses e os portugueses aos castelhanos, que os cativaram e os vendiom asy como servos a quem os comprar queria, mês alguns castelhanos avia tam erejes e sem umanidade que, quando cativavom os portugueses, asy lhe tiravom às bestas como se jugarom à bareira, em tal guisa que erom hos corações de huns e dos outros açezos em esta nova guera que pareçiom que ardiom os regnos com destruições tão sem piedade (C1419, p. 172).

A guerra acabou depois de D. Fernando IV reunir cortes em Zamora (C1419, p. 175). Das negociações de paz resultou o Tratado de Alcañices, que definiu as fronteiras entre Portugal e o reino de Leão e Castela, na zona de Ribacôa e de Portalegre<sup>50</sup> (Marques & Serrão, 1995, p. 63). D. Dinis viu assim confirmados os territórios que tinha conquistado durante o anterior ano de guerra (Barata & Teixeira, 2003, p. 65), obtendo ainda um acordo de paz e amizade com o reino vizinho (C1419, p. 175). Com as novas fronteiras asseguradas, o rei consolidou a relação através dos casamentos dos seus filhos: D. Constança uniu-se a D. Fernando IV, enquanto D. Afonso (IV) se casou com D. Beatriz de Castela (Barata & Teixeira, 2003, p. 65).

A chamada *Guerra Esquiva* (Martins, 2005, p. 19) foi o outro conflito que se estendeu durante vários anos, opondo D. Afonso IV de Portugal a D. Afonso XI de Castela. Ainda que a C1419 transcreva algumas cartas enviadas pelos três principais protagonistas desta guerra — D. Afonso IV, D. Afonso XI e D. Juan Manuel (C1419, pp. 221 – 246) —, os antecedentes que levaram até esta situação são mais vastos e não foram recordados na C1419. O problema não se reduz ao acordo de casamento entre D. Constança e D. Pedro, nem ao sucessivo rapto desta por parte de D. Afonso

---

<sup>50</sup> Para além dos territórios já mencionados no capítulo 2, D. Dinis recebe ainda de D. Fernando, Olivença e Aracena, mas também perdeu alguns territórios, como é o caso de Valência de Alcântara, Feeira, Esparegal e Ayamonte (C1419, p. 175), que passam definitivamente para o Reino de Castela e Leão.

XI (Martins, 2005, p. 24), nem, tampouco, ao tratamento de D. Maria, filha de D. Afonso IV e mulher de D. Afonso XI, relegada para um lugar secundário, em favor de Leonor de Guzmán, amante do Rei (Martins, 2005, p. 22), embora estes factos tenham sido os catalisadores do conflito. Mas há outros fatores a ter em consideração, como o facto de ao aliar-se aos nobres castelhanos D. Juan Manuel, pai de D. Constança, e Juan Nunez de Lara, o monarca português procurasse, tal como seu pai tinha feito, o enfraquecimento da Coroa Castelhana, em favor da divisão desta nas Coroas de Leão e Castela (Martins, 2005, p. 23) e o facto de ao casar com D. Constança, D. Pedro tinha repudiado D. Branca, prima de D. Afonso XI (Martins, 2005, p. 24). O desacordo começa então em 1336 (Martins, 2005, p. 27) e arrastou-se até 1339, quando foi assinado o Tratado de Paz em Sevilha (Martins, 2005, p. 75).

Como já atrás se mencionou, a C1419 reproduz algumas cartas trocadas entre os principais protagonistas, algumas das quais anteriores ao confronto e permitem subentender as relações entre eles. A dureza do tom e das palavras são notórias, desde a primeira, enviada por D. Juan Manuel a D. Afonso XI. Dureza esta que vai subindo de nível, até eclodir nos conflitos militares. Tal como já tinha sido expresso pelo autor da C1419 durante o reinado de D. Dinis, volta a reforçar-se a imagem negativa dos castelhanos, desta vez através das palavras de D. Afonso IV, “E, gabando os castellanos, dizem que sam bons de palavra e de doayro e que folgom bem sob as sombras fryas” (C1419, p. 242). Mas é no interior da narrativa desta guerra que temos o episódio que melhor mostra a ambiguidade característica das relações com Castela. Ao dar conta da chegada de embaixadores do Norte da Europa, enviados para aliciarem os reinos do Sul a participarem na cruzada, o cronista quis mostrar o quanto D. Afonso XI respeitava a opinião e os conselhos de D. Afonso IV: “entendeo o conselho de seu tyo, que era tão bõo que outro melhor nã podia aver” (C1419, p. 233). Assim, vemos que, mesmo no decurso uma guerra entre os dois reis, estes se apresentavam como uma frente unida, atuando como se fossem um só, perante os reinos de além-Pirenéus.

Voltando à narração da guerra, esta apresenta algumas características que importa relevar. Trata-se, desde logo, de uma guerra que se desenrola em lugares de fronteira, quer no Algarve (C1419, pp. 256-257), quer no Norte (C1419, pp. 251-256), sobretudo com cercos a lugares de pouca importância, ou operações que visavam a destruição e o saque, sem qualquer propósito de conquista e de ocupação do

território<sup>51</sup> (Martins, 2005, p. 77). Também foram utilizados meios navais, como complemento aos recursos terrestres, sem que os meios navais trouxessem algo de novo, mas repetissem a estratégia terrestre de ataques rápidos e furtivos (Martins, 2005, p. 79). O conflito terminaria, de resto, através da intervenção do Papa e de monarcas do Norte da Europa, que enviam emissários para restaurar a paz entre os reinos vizinhos e libertar D. Constança, que continuava cativa de D. Afonso XI, para esta pudesse viajar para Portugal (C1419, p. 258-268).

Ainda que as relações entre Portugal e Castela nem sempre fossem harmónicas, como acabámos de constatar, existiram, porém, momentos em que se tratavam como aliados e não como adversários, prestando auxílio, dando apoio um ao outro e mantendo os laços familiares que os uniam, através de matrimónios. Tais laços foram constantemente renovados, em quase todas as novas gerações, razão esta por haver notícia de tantos casamentos anulados pelo Papa, devido à consanguinidade. Cronologicamente, temos o casamento de D. Mafalda, filha de D. Sancho I, com D. Henrique de Castela (C1419, p. 85), que seria anulado pelo Papa (C1419, p. 102); de D. Afonso II com D. Urraca de Castela, filha de D. Afonso VIII de Castela (C1419, p. 104); de D. Afonso III com D. Beatriz, filha de D. Afonso X de Castela (C1419, p. 142); de D. Constança, filha de D. Dinis com D. Fernando IV de Castela (C1419, p. 169); de D. Afonso IV com D. Beatriz, irmã de D. Fernando IV de Castela (Barata & Teixeira, 2003, p. 65); ou o de D. Pedro I com D. Constança, filha de D. Juan Manuel, um dos grandes senhores de Castela (C1419, p. 221).

Em resultado destes laços, que sempre uniram Portugal e Castela, eram frequentes os episódios de entreajuda. D. Sancho II foi o primeiro a recorrer ao auxílio de Castela, durante a guerra com o seu irmão, D. Afonso (III). Pedido este que foi prontamente, aceite por D. Afonso de Castela, irmão do rei D. Fernando de Castela e Leão, que trouxe com ele outros senhores do seu reino (C1419, pp. 131-132). Tal pedido de apoio — o único de que há notícia na C1419, por parte dos portugueses —, parece ter mudado a perceção menos positiva dos castelhanos. A alteração surge na forma como o autor identifica quem veio em auxílio do rei português, não só por

---

<sup>51</sup> Mencionados na C1419 temos Badajoz (p. 250), que destoa dos restantes sítios mencionados, por ser uma cidade de uma importância considerável, Cartegena (p. 250), Aracena (p. 250), Almendral (p. 521), Nogales (p.251), Olivença (p. 252) Lepe (p. 253), Baiona de Minho (p. 255), Salvaterra del Miño (p. 256) e Uclés (p. 256).

esta ser uma das poucas descrições que temos da comitiva de um rei castelhano<sup>52</sup>, mas também porque se diz que esta se compunha de “grandes senhores” (C1419, p. 132), elogio que só em raras ocasiões é empregue pela C1419<sup>53</sup>.

São mais as ocasiões em que é Castela a solicitar auxílio, muitas vezes na forma de um pedido de aconselhamento. Quando isto acontece, o autor não perde a oportunidade de exaltar o respeito e a admiração com que os reis portugueses eram vistos. Já vimos atrás um exemplo disto, quando D. Afonso XI se aconselhou junto de D. Afonso IV, apesar do ambiente de tensão entre ambos. Outro exemplo semelhante registou-se no reinado anterior, quando D. Dinis foi chamado a ser juiz na disputa territorial entre Aragão e Castela. As rivalidades diziam respeito ao senhorio de localidades fronteiriças, que os dois reis reclamavam para si e para os seus reinos<sup>54</sup> (C1419, p. 177). O apelo ao monarca português para resolver o conflito mostrava a autoridade que ele usufruía e a sua decisão, acatada por ambos, poria termo à disputa entre o reino de Aragão e o Reino de Castela e Leão.

A pequena conflitualidade deste género percorre toda a C1419, por vezes evidente em momentos de confrontos diretos, ou, então, revelada pela forma como o autor descreve as gentes de cada reino, como já tivemos a hipótese de confirmar. No entanto, havia sempre um inimigo maior do que qualquer rivalidade entre reinos cristãos, representado pela ameaça e pelo poder dos mouros. Assim, depois de revolvidos os desentendimentos entre Aragão e Castela, estes uniram-se e acordaram ir lutar contra os mouros de Granada<sup>55</sup>. Esta campanha também contou com o apoio de D. Dinis, que enviou homens e recursos, para suplementar o que D. Fernando de

---

<sup>52</sup> “em sua campanha vinha dom Diego Lopez, senhor de Bisquaya e dom Nuno Gonçalvez de Lara e dom Ruy Gomez de Galiza, e dom Ramiro Froyla e dom Rodrigo Froyla e dom Fernand’Eanes de Lima” (C1419, p. 132).

<sup>53</sup> A expressão “grandes senhores” é usada ao longo da C1419, para além desta circunstância, quatro vezes, para descrever a ascendência de D. Afonso Henriques que “vem de reis e grandes senhores.” (C1419, p. 5), para retratar os senhores que com D. Sancho I foram a guerrear a Sevilha (C1419, p. 68), lugar que desde que se encontrava em posse dos mouros, cristão algum ousou guerrear (C1419, p. 69), para caracterizar os senhores que também queria a mão de D. Isabel (C1419, p. 165), que casou com D. Dinis e, por último, foi usado para retratar os senhores das terras da Alemanha que vieram à Península pedir a participação dos reinos numa nova cruzada (C1419, p. 142).

<sup>54</sup> Cartegena, Valência, Guardamar, Alicante, Debran, Elda, Novelda, Orihuela, Velhena e Molina de Segura ficaram para o Rei de Aragão. Murcia, Mulina, Monte Agudo, Loncha e Lalhama ficaram para o Rei de Castela. Alva de Torres, Bejare, Val de Quinja, Maçenares e Alguava foi acordado que ficariam para o Infante D. Afonso de Castela.

<sup>55</sup> Depois de derrotarem os mouros, o Rei de Aragão ficaria com o território do reino de Almeria (C1419, p. 183).

Castela enviava, tendo recebido em penhor, pela prata enviada, as terras de Badajoz, Borgilhos e Alcuñhel (C1419, p. 182).

Os monarcas dos diversos reinos também se uniam sempre que o concurso de todos pudesse trazer benefícios comuns. Foi o que aconteceu quando se extinguiu da Ordem do Templo. Nesta ocasião, os reis decidiram opor-se às decisões do Papa, que impunham a transferência dos pertences da Ordem do Templo para a Ordem do Hospital. Por esta decisão não ser favorável a nenhum dos reis peninsulares, que temiam o poder que a Ordem do Hospital passaria a deter nos seus reinos (C1419, pp. 188-189).

Para além das menções aos grandes eventos da história de Portugal e Castela, há na crónica outras referências a lugares menos importantes, que se podiam ignorar, por se achar que não têm relevo de maior. Como a breve menção a um lugar onde alguém habitava, principalmente dos senhores nobres, sendo esta menção ao local de origem e, por consequência, onde estes exerciam o seu poder<sup>56</sup>, ou a um local de passagem<sup>57</sup>, por vezes no contexto dos eventos de maior grandeza. Porém, são estas pequenas alusões que definem as memórias dos lugares, ajudando a construir a imagem do território sobre o qual o cronista escrevia. Deste modo, consegue-se perceber quais os lugares de Castela que ele selecionou e qual a impressão que deles deixou.

Os lugares de aliança, onde se celebraram casamentos, situam-se quase sempre no norte do reino vizinho. A união da Infanta D. Mafalda com o rei de Castela, realizou-se em Medina del Campo (C1419, p. 102), enquanto a do Infante D. Fernando de Portugal com D. Sancha Fernandéz, filha de D. Fernando de Castela e Leão, foi acordada para em lugar indeterminado em Castela (C1419, p. 105). Foi ainda em Valladolid que D. Dinis e D. Fernando de Castela e Leão acertaram o casamento deste com D. Constança, filha de D. Dinis (C1419, p. 176). Por outro lado, D. João Manuel, entregou os castelos de Zafra e de Belmonte, este em Cuenca, aquele em Badajoz,

---

<sup>56</sup> Temos exemplos destes senhores e seus lugares de influência em: D. Raimundo (pai e filho) de Barcelona (C1419, pp. 56, 83), Conde D. Pedro das Astúrias (C1419 p. 56), os senhores de Biscaia (C1419, pp. 60, 119, 132, 174), Nuno Gonçalves de Lara (C1419, p. 132) João de Lacerda, senhor de Gibraleon (C1419, p. 162), D. Sancho de Ledesma (C1419, p. 171), D. Afonso de Molina (C1419, p. 174), D. Fernando de Zamora (C1419, p. 174), Fernão Rodrigues, senhor de Saldanha (C1419, p. 176), os senhores de Villalobos (C1419, p. 176, 268) e Rimundo de Candona (C1419, p. 194).

<sup>57</sup> Como é o exemplo da viagem de retorno de D. Pedro de Marrocos, onde ele passa por Algeciras, Tarifa e Sevilha (C1419, p. 118)

como garantia do casamento de sua filha com D. Pedro, o filho herdeiro de D. Afonso IV (C1419, p. 225).

Mas as alianças não são consagradas apenas através de casamentos, e, por vezes, assinavam-se acordos formais, mesmo com antigos rivais. Foi esse o caso de Alcañices, no reino de Leão, palco do tratado entre D. Fernando IV de Castela e Leão e D. Dinis (C1419, p. 175), ou de Tarazona, no território da Mancha, onde se resolveu o conflito entre os reis de Aragão e de Castela (C1419, p. 179), ou ainda de Toras, em Valência, onde se leram os artigos daquele último tratado (C1419, p. 181).

Outra importante informação que é recolhida através destas menções são os centros de poder, sobretudo do poder do monarca. Estes situam-se, naturalmente, nos locais de residência dos reis, às quais os nobres do reino afluíam com regularidade. A C1419 menciona várias cidades onde os monarcas reuniam as suas cortes. Tem-se assim notícia das Cortes de Toledo, onde D. Egas Moniz prestou vassalagem a D. Afonso VII de Castela e Leão, (C1419, p. 12), e das de Carrión, onde D. Sancho I e D. Afonso IX prestaram homenagem a D. Afonso de Castela (C1419, pp. 100). Também, D. Afonso XI de Castela reuniu Cortes em Sevilha, durante as disputas com D. Afonso IV de Portugal (C1419, p. 233). As assembleias de cortes serviam, pois, para reforçar e relembrar, o que era mais importante ainda, quem era o detentor da autoridade e do poder e para obrigar os oponentes a admiti-lo perante todos.

A partir de D. Fernando IV de Leão e Castela, Valladolid ganhou maior proeminência. Não só a cidade se tornou uma das residências deste monarca (C1419, p. 172), como foi nela que se firmou, por isso, o acordo de casamento de D. Fernando IV com D. Constança de Portugal. Também o filho deste, D. Afonso XI, utilizou Valladolid como sua residência, tendo as cartas que ele trocou com D. Afonso IV de Portugal e com D. Juan Manuel sido sempre endereçadas com destino, ou a partir de Valladolid. De resto, o monarca permaneceu nessa cidade até ao início dos confrontos diretos (C1419, p. 227-239).

Os clérigos são outro grande agente de poder em Castela, para além do monarca e dos seus nobres. Na C1419 são mencionados especialmente os bispos e os arcebispos, porém, apenas quando estes interferem diretamente em assuntos portugueses, ou em que portugueses estejam envolvidos. Tal como acontece em

Portugal, estes homens representam e executam a vontade do Papa no território. Assim, foram os bispos de Burgos, D. Moniz e de Palência, D. Telo que receberam a carta do Papa para anularem o casamento entre D. Mafalda de Portugal e D. Henrique I de Castela<sup>58</sup>. Também foi o bispo de Palência que recebeu a carta do Papa para excomungar D. Sancho II (C1419, p. 123). A avaliar por estes dados, eram os eclesiásticos do Norte os mais interventivos.

Os roteiros escolhidos por certas personalidades permitem conhecer, por outro lado, os principais eixos de comunicação. A C1419 registou o trajeto tomado por D. Pedro, quando regressou de Marrocos. Tendo aportado em Algeciras, seguiu depois por Tarifa e Sevilha, à época em mãos dos muçulmanos, entrando em Portugal vindo por Astorga (C1419, p. 118). Outro roteiro mencionado é o dos mensageiros que levaram uma missiva de D. Afonso IV a D. Afonso XI, quando o primeiro estava em Viseu e o último em Valladolid<sup>59</sup>. Para além do percurso, o cronista deu a conhecer os perigos que os viajantes enfrentavam na estrada, com a descrição de várias paragens e do modo como foram recebidos. Ocasão que o cronista aproveita para criticar de novo os castelhanos e para os apresentar agora como maus hospitaleiros:

Nós entramos em mau ponto em vossa terra aos xxb dias deste mês e viemos por Val de la Mula<sup>60</sup> e chegamos a Cidade de Rodrigo, onde, sendo esquecido todo gasalhado e homra que os estrangeyros em Portugal de receber costumão, nos foy feyta tão má companhia como faryam ladrões de mar em casa de mercadores que deles fosem roubados (C1419, p. 239).

A C1419 guardou ainda memória dos portugueses que faleceram em Castela. Caso de D. Sancho II, que aí se refugiou e morreu em Toledo (C1419, p. 140). Também as infantas D. Branca<sup>61</sup> e a Infanta D. Sancha<sup>62</sup>, falecida a primeira em Guadalajara (C1419, p. 85) e a segunda em Sevilha (C1419, p. 146), sendo ambas as Infantas depois trazidas e sepultadas em Portugal. A última morte em território

---

<sup>58</sup> Palência também tinha sido o lugar de encontro entre os dois Infantes, tendo as bodas de casamentos tido lugar em Medina de Campo (C1419, p. 102).

<sup>59</sup> Seguiram a estrada que passava por Vale da Mula, Ciudad Rodrigo, Ledesma, Salamanca, Madrigal, chegando então a Valladolid (C1419, p. 239).

<sup>60</sup> Atualmente, Vale da Mula é parte do território português.

<sup>61</sup> Filha de D. Sancho I (C1419, p. 85), que era freira num convento em Guadalajara (Rodrigues, 2010, p. 82).

<sup>62</sup> Filha de D. Afonso III (C1419, p. 146).

castelhano mencionada pela C1419 dá-se no reinado de D. Afonso IV, quando o mensageiro que este tinha incumbido de levar uma missiva a D. Afonso XI, foi morto em Valladolid (C1419, p. 238).

Vistas as menções a Castela podemos comprovar a variedade e a abundância que delas existem na C1419. Atestamos também à imagem, maioritariamente negativa que existia a este local e aos seus habitantes, consequência também da situação política aquando da escrita da obra. Testemunhamos a abundância de menções a desentendimentos, guerras e morte, pontilhadas, ocasionalmente com a menção de entreajuda e alianças, nos curtos períodos de paz entre os dois reinos.

As menções ao reino de Leão são muito reduzidas, sendo que a maior parte das 29 referências se distribui pelo período entre 1157 e 1230 (Lynch, 2007b, 211), quando foi um reino independente. Tal como em Castela, os monarcas reúnem a esmagadora maioria destas alusões (22), ficando apenas 7 para o território. Ao reino de Leão pertencia também o território da Galiza<sup>63</sup>, que conta com 13 menções na C1419.

As relações entre Portugal e Leão são muito semelhantes às que já se observaram com Castela, caracterizadas por uma constante rivalidade, pautada por momentos de interajuda e aliança entre as famílias reais. Como já foi mencionado, a proximidade geográfica e a fronteira com Leão motivou algumas perdas territoriais, quer em Leão, quer na Galiza (C1419, p. 9). Mas esta rivalidade não excluía outras formas de relação, numa dualidade típica das relações de Portugal com os reinos vizinhos da Hispânia. Foi o que aconteceu entre o rei português e o leonês, depois de este ter posto fim à carreira militar de D. Afonso Henriques, proibindo-o de cavalgar em bestas (C1419, p. 61), em resultado do episódio de Badajoz (C1419, p. 60). Como se tal hostilidade perdesse significado, o rei leonês viria em socorro de D. Afonso Henriques quando este se viu cercado, em Santarém, pelas forças muçulmanas (C1419, p. 63), demonstrando mais uma vez que a luta contra os mouros era mais importante que as contendas entre os reinos cristãos.

Além de fomentar pequenas disputas, principalmente na zona da fronteira, que serão resolvidas com D. Dinis, quando Leão e Castela eram um único reino, a

---

<sup>63</sup> Esta união dos reinos da Galiza e Leão, data de 1073, altura em que D. Afonso VI enclausura seu irmão D. Garcia (Lynch, 2007a, 149).

proximidade física entre Leão e Portugal incentivou também, de maneira oposta, a realização de pactos e de acordos, muitas vezes materializados em casamentos. A aliança entre as duas famílias régias foi ensaiada por várias vezes, sem grande sucesso. A primeira delas no reinado de D. Afonso Henriques, com a união da sua filha com D. Fernando de Leão (C1419, p. 56) e a segunda com o casamento de D. Teresa, filha de D. Sancho I, com D. Afonso de Leão (C1419, p. 85). Ambos os casamentos seriam dissolvidos pelo Papa, devido à proximidade do parentesco. A cidade de Tui, na Galiza, foi ainda o palco do encontro de D. Afonso Henriques com D. Raimondo de Barcelona, para acertarem o casamento entre os filhos de ambos (C1419, p. 56).

Sob a alçada do Rei de Leão, a Crónica registou vários centros de poder religioso, que mais uma vez, são apenas mencionados quando interagem com poderes, ou com gentes de Portugal. Entre eles, a cidade de Salamanca, local da reunião dos bispos e arcebispos de Portugal e Leão que analisaram a validade do casamento de D. Teresa e de D. Afonso de Leão (C1419, p. 101). Como delegado do papa, foi o bispo de Astorga que entregou a sentença de excomunhão proferida contra D. Sancho II (C1419, p. 123), sendo o bispo de Santiago incumbido de convocar D. Afonso III a Roma, igualmente em nome da Santa Sé.

As restantes menções à Galiza representam-na como uma região muito presente em alturas de conflito, principalmente durante a *Guerra Esquiva*, quando foi uma das principais frentes de combates, com várias incursões nos dois lados da fronteira. Talvez tenha sido esta permeabilidade da fronteira minhota que justificou as iniciativas de D. Dinis na região, com a construção de alguns castelos e o povoamento de várias vilas, como vimos no segundo capítulo.

O último reino cristão peninsular mencionado na crónica foi o de Aragão, que contou com 25 menções, com 14 delas relativas aos monarcas e as restantes 11 ao território. Ao contrário dos outros reinos cristãos, Aragão nunca foi descrito como um rival de Portugal, talvez pela distância que os separa, ou pela ameaça que para ambos representava o reino de Leão e de Castela. A relação com o reino de Aragão foi caracterizada, em contrapartida, pelo estabelecimento de laços matrimoniais e pelos episódios de entreajuda.

A aliança mais antiga entre os dois reinos celebrou-se com o casamento de D. Dulce de Aragão com D. Sancho I, mas foi no reinado de D. Dinis que a presença de Aragão na C1419 se tornou mais constante. Sobretudo depois deste casar com a filha do rei de Aragão, D. Isabel (C1419, p. 164), estreitaram-se as relações entre os dois reinos, com vários nobres aragoneses presentes no círculo próximo de D. Dinis<sup>64</sup>. O facto consolidaria o prestígio do monarca na península, atestada pelo papel que ele assumiu na resolução dos conflitos entre o reino de Aragão e o de Leão e Castela, como já atrás se indicou.

O reino de Aragão surge também como espaço de santos e de grandes figuras da Igreja. Nele é citada a cidade de Huesca, lugar de nascimento de São Vicente (C1419, p. 25), santo a cuja vida o cronista dedica algumas páginas, numa das raras interrupções da narrativa dos reis de Portugal. Possuía ainda um importante centro de poder religioso, o bispado de Saragoça, cujo bispo, Antón Jimenez, integrou a equipa de juizes que, juntamente com D. Dinis, resolveria as disputas entre Aragão e Castela (C1419, p. 179).

A C1419 também guardou memória dos reinos mouros da península, alguns com mais detalhe, outros com menos. Como lugares mouros, ou governados por reis mouros, surgem sempre enquanto espaços de guerra. Seja para deixar testemunho das entradas realizadas em terras do reino por reis muçulmanos, como sucedeu em Alcácer do Sal, onde os reis de quase todos os reinos muçulmanos, a saber, Sevilha, Córdoba, Jáen e Badajoz, foram ajudar no cerco (C1419, p. 108), seja para noticiar as incursões de forças portuguesas em território muçulmano, como aconteceu, ainda em reinado de D. Afonso Henriques, com D. Sancho a ir em fossado a Sevilha (C1419, p. 70).

As informações transmitidas pelo cronista sobre estes reinos não são uniformes. Para alguns deles, como Jaén<sup>65</sup> e Córdoba<sup>66</sup>, pouco se diz, para lá da presença de forças dessas cidades no exército que entrou por Portugal, por várias regiões, com um ataque coordenado pelos reis de Sevilha, Marrocos e Córdoba, onde

---

<sup>64</sup> Com o Infante D. Pedro de Aragão, irmão de D. Isabel (Lynch, 2007c, pp. 164-165), viaja como D. Dinis, para a resolução do casamento entre D. Fernando IV de Castela e Leão com D. Constança de Portugal (C1419, p. 171).

<sup>65</sup> O Rei deste lugar veio até Alcácer, quando soube que este estava cercado por forças cristãs (C1419, p. 108).

<sup>66</sup> Para além de também ter vindo em auxílio de Alcácer (C1419, p. 108), faz uma incursão conjunta com outros reis mouros, para vingar o Rei Miramolim (C1419, p. 144).

este último entrou pelo Alentejo destruindo as vinhas e as plantações de trigo de Évora (C1419, p. 99). A conquista de outros reinos, como Badajoz e Sevilha, suscitou maior atenção. A primeira destas cidades foi mencionada em 12 ocasiões, enquanto Sevilha contou com 30 menções, sendo o segundo topónimo mais citado em toda a crónica, depois de Castela. Como se seria de esperar, e como já verificámos em outras alturas em que são mencionados mouros, é a guerra que domina as referências a estas duas cidades, pelo menos até que estas fossem conquistadas por Castela. Mas o cronista valoriza sobretudo as incursões que os reis delas fizeram em território português, como em Alcácer e em Sesimbra (C1419, p. 58, 108), ou as várias tentativas de conquista desses reinos, quer por reis portugueses, quer por monarcas castelhanos e leoneses (C1419, pp. 69, 142).

Mesmo depois da conquista cristã, a realidade anterior manteve-se e estas cidades continuaram a ser associadas a contextos de guerra. Badajoz foi palco de movimentações durante a guerra esquiva, como foi uma das cidades mais importantes a ser atingida (Martins, 2005, p. 77). Por outro lado, Sevilha, além do papel que teve neste último conflito, também esteve presente nos confrontos que opuseram D. Dinis a D. Fernando de Castela. Em ambas as circunstâncias,<sup>67</sup> Sevilha surge identificada como um porto marítimo e o local onde se armavam as galés de guerra.

Do lado muçulmano da península, resta ainda o reino de Granada, que mantinha a independência na data em que se redigiu a Crónica de 1419. Conta este com 6 menções, quase sempre justificadas pela notícia das conquistas feitas pelo seu rei em momentos de desavença entre cristãos, como quando recuperou as fortalezas de Guisada, Bordemcal e Alidete (C1419, p. 173). Ou pelo registo das ocasiões em que o rei de Portugal se juntava aos de Castela e Aragão para ensaiar a conquista definitiva deste reino, sem grande sucesso (C1419, p. 182). Por outro lado, Granada era uma fonte de preocupação para os reis cristãos, que viam, evidentemente, nesta praça-forte muçulmana, uma ameaça permanente. Essa foi, aliás, uma das razões pela qual D. Dinis queria manter uma Ordem Militar no seu território (C1419, p. 191). Granada ficaria em posse dos muçulmanos, muito para além dos tempos descritos na C1419, sendo apenas conquistada em 1492 (Lynch, 2007c, p. 37).

---

<sup>67</sup> Guerra entre D. Dinis e D. Fernando (C1419, pp. 171-173) e Guerra Esquiva (C1419, pp. 251-256).

## 4.2. A Europa

No conjunto, o restante continente europeu conta com 77 menções, divididas por 23 topónimos (Apêndice 9), perfazendo 14,55% do total de menções. As relações mantidas com os outros reinos europeus são muito distintas das estabelecidas com os reinos peninsulares, mais próximos. Nunca se registou qualquer desentendimento militar com esses reinos distantes e as gentes deles são sempre tratadas com respeito e consideração, embora as razões para este trato possam ser muito diferentes.

É desta outra Europa, especificamente de Toulouse e da Hungria, que provém a linhagem de D. Afonso Henriques, e por consequência, da primeira dinastia portuguesa (C1419, pp. 3 – 5). A origem da linhagem de D. Afonso Henriques é assunto que ocupa dois capítulos da Crónica, sintetizados pelo cronista desta forma:

E, concluindo a geração deste nobre e excellente rei, da parte de seu padre he neto del-rel de Ungria e da parte de sua mãe he neto del-rei dom Affonso o 5º de Castella, e assim sua geração vem de reis e grandes senhores (C1419, p. 5).

A atenção dada à ascendência de D. Afonso Henriques parece ter dois propósitos. O primeiro para cimentar a legitimidade da dinastia portuguesa, dizendo-a originária de duas casas régias distintas, talvez necessária à época de redação da Crónica, como já podemos constatar na análise do território de Castela. O segundo para transformar aquela origem no ponto de partida para a construção do mito do Rei Guerreiro e Invicto, predestinado à grandeza de seguir os passos dos seus antepassados.

Sem aqui incluir as menções diretas aos reinos, Bolonha [Boulogne-sur-Mer] é o lugar com o maior número de menções. Conta com um total de 14 referências, número que se explica pela atenção que o cronista dá ao passado do futuro Afonso III, quando este era apenas identificado como conde de Bolonha (C1419, p. 124 – 133, 142). O cronista manteve aquela designação até ao termo da guerra civil, altura em que Afonso III passa a ser exclusivamente referido como Rei de Portugal. A Crónica também registou algumas alianças com estes reinos e condados mais distantes, por

norma através da celebração de casamentos. Destaca-se entre eles o condado da Flandres, com duas uniões registadas (C1419, pp. 56, 84), seguindo-se o reino da Dinamarca (C1419, p. 105), apenas com uma.

A devoção a Cristo e o fervor religioso são, contudo, os traços dominantes da imagem que o cronista construiu das gentes do Norte. São estas as terras de origem dos cruzados que abandonavam os seus reinos com destino à Terra Santa, como D. Jorge, Conde da Frísia e D. Inquilino, Conde da Holanda, que participaram nas conquistas cristãs de Alcácer do Sal (C 1419, p. 106). Além da Holanda (C1419, p. 106) e da Frísia (C1419, 106), o cronista mencionou a Inglaterra (C1419, p 47), a França (C1419, p. 47) e a Alemanha (C1419, p. 47) como os pontos de partida dos cruzados que passavam pelo reino. Alguns destes reinos estão igualmente ligados à Ordem do Templo, o instituto militar associado à defesa de Jerusalém e da Terra Santa. A origem desta última foi devidamente esclarecida pelo cronista, noutra das poucas instâncias em que ele interrompe a narrativa para recriar um contexto histórico concreto. Fica-se assim a saber que as origens da ordem estão muito ligadas às terras francesas de Ruão, de Santes, de Cister e de Claraval (C1419, p. 185) associando-se à extinção dela o Concílio de Vienne, com base nas informações obtidas na Gasconha e em Poitiers (C1419, p. 187).

A cidade de Roma é o último espaço europeu com uma presença significativa na C1419. No total, conta com 9 menções. Ainda que não sejam muitas — são menos do que as de Sevilha, por exemplo - são importantes, porque servem para marcar a centralidade de Roma na Cristandade, em particular com a notícia da sua influência universal através dos cardeais enviados pelo Papa para todo o mundo, como é o caso do Cardeal enviado no reinado de D. Afonso Henriques, que deveria influenciá-lo a libertar a sua mãe, para além de transmitir o descontentamento do Papa, devido a D. Afonso ter elegido um bispo (C1419, p. 28-32). Mas esta não será a última vez que bispos e mensageiros vindos da parte do Papa, e por consequência de Roma, que serão enviados a Portugal, embora não seja especificada a cidade de Roma. Todos os exemplos, que vimos até agora neste capítulo, sobre o envio de bispos, foram a mando do Papa. A C1419 guarda, também, a memória do Papado de Avinhão, dando-nos conta que será aí que o Papa estará residindo (C1419, p. 258).

Foi ainda de Roma que partiram os frades franciscanos, em conjunto com outros frades da Sicília, com a missão de evangelizar o reino de Marrocos, episódio este que veremos de seguida.

### **4.3. Ultramar**

Os territórios exteriores à Europa, cujo conjunto será genericamente designado como o Ultramar, contam com um total de 29 menções, distribuídas por sete regiões distintas e que equivalem a 5,48% das referências geográficas transmitidas pela C1419. Uma presença que não é, portanto, muito significativa, mas que merece alguns comentários.

Entre eles, o reino de Marrocos é o espaço mais citado, com 13 menções, juntando-se as menções que se encontram no seu território, como Fez, de onde era natural o muçulmano que matou quem transportou o corpo de S. Vicente para o Algarve (C1419, p. 27). É em Marrocos que a maior parte da narrativa do reinado de D. Afonso II toma lugar, embora este não seja o protagonista deste episódio, mas sim o seu irmão D. Pedro. Estando este, nessas terras mouras, e ouvindo contar da história dos frades franciscanos, partidos de Roma e da Sicília (C1419, p. 113) que tinha ido lá apregoar, tendo sido depois expulsos e mortos pelo rei de Marrocos (C1419, pp. 115-116), incumbiu-se ele de recuperar os corpos destes santos e trazê-los consigo para Portugal.

Segue-se a cidade de Jerusalém com 9, embora a estas se devem adicionar os outros locais citados a caminho da Terra Santa, como Constantinopla, com uma referência à passagem de onde D. Henrique trouxe uma relíquia de São Lucas (C1419, p. 7).

A importância de Jerusalém explica-se pelo lugar que ela ocupa na história do Cristianismo, por ser o berço em que este nasceu. Foi dessa cidade que o conde D. Henrique trouxe algumas relíquias, no decurso da sua viagem ao Oriente (C1419, p. 7). Mas a cidade surge sobretudo como um espaço de conflito entre cristãos e muçulmanos, facto que justifica a notícia da perda da cidade (C1419, p. 85), ou as menções à necessidade de ser recuperada pelos cristãos, com várias frotas de

guerreiros do norte da Europa a que se dá destaque na C1419 (C1419, p. 47, 106). Para além, das cartas enviadas para a tentativa de juntar cruzadas, com pedidos de soldados, no reinado de D. Sancho I (C1419, p. 85) e no reinado de D. Afonso IV (C1419, p. 230). Assim como esta cidade está relacionada com a origem da Ordem do Templo (C1419, p. 184), assim como o seu fim (C1419, p. 190).

De uma forma geral, os territórios do Ultramar surgem descritos na C1419, como espaços muçulmanos, ou de confronto entre estes e os cristãos, como já se verificou para o caso de Jerusalém. Mas a situação repete-se no que respeita a Marrocos, o espaço que conta com o maior número de menções. Todas estas se concentram no reinado de D. Afonso II, onde o cronista, que pouca importância atribuiu ao Rei, preferiu realçar os feitos do seu irmão D. Pedro Sanches, que trouxe as relíquias dos mártires de Marrocos. Estes últimos eram os frades franciscanos atrás citados, que pretendiam converter os muçulmanos à fé cristã, chegando a Tunes (C1419, p. 113), e imediatamente começando a pregar, cuja atividade enfrentou a oposição do monarca, que os expulsou dos seus domínios (C1419, p. 114). Por não terem cumprido estas determinações, viriam a ser executados, sendo os seus corpos recolhidos por D. Pedro Sanches, que os trouxe para Portugal (C1419, p. 117). E tal como acontece com o roteiro tomado por este na Europa a caminho de Portugal, também em terras africanas temos esta informação, sabemos então que D. Pedro passa por Azora e Ceuta (C419, p. 119). Desta forma, o cronista associa Marrocos a um espaço de conversão e de martírio, numa altura em que Portugal consolidava uma presença cristã em África, na cidade de Ceuta.

## Conclusão

Desde que foi descoberta e publicada, a C1419 despertou o interesse de muitos investigadores e deu origem a muitas publicações. Entre elas, uma das mais recentes e das mais completas é a tese de doutoramento de Luís Alves Moreira, *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posterioridade*, que foi várias vezes citada nas páginas anteriores. Mas a atenção deste e de outros investigadores dirigiu-se sobretudo para as características formais da crónica, como o problema da autoria e do estilo, as fontes usadas pelo cronista, ou a posterioridade da crónica. Foram mais escassos os trabalhos que se preocuparam com as conceções geográficas do cronista e que procuraram esclarecer a geografia do reino que ele revela.

Foi este o objetivo do presente trabalho. A geografia do reino que ela transmite é muito desigual, com regiões ricamente descritas, enquanto outras mal surgem do anonimato. Esta seleção pertence inteiramente do autor e parece ser determinada pela sua afeição por determinadas personagens, como sucede com o rei fundador. A longa narrativa do seu reinado, com a descrição de feitos e de ações que se distribuem por toda a zona do Minho e da Estremadura, estabelece um contraste vivo com o reinado de D. Afonso II, quando o maior protagonismo é dado ao seu irmão, D. Pedro. Observa-se também uma muito detalhada descrição do Algarve, por via da ação dos freires da Ordem de Santiago, embora esta seja menos estranha, dada a intenção do cronista em descrever, não apenas os feitos dos reis, mas também os dos senhores que os serviam. A mesma lógica explica, aliás, a atenção aos esforços de vários reis para salvaguardarem a fronteira, fortificando as zonas do Baixo Alentejo e da Beira Alta.

Ainda que as menções do cronista se concentrem em várias zonas do reino, a de maior importância é sem dúvida a Estremadura, sendo no território entre Coimbra, Santarém e Lisboa, que a maior parte da narrativa se desenrola. É no espaço definido por estas três cidades, as mais citadas na C1419, que se encontra o centro de poder do reino português.

Ao contrário do que acontece nas regiões acima descritas, há outras que o autor deixa praticamente, ou completamente, no esquecimento. Esta exclusão na sua narrativa pode explicar-se de várias formas. A mais simples, será a marginalidade

destes territórios, mais afastados dos centros de poder, facto que se manifesta na falta de fontes e de referências documentais. Pode ser este o caso da região transmontana, uma área de fronteira, já que as intervenções no reforço desta zona foram ignoradas pelo autor. Mas há que ter em conta que a região esteve sob o domínio leonês durante vários anos, escapando assim à influência dos monarcas, outra grande razão para o desinteresse do cronista e para as lacunas informativas da C1419. Por se concentrar nos feitos dos reis, o cronista pouco se interessa pelas regiões onde as suas ações menos se fazem sentir. É o caso do Baixo Alentejo, juntamente com a Beira Baixa, em boa parte sob o controlo das Ordens Militares e mais afastadas do centro do reino. Assim, quanto menos expostas à ação dos monarcas e dos senhores que os servem, quanto menor a influência destes sobre uma determinada região, menos provável é que estas surjam em destaque na C1419.

A preocupação da C1419 pelos feitos dos reis e dos grandes senhores situa a narrativa em redor do topo da hierarquia social. A história presente na crónica passa de feito em feito, realçando as grandes conquistas dos reis portugueses, muitas vezes saltando ou simplesmente ignorando algumas tentativas, menos bem-sucedidas. Como é exemplo a omissão das tentativas falhadas de conquistar de Alcácer do Sal. Para o cronista, não era através dos insucessos e das derrotas que se construía a imagem de um monarca e de um reino grandioso.

O clero, regular e secular, marca presença ao longo de toda a crónica, embora apenas os bispos e abades surjam como figuras de destaque. Só do topo da hierarquia da Igreja se guardou, portanto, memória. Dos restantes personagens, apenas o mercador Garcia Domingues mereceu um destaque maior, primeiro pelo seu papel de guia e de conselheiro, e depois pelo estatuto de combatente e de mártir da fé cristã. Os restantes intervenientes, como os mouros e as mulheres, são descritos de maneira plana e unidimensional. Nos tempos de Reconquista, os mouros são apresentados única e exclusivamente como os inimigos, sendo praticamente esquecidos após a conquista de Faro. Por outro lado, as mulheres são vistas apenas como um meio para atingir um fim. Se são importantes para estabelecer alianças, continuam ainda assim a ser vistas e descritas como um simples peão, que é colocado onde traz mais benefícios aos reis e aos grandes senhores. As mulheres que fogem a este padrão são poucas, temos o exemplo de D. Teresa e da Rainha D. Isabel. Esta como modelo

de santidade e de fervor a Deus, e aquela devido aos seus desentendimentos com seu filho, D. Afonso Henriques.

A crónica também guardou memória de outros reinos. Sobretudo dos que estavam mais próximos, como Leão e Castela, que tanto surgem como espaços de aliança e de amizade, como se apresentam como a origem das ameaças e da guerra que pesam sobre o reino. Apesar de muito presente na crónica, o caso de Aragão é diferente, já que este é visto como um aliado importante, sobretudo em alturas de maior necessidade.

Os reinos e os senhores do resto da Europa além-Pirenéus têm na crónica uma imagem igualmente positiva, sendo vistos como exemplos da fé cristã. É quase sempre dos reinos da França, Alemanha e Inglaterra que partem os cruzados para a Terra Santa, muitas vezes mencionados pela ajuda que prestam aos reis de Portugal, nos cercos e nas conquistas que estes organizavam.

Por fim, as terras do Ultramar surgem com um estatuto ambíguo. Por um lado, são a terra de origem dos mouros e dos muçulmanos, os principais inimigos dos reis e do reino. Mas, ao mesmo tempo, o Ultramar surge igualmente como o espaço mais sagrado para os cristãos, a Terra Santa. A cidade de Jerusalém é vista como algo que deve ser protegido e como o destino principal dos cruzados, sendo sempre referida quando é perdida para os muçulmanos e há necessidade de a recuperar para a Cristandade.

Mas, antes de concluir, importa notar como o discurso do cronista estava marcado pelas realidades e pelos problemas do presente. A C1419 foi escrita durante o reinado de D. João I e a obra descreve o passado em função do presente. A dinastia pretendia enaltecer os feitos do passado como forma de se afirmar no presente, assumindo de forma clara a continuidade com a primeira dinastia e com a herança desse passado. Daí advém a exaltação do primeiro Rei, D. Afonso Henriques, quase como modelo do rei que então exercia o poder, D. João I. Ambos surgiam como guerreiros eficazes e como monarcas decididos. Também a atenção aos episódios de serviço ao rei e de fidelidade vassálica serviam para transpor essas realidades para o século XV, como exemplos a seguir pelos apoiantes e servidores da Coroa.

As escolhas do cronista, quanto aos episódios que narra, ou que omite, não eram inocentes. Serviam para estabelecer um paralelo entre o monarca que ganhara

o trono e governava em 1419 e aquele outro que conquistara o poder pela sua força e coragem e que fundara o reino. Se Afonso Henriques alargara o reino pelas suas conquistas, D. João I continuara essas ações através da tomada de Ceuta e da expansão marítima.

## Apêndices

### Apêndice 1

#### Lista de Topónimos e Número de Referências

Abrantes (2)	Almodôvar (1)	Braga (8)
Alagoas (1)	Alpedriz (1)	Bragança (2)
Alandroal (1)	Alvar dos (2)	Cabeça del Rei (1)
Albufeira (3)	Alvor (3)	Cabeça do Mestre (1)
Alcácer (11)	Antas (3)	Cabo de S. Vicente (6)
Alcanede (1)	Arcos de Valdevez (1)	Cabo Espichel (1)
Alcântara (1)	Arnado (2)	Cacela (8)
Alcobaça (7)	Arraiolos (1)	Campo Maior (2)
Alcoutim (2)	Arronches (8)	Cárquere (1)
Alegrete (1)	Arruda dos Vinhos (2)	Cartaxo (1)
Alenquer (5)	Asseiceira (1)	Cascais (2)
Alfachar (1)	Assumar (2)	Castelo Bom (2)
Alfaiates (2)	Atalaia (1)	Castelo de Vide (1)
Alfandega da Fé (1)	Atouguia da Baleia (1)	Castelo Melhor (2)
Alhandra (1)	Azambuja (1)	Castelo Mendo (1)
Aljezur (3)	Azeitão (1)	Castelo Rodrigo (2)
Aljustrel (1)	Azenhas (1)	Castro Laboreiro (1)
Almada (2)	Beja (11)	Castro Marim (4)
Almargem (1)	Benfica (3)	Castro Verde (1)
Almeida (2)	Borba (1)	Celorico da Beira (4)

Chelas (1)	Guarda (4)	Monte de Pompeo (1)
Coimbra (62)	Guimarães (11)	Montelraz (1)
Coina (1)	Juromenha (1)	Montemor-o-Novo (2)
Cortiçadas (1)	Lagos (2)	Montemor-o-Velho (2)
Coruche (1)	Lamego (4)	Moreira de Rei (1)
Corvadelos (1)	Lavra (1)	Moura (1)
Covilhã (2)	Leiria (14)	Mouta do Açor (1)
Desbarato (1)	Lisboa (48)	Muja (1)
Elvas (6)	Lonveira (2)	Neiva (1)
Erma (1)	Lorvão (2)	Óbidos (2)
Estômbar (6)	Loulé (5)	Odivelas (2)
Estremoz (3)	Lourinhã (1)	Ouguela (2)
Évora (7)	Lumiar (1)	Ourém (2)
Evoramonte (1)	Mafra (1)	Ourique (8)
Faria (1)	Marmelar (1)	Ovar (1)
Faro (9)	Marvão (2)	Paço de Sousa (1)
Fonte de Tamarra (1)	Mértola (2)	Paderne (5)
Fonte do Bispo (1)	Miranda do Douro (2)	Palmela (5)
Freixo de Espada à Cinta (1)	Mirandela (1)	Pavia (1)
Frielas (2)	Monção (3)	Penela (2)
Furadouro (1)	Monforte (1)	Pernes (1)
Gaia (3)	Monsaraz (1)	Pinhel (1)
Golegã (1)	Monte Alvão (1)	Pombal (2)
Grijó (1)	Monte de Abade (1)	Ponte de Lima (1)

Ponte Velha (1)	Seda (1)	Vila Maior (2)
Poras (1)	Serpa (2)	Vila Nova de Cerveira (1)
Portalegre (2)	Sesimbra (3)	Vila Nova de Foz Côa (3)
Porto (9)	Setúbal (1)	Vila Real (1)
Porto de Mós (3)	Silves (17)	Vila Verde (1)
Rechado (1)	Sintra (4)	Vila Viçosa (2)
Redinha (1)	Sítimos (1)	Vilar Formoso (1)
Redondo (1)	Tavira (16)	Vimieiro (1)
Restelo (1)	Terena (1)	Vinhais (1)
Sabugal (2)	Tomar (3)	Viseu (6)
Salir (1)	Torres Novas (7)	Voudal (1)
Salvaterra de Magos (2)	Torres Vedras (2)	Xabregas (1)
Santa Maria da Feira (4)	Trancoso (4)	
Santarém (39)	Veiras (2)	
Santidanhas (1)	Viana de Caminha (2)	
São Martinho do Bispo (1)	Vila Flor (1)	
	Vila Franca de Xira (1)	

## **Apêndice 2**

### **Aglomeración do Minho**

Arcos de Valdevez	Grijó	Ponte de Lima
Braga	Guimarães	Ponte Velha
Cárquere	Lavra	Porto
Castro Laboreiro	Lonveira	Santa Maria da Feira
Erma	Monção	Santidanhas
Faria	Neiva	Viana de Caminha
Gaia	Paço de Sousa	Vila Nova de Cerveira

## **Apêndice 3**

### **Aglomeración da Beira Alta**

Alfaiates	Celorico da Beira	Pinhel
Almeida	Covilhã	Sabugal
Castelo Bom	Freixo de Espada à	Trancoso
Castelo Melhor	Cinta	Vila Maior
Castelo Mendo	Guarda	Vila Nova de Foz Côa
Castelo Rodrigo	Moreira de Rei	Vilar Formoso

#### **Apêndice 4**

##### **Aglomeración do Alto Alentejo**

Alandroal	Elvas	Ouguela
Alegrete	Estremoz	Portalegre
Arronches	Evoramonte	Redondo
Assumar	Juromenha	Terena
Borba	Marvão	Veios
Campo Maior	Monforte	Vila Viçosa
Castelo de Vide	Monsaraz	

#### **Apêndice 5**

##### **Aglomeración do Algarve**

Albufeira	Cacela	Lagos
Alcoutim	Castro Marim	Loulé
Aljezur	Cortiçadas	Paderne
Almargem	Desbarato	Salir
Alvor	Estômbar	Silves
Antas	Faro	Tavira
Cabeço do Mestre	Fonte do Bispo	
Cabo de S. Vicente	Furadouro	

## Apêndice 6

### Aglomeraco da Estremadura

Alcanede	Fonte da Tamarma	Penela
Alcobaça	Frielas	Pernes
Alenquer	Golegã	Pombal
Alhandra	Leiria	Poras
Almada	Lisboa	Porto de Ms
Alpedriz	Lorvão	Redinha
Arruda dos Vinhos	Lourinhã	Salvaterra de Magos
Asseiceira	Lumiar	Santarém
Atalaia	Mafra	Sesimbra
Atouguia da Baleia	Moita Aor	Setúbal
Azambuja	Monte Abade	Sintra
Azeito	Monte Alvo	Tomar
Benfica	Monte Iras	Torres Novas
Cabo Espichel	Montemor-o-Velho	Torres Vedras
Crtaxo	Muja	Vila Franca de Xira
Cascais	bidos	Vila Verde
Chelas	Odivelas	Vimieiro
Coimbra	Ourm	Xabregas
Coina	Palmela	

**Apêndice 7****Topónimos Fora de Portugal e Número de Referências**

Aguilar (1)	Ayamonte (1)	Ceuta (3)
Alcala de Fenales (1)	Azora (1)	Cister (1)
Alcala la Real (1)	Badajoz (12)	Ciudad Rodrigo (1)
Alcanize (2)	Baiona de Minho (1)	Claraval (1)
Alcunhel (1)	Bara (1)	Constantinopla (1)
Alemanha (2)	Barcelona (2)	Córdova (3)
Algeciras (3)	Bejare (1)	Cuenca (3)
Alguava (1)	Belamarim (2)	Dácia (1)
Alhama de Granada (1)	Belmonte (1)	Debran (1)
Alicante (1)	Biscaia (4)	Elda (1)
Alidete (1)	Bolonha (14)	Esparregal (1)
Aljarafe (1)	Bordemcal (1)	Feeria (1)
Almaça (1)	Borgilhos (1)	Fez (1)
Almendral (1)	Burgos (1)	Fonte Guinaldo (1)
Almeria (2)	Candona (2)	França (18)
Alva de Tornes (1)	Cárceres (1)	Frandes (3)
Aracena (2)	Carrión de los Condes (1)	Frísia (1)
Aragão (25)	Cartagena (2)	Galiza (13)
Astorga (7)	Castela (136)	Gasconha (1)
Astúrias (1)	Catalunha (1)	Gibrleon (2)
Avila (1)	Cecília (3)	Granada (6)
Avinhão (2)		Guadalajara (1)

Guardamar (1)	Molina (2)	Sevilha (30)
Guardia (3)	Molina de Segura (1)	Simancas (1)
Guisada (1)	Monte Agudo (1)	Sobrado (1)
Holanda (1)	Muradal (1)	Soria (1)
Huesca (1)	Murcia (3)	Tarazona (2)
Hungria (3)	Navarra (2)	Tarifa (2)
Inglaterra (5)	Nogales (1)	Termeçem (1)
Jaen (1)	Novelda (1)	Toledo (8)
Jerusalém (9)	Noves (1)	Tolosa (4)
Lara de los Infantes (2)	Olivença (2)	Toras (1)
Leão (29)	Orihuela (1)	Torres (2)
Ledesma (6)	Palência (2)	Troia (1)
Lepe (1)	Paris (1)	Tui (4)
Lerma (1)	Pointevin (1)	Tunes (1)
Loncha (1)	Pontevedra (1)	Uclés (1)
Maçenares (1)	Pozaldez (1)	Val de Gama (1)
Madrigal (1)	Roma (9)	Val de Mula (1)
Magazela (3)	Ruão (1)	Valência (2)
Maiorcas (1)	Salamanca (2)	Valência de Alcantara (2)
Marchas (1)	Saldanha (1)	Valladolid (6)
Marrocos (13)	San Paio de Lodo (1)	Valle de Guinja (1)
Medina del Campo (2)	Santes (1)	Vienne (1)
Mérida (1)	Santiago (1)	Villalobos (2)
Milão (1)	Savaterra (1)	Villena (2)

Zafra (1)

Zamora (3)

Zaragoza (2)

**Apêndice 8**  
**Topónimos de Espanha**

Aguilar

Astúrias

Catalunha

Alcala de Fenales

Avila

Ciudad Rodrigo

Alcala la Real

Ayamonte

Córdoba

Alcanize

Badajoz

Cuenca

Alcunhel

Baiona de Minho

Debran

Algeciras

Bara

Elda

Alguava

Barcelona

Esparregal

Alhama de Granada

Bejare

Feeria

Alicante

Belamarim

Fonte Guinaldo

Alidete

Belmonte

Galiza

Aljarafe

Biscaia

Gibrleon

Almaça

Bordemcal

Granada

Almendral

Borgilhos

Guadalajara

Almeria

Burgos

Guardamar

Alva de Tornes

Candona

Guardia

Andaluzia

Cárceres

Guisada

Aracena

Carrión de los Condes

Huesca

Aragão

Cartagena

Jaen

Astorga

Castela

Lara (de los Infantes)

Leão	Novelda	Termeçem
Ledesma	Noves	Toledo
Lepe	Olivença	Toras
Lerma	Orihuela	Torres
Loncha	Palência	Tui
Maçenares	Pontevedra	Uclés
Madrigal	Pozaldez	Val de Gama
Magazela	Salamanca	Val de Mula
Maiorcas	Saldanha	Valência
Medina del Campo	San Paio de Lodo	Valência de Alcântara
Mérida	Santiago	Valladolid
Molina	Salvaterra del Miño	Valle de Guinja
Molina de Segura	Sevilha	Villalobos
Monte Agudo	Simancas	Villena
Muradal	Sobrado	Zafra
Murcia	Soria	Zamora
Navarra	Tarazona	Zaragoza
Nogales	Tarifa	

**Apêndice 9**  
**Topónimos Europa**

Alemanha	Frandes	Paris
Avinhão	Frísia	Poitevin
Bolonha	Gasconha	Roma
Cecília	Holanda	Ruão
Cister	Hungria	Santes
Claraval	Inglaterra	Tolosa
Dácia	Marchas	Vienne
França	Milão	

**Apêndice 10**  
**Ultramar**

Azora  
Ceuta  
Constantinopla  
Fez  
Jerusalém  
Marrocos  
Tunes

## Apêndice 11

### Ordem Cronológica dos Reis de Portugal

<b>Monarca</b>
D. Afonso Henriques
D. Sancho I
D. Afonso II
D. Sancho II
D. Afonso III
D. Dinis
D. Afonso IV

## Apêndice 12

### Ordem Cronológica dos Monarcas de Castela, Leão e Galiza

<b>Monarca</b>
D. Afonso VII
<b>Divisão dos Reinos</b>
D. Fernando II
<b>União dos Reinos</b>
D. Afonso X
D. Sancho IV
D. Fernando IV
D. Afonso XI

### Apêndice 13

#### Cronologia dos Reis de Castela

<b>Monarca</b>
<b>Divisão dos Reinos</b>
D. Sancho III
D. Afonso VIII
D. Henrique I
D. Berenguela I
D. Fernando III
<b>União dos Reinos</b>

### Apêndice 14

#### Cronologia dos Reis de Leão e Galiza

<b>Monarca</b>
<b>Divisão dos Reinos</b>
D. Fernando II
D. Afonso IX
D. Sancha II
D. Dulce I
D. Fernando III
<b>União dos Reinos</b>

## Apêndice 15

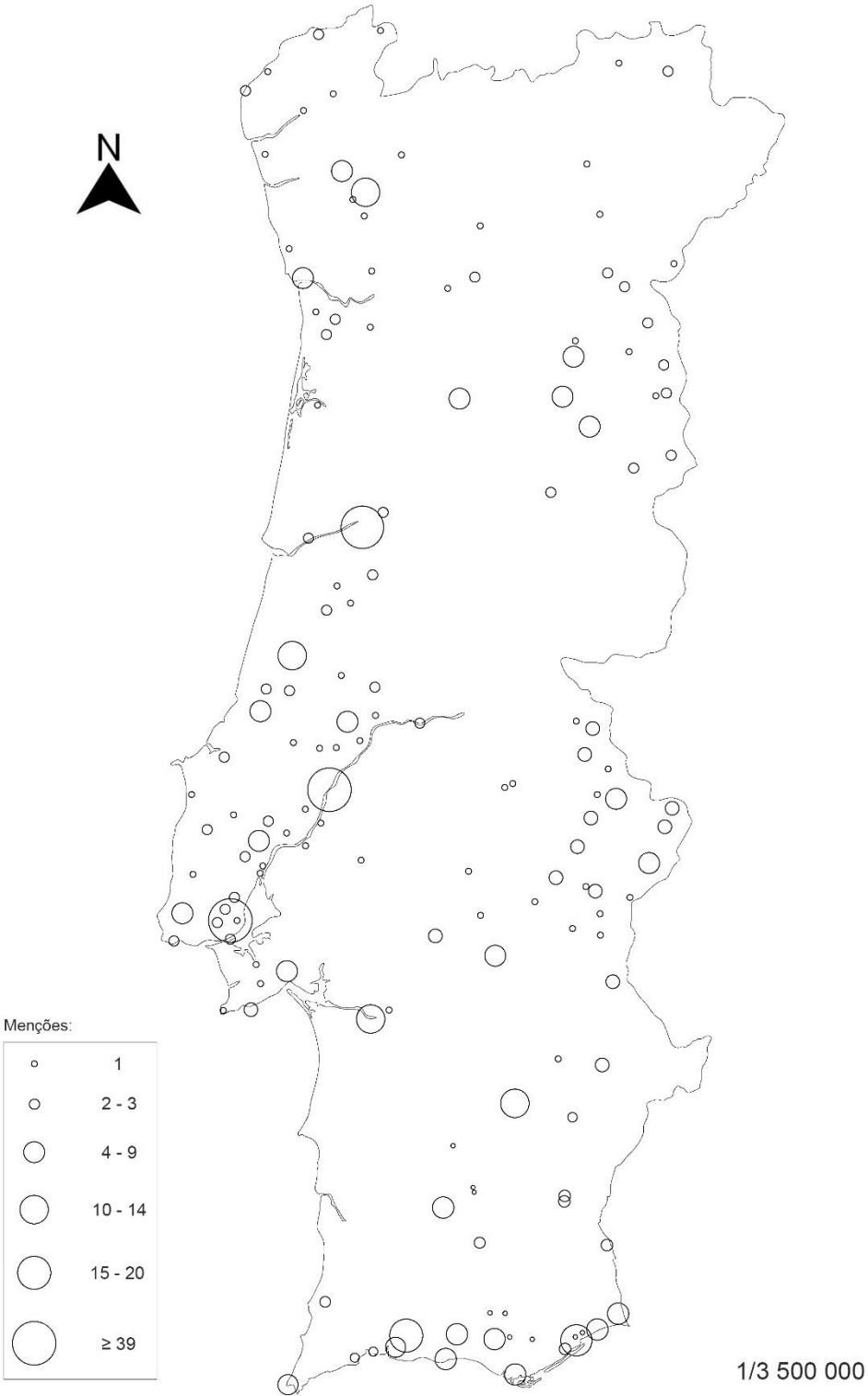
### Cronologia dos Monarcas de Aragão

<b>Monarca</b>
<b>Dinastia Jiménez</b>
D. Ramiro II
D. Petronila
<b>Dinastia de Barcelona</b>
D. Afonso II
D. Pedro II
D. Jaime I
D. Pedro III
D. Afonso III
D. Jaime II
D. Afonso IV
D. Pedro IV

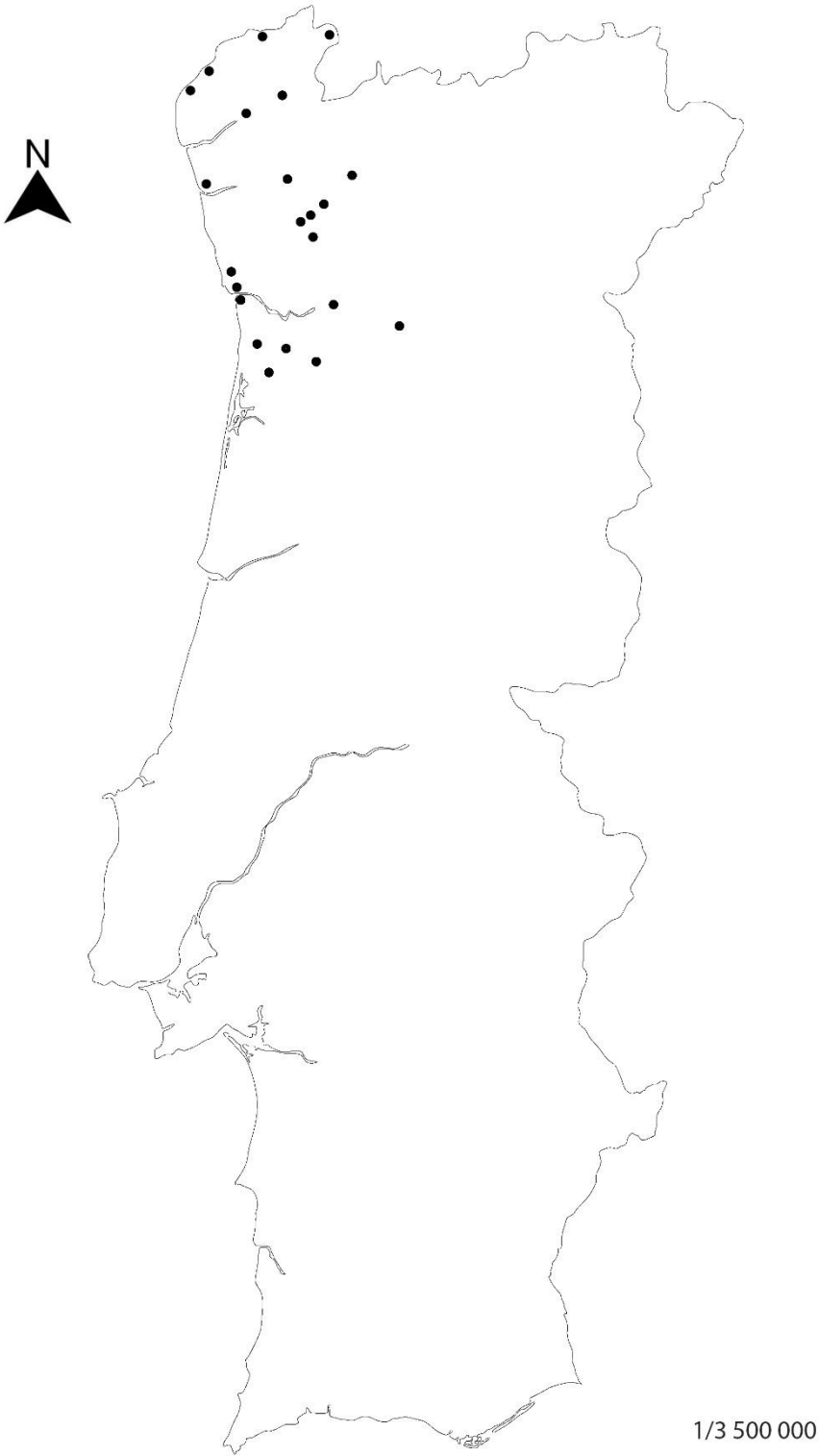
# Mapas



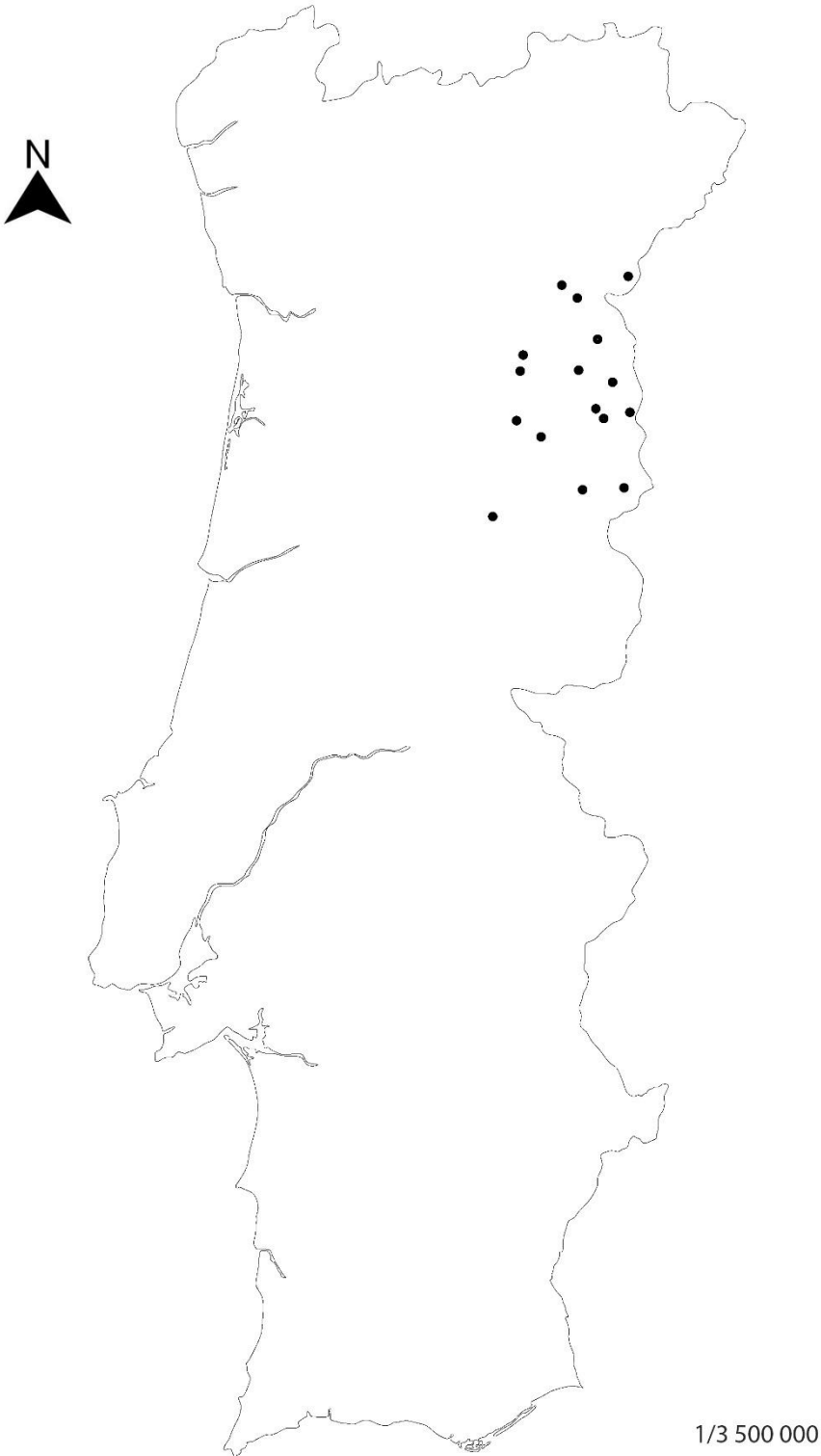
Mapa 1 - Representação de todas as menções na C1419



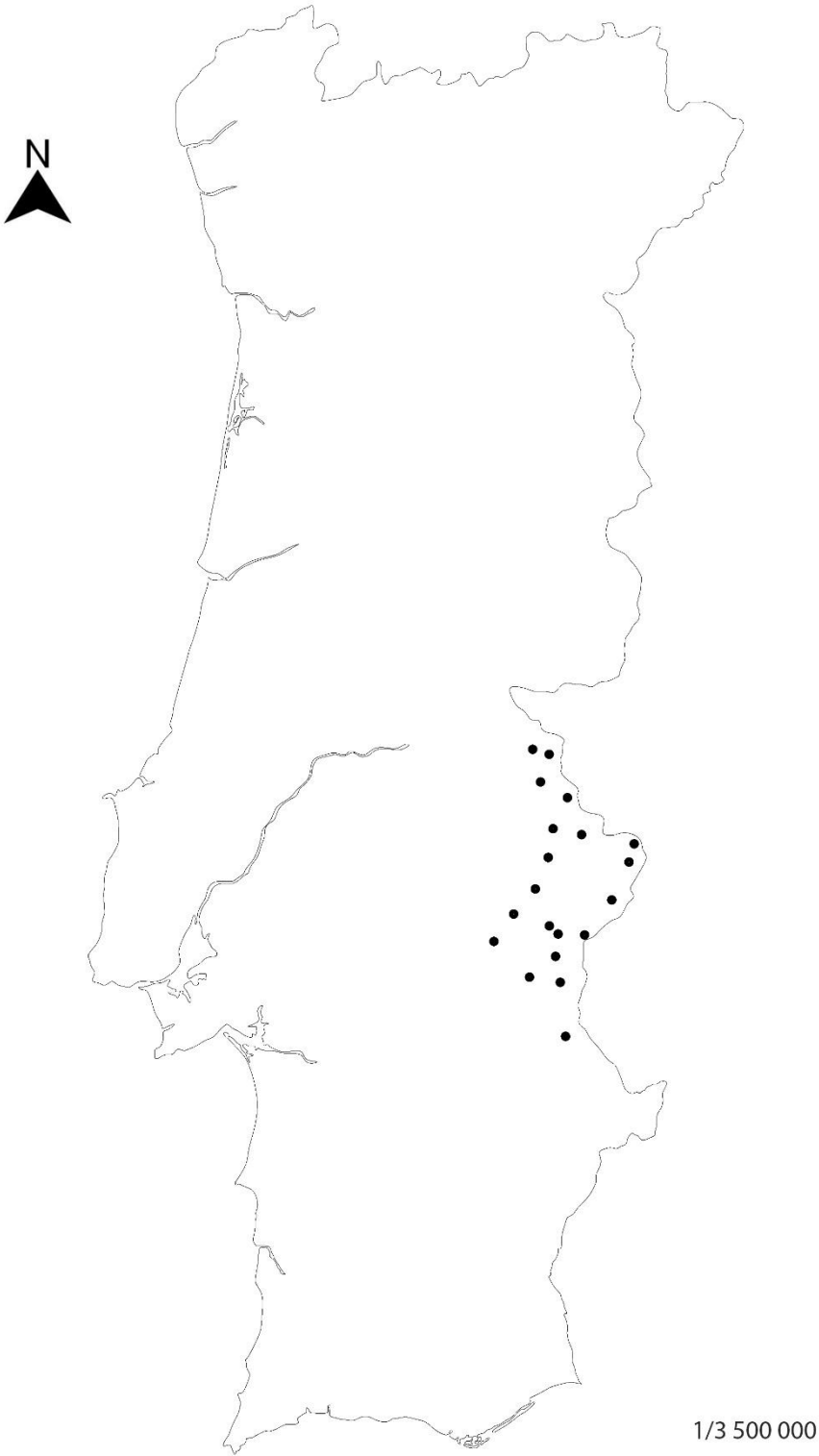
Mapa 2 - Representação da frequência das menções



Mapa 3 - Aglomeração do Minho



Mapa 4 - Aglomeração da Beira Alta



Mapa 5 - Aglomeração do Alto Alentejo



Mapa 6 - Aglomeração do Algarve



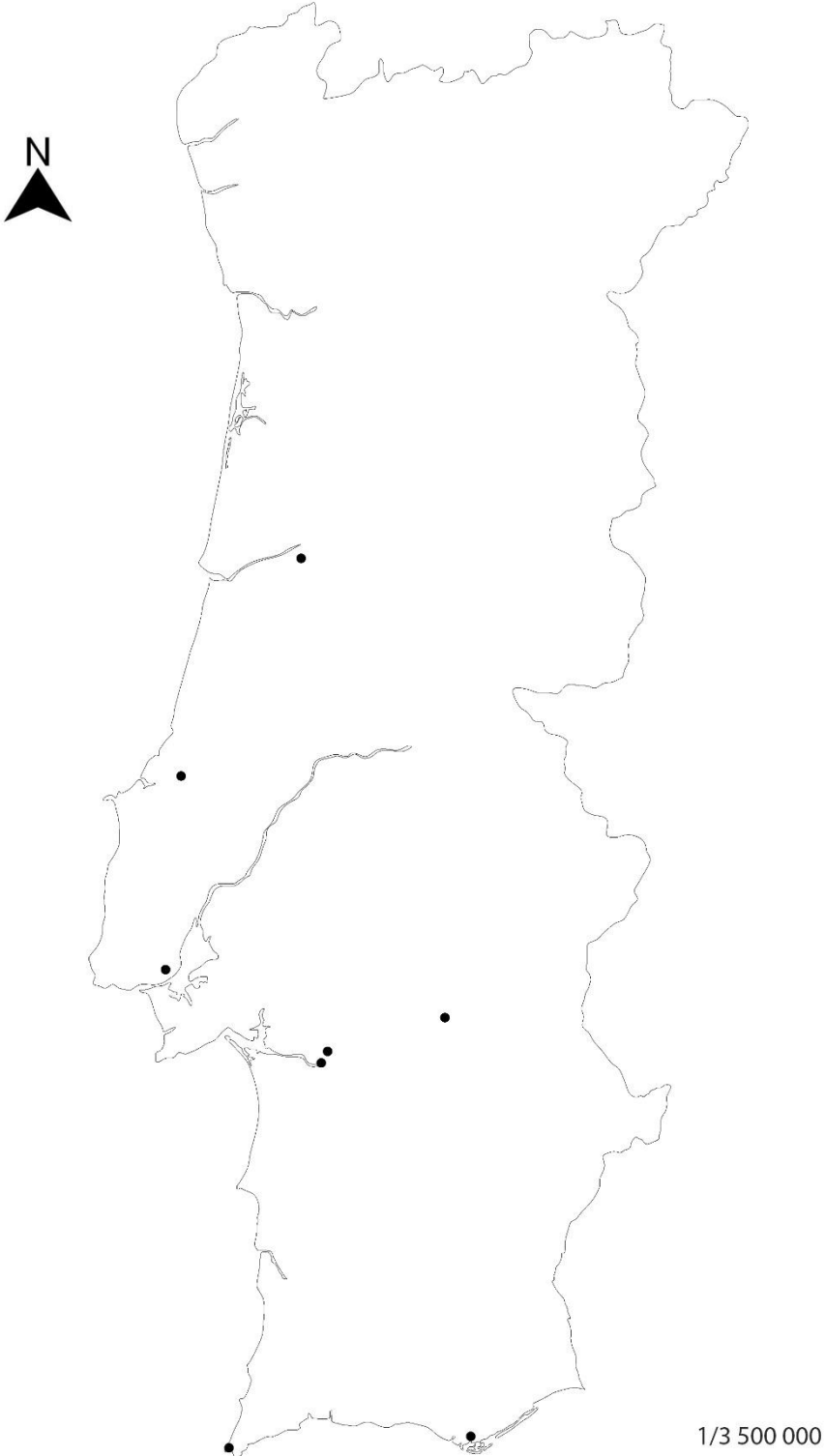
Mapa 7 - Aglomeração da Estremadura



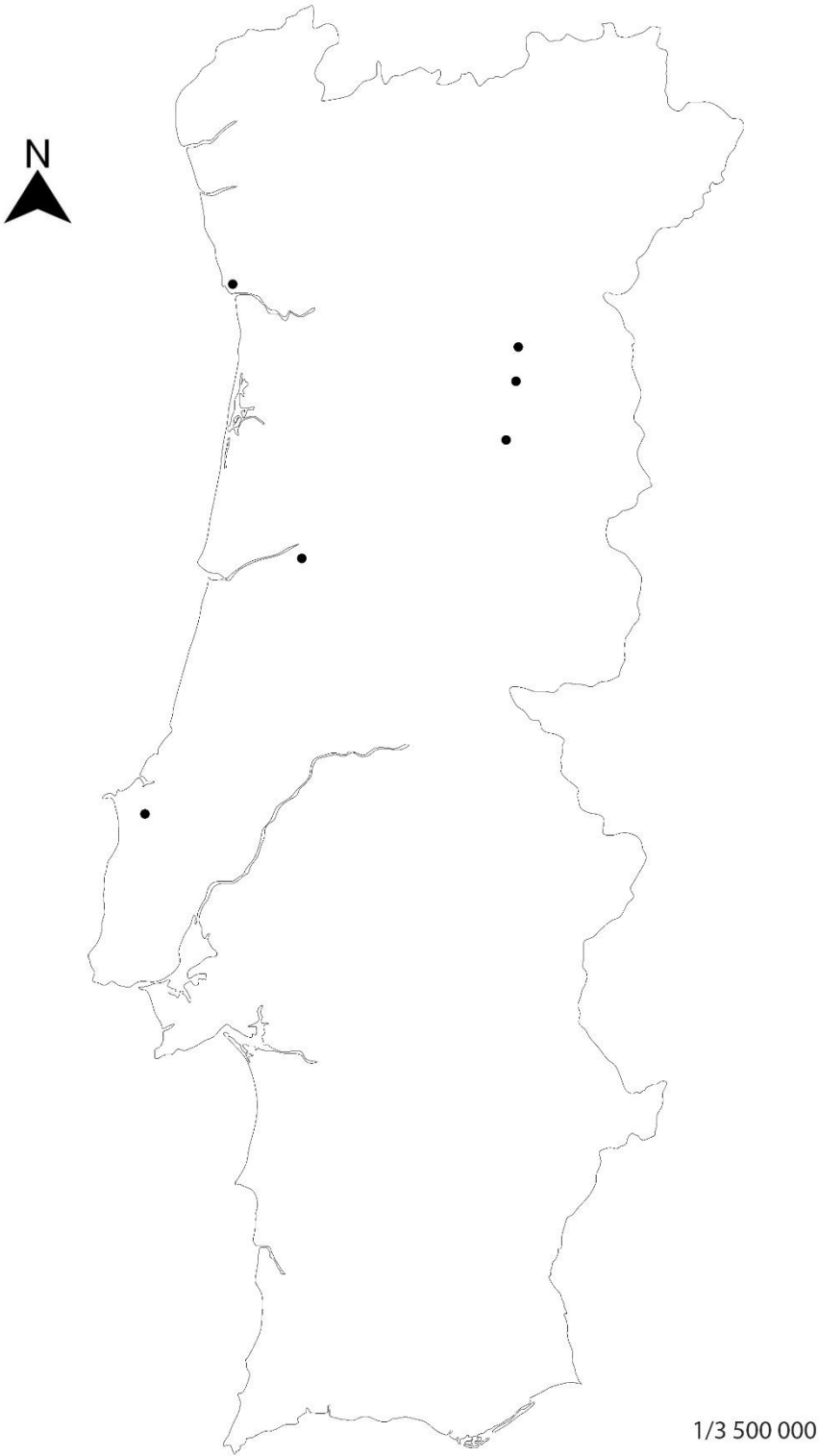
Mapa 8 - Referências no reinado de D. Afonso Henriques



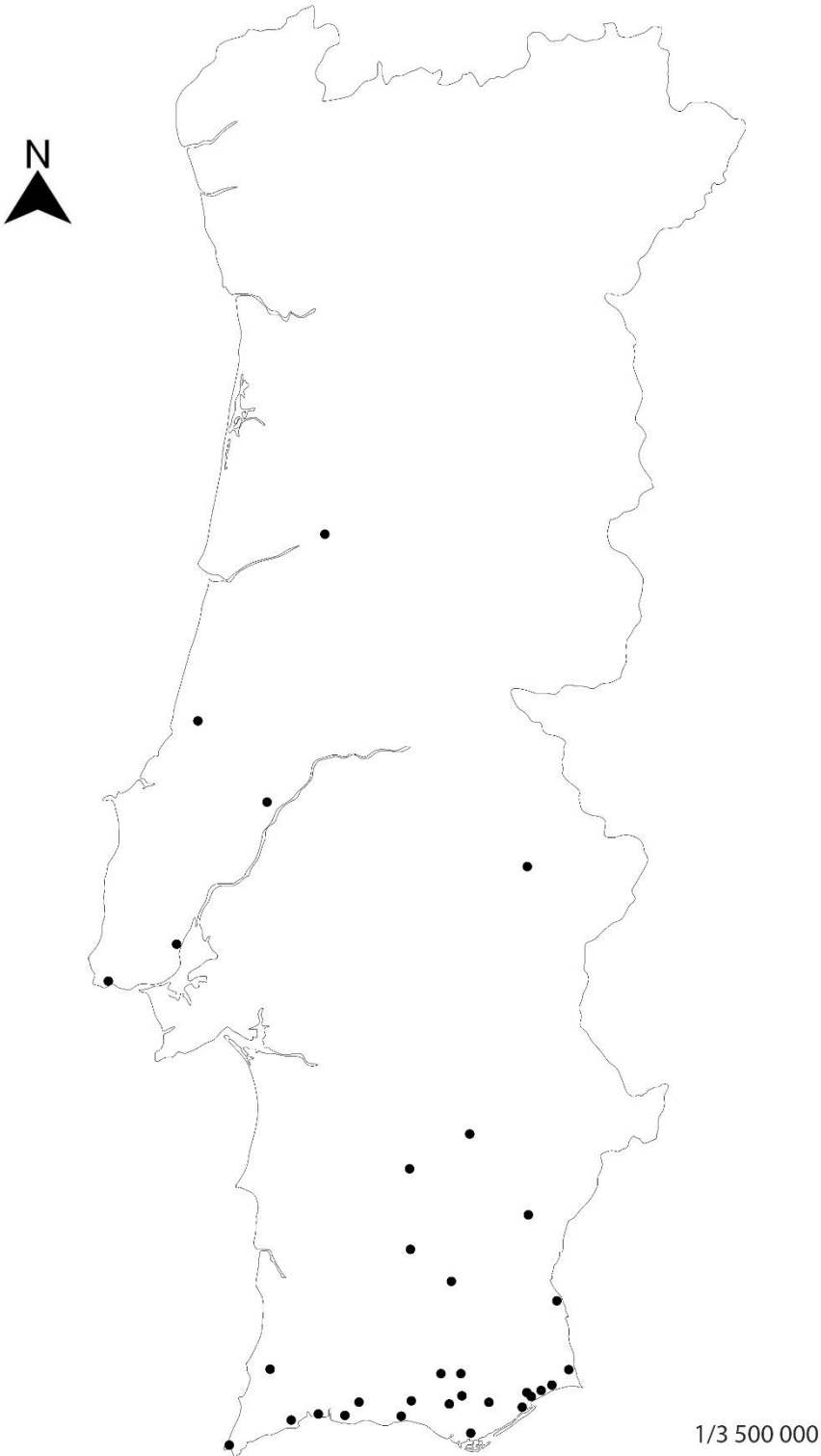
Mapa 9 - Referências no reinado de D. Sancho I



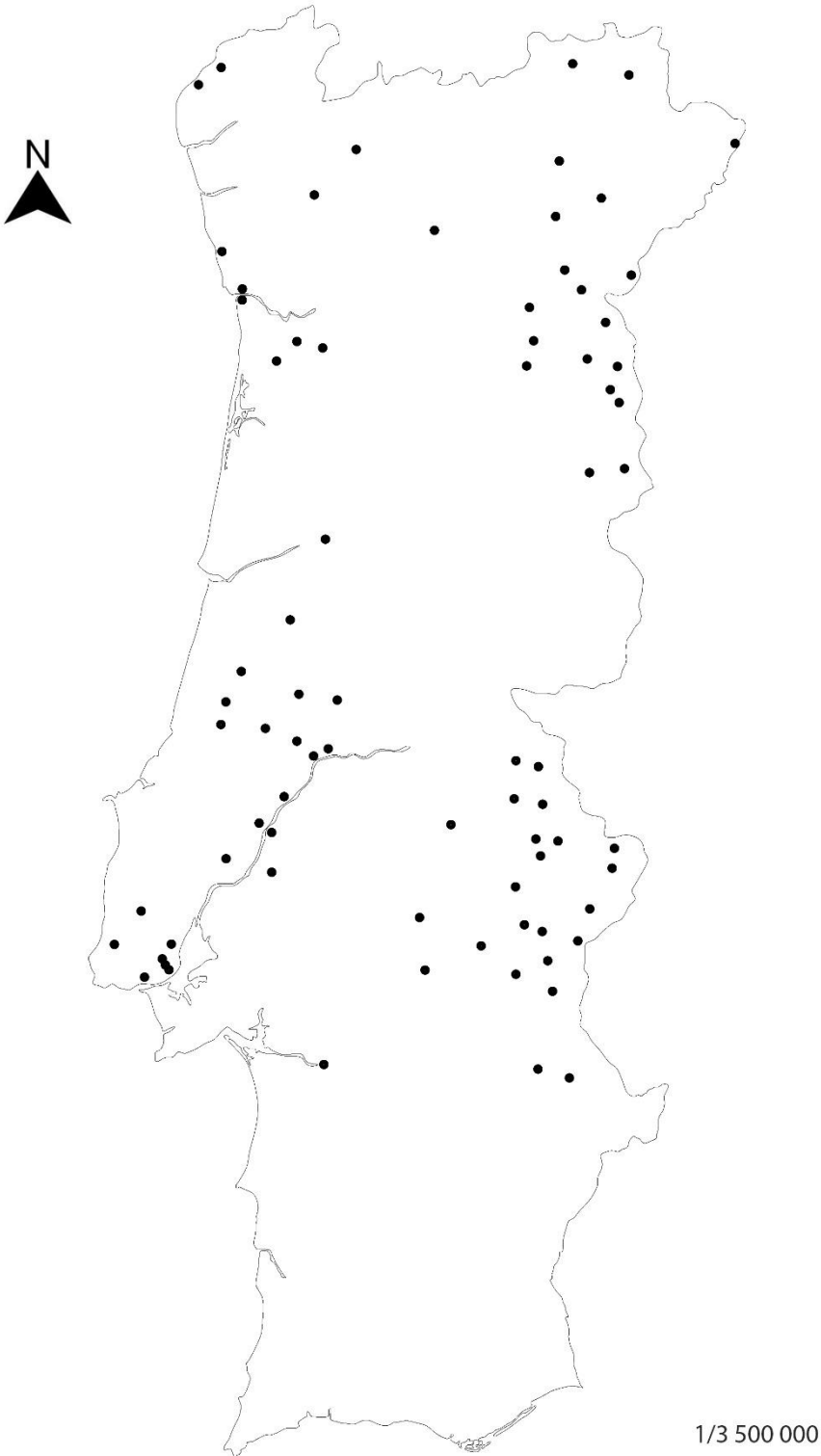
Mapa 10 - Referências no reinado de D. Afonso II



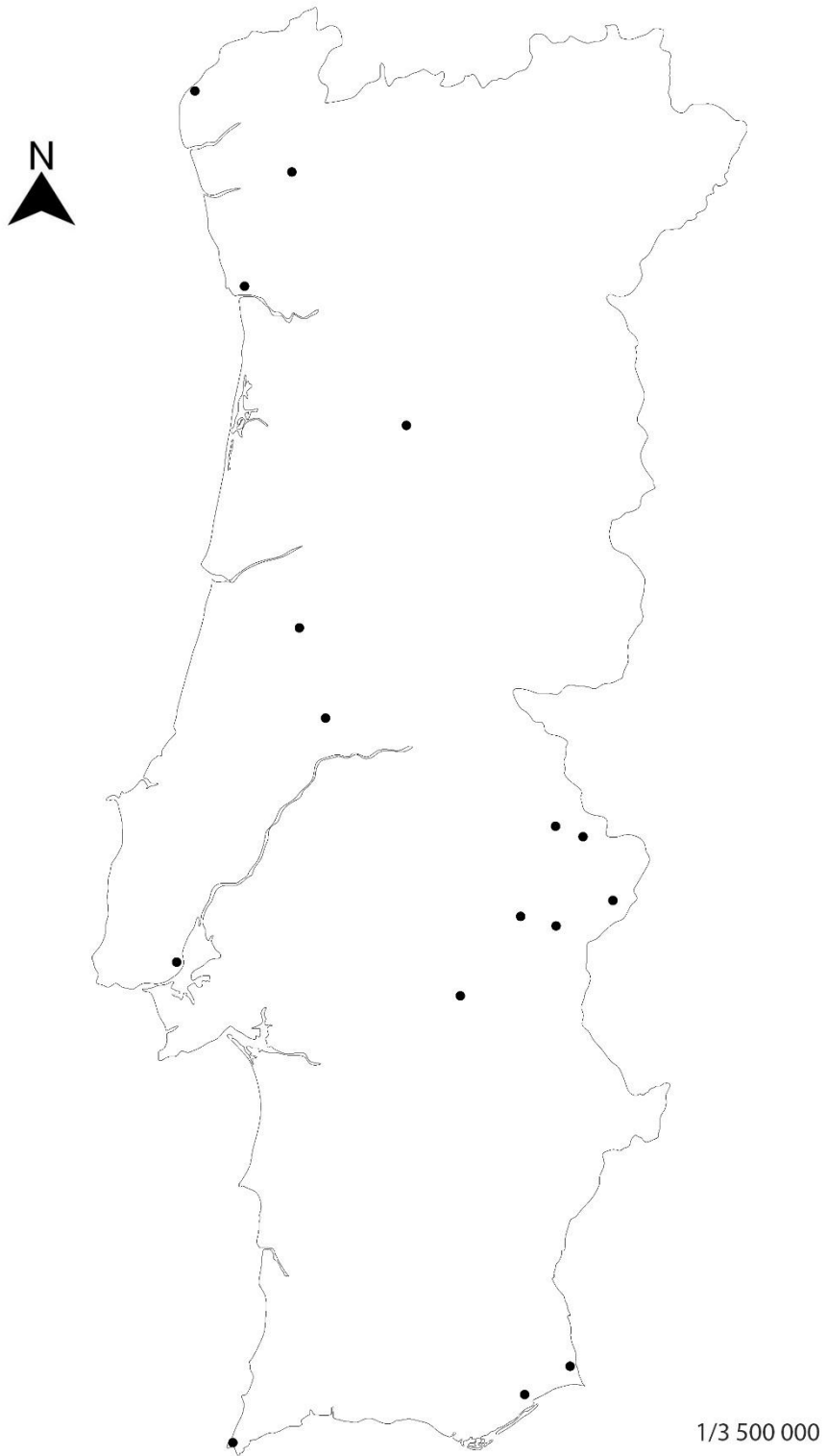
Mapa 11 - Referências no reinado de D. Sancho II



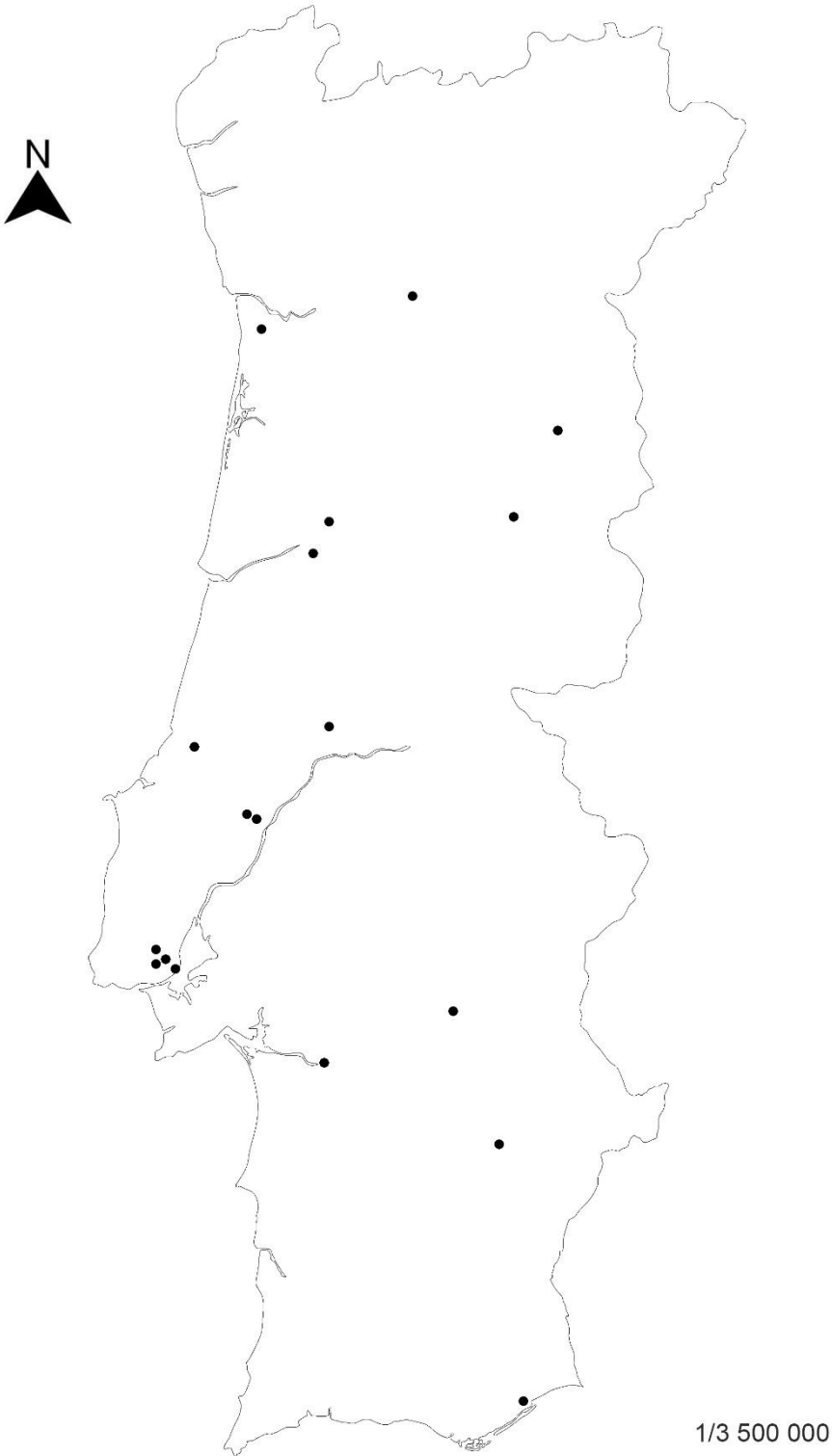
Mapa 12 - Referências no reinado de D. Afonso III



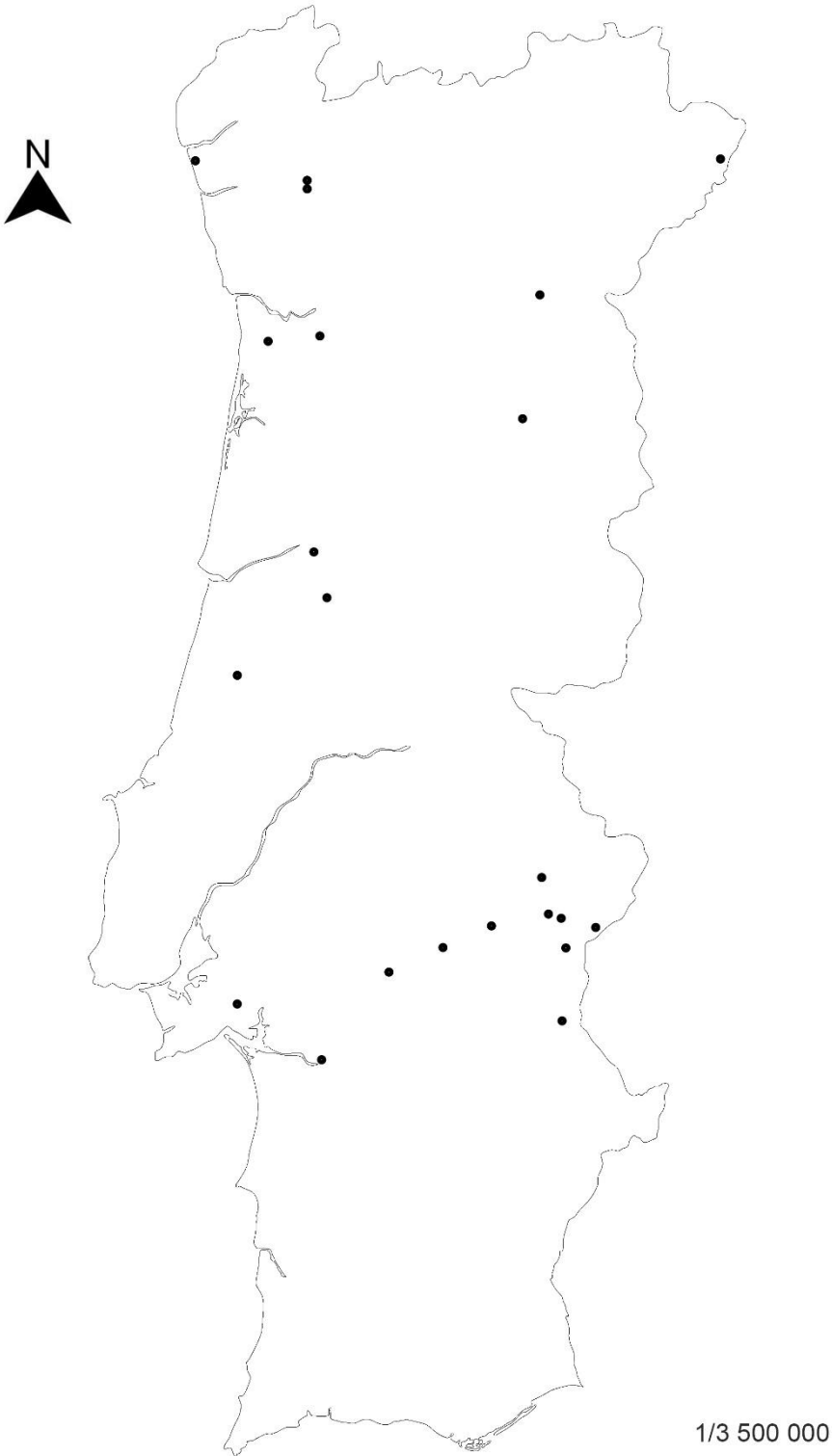
Mapa 13 - Referências no reinado de D. Dinis



Mapa 14 - Referências no reinado de D. Afonso IV



Mapa 15 Mosteiros



Mapa 16 Castelos

## Bibliografia

### Fontes

CALADO, Adelino de Almeida (Ed. Crítica) - *A Crónica de Portugal de 1419*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (Ed.) – *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1951.

DIAS, João José Alves (Transc.); DIAS, João José Alves; MARQUES, A.H.; RODRIGUES, Teresa F. (Eds.) – *Livro dos Conselhos de el-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

LOPES, João Baptista da Silva – *Relação da Derrota Naval, Façanhas e sucessos dos Cruzados que Partirão do escalda para a Terra Santa no anno de 1189*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1844.

MACHADO, José Pedro (Ed.) - *Crónica da Conquista do Algarve*. in *Anais do Município de Faro*, Faro: vol.8, 1979, pp. 239-274.

### Estudos

ALMEIDA, Fortunato de – *História de Portugal Vol. I*. Lisboa: Promoclube, s.d.

ALTAMIRA, Rafael – *Historia de España y de la civilización española Vol. 1*. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.

BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

BASTOS, Maria Rosário; DIAS, João; BAPTISTA, Manuela; BATISTA, Carla – *Ocupação do Litoral do Alentejo, Portugal: passado e presente in Revista da Gestão Costeira Integrada*. Lisboa: Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, 2012, pp. 101-118.

BRANCO, Maria João – *D. Sancho I*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

COELHO, Filomena Lopes – O Espaço e a História: Cartografia dos Topónimos da Crónica de 1419 in *Estudos Medievais*, nº 5/6. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984/85, pp. 91-128.

CORREIA, Teresa – *A Vila e as Gentes de Sines Dos Tempos Medievais à época Moderna*. Algarve: Universidade do Algarve, 2020.

CUNHA, Maria Cristina – A Comenda de Albufeira da Ordem de Avis (séc. XII – XV) In *Actas de las II Jornadas de Historia sobre Andalucia y el Algarbe (Siglos XIII – XVIII)*. Sevilha: Universidade de Sevilla, 1984, pp. 49-62.

DAVEAU, Suzanne; GALEGO, Júlia – *O Numeramento de 1527-1532 Tratamento Cartográfico*. Lisboa: Memórias do Centro de Estudos Geográficos, 1986.

FERNANDES, Carla Varela – D. Afonso IV e a Sé de Lisboa. A escolha de um lugar de memória In *Arqueologia & História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2007, pp. 143 – 166. [Disponível em: [https://www.academia.edu/307424/D\\_Afonso\\_IV\\_e\\_a\\_S%C3%A9\\_de\\_Lisboa\\_A\\_escolha\\_de\\_um\\_lugar\\_de\\_mem%C3%B3ria](https://www.academia.edu/307424/D_Afonso_IV_e_a_S%C3%A9_de_Lisboa_A_escolha_de_um_lugar_de_mem%C3%B3ria), consultado 06/10/2021].

FERNANDES, Hermenegildo – *D. Sancho II*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.

FERNANDES, Ricardo Jorge Cunha – *A Representação da Realeza e da Nobreza na Crónica de 1419*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012. [Artigo disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7872/1/RICARDO.pdf>, consultado a 02/05/2022]

FONTES, João Luís – Cavaleiros de Cristo, Monges, Frades e Eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média in *Lusitania Sacra*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2005, pp. 39-61.

GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Viseu: Difusão Editorial, 1995.

GOMES, Rita Costa – *Castelos da Raia: A Beira*. Lisboa: IPPA, 1996.

HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal*. Tomo II. Lisboa: Livraria Bertrand, 1981.

KRUS, Luis – *A concepção nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280 -1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994

LEMAÎTRE, Nicole; QUISON, Marie-Thérèse; SOT, Véronique – *Dicionário Cultural do Cristianismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999.

PÉREZ LÓPEZ, David – *Historia de Galicia*. Pontevedra, Cumio, 2015.

LYNCH, John (Dir.) – *Historia de España: Reconquista y Repoblación de la Península*. Madrid: El País, 2007a.

LYNCH, John (Dir.) – *Historia de España: Los Reinos Medievales*. Madrid: El País, 2007b.

LYNCH, John (Dir.) – *Historia de España: La Baja Edad Media: Crisis y Recuperación*. Madrid: El País, 2007c.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O Algarve na Época Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

MARQUES, João Francisco – Franciscanos e Dominicanos Confessores dos Reis Portugueses das duas Primeiras Dinastias – Espiritualidade e Política *in Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto, 1993. [Artigo disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8031.pdf> , consultado a 02/05/2022]

DÍAZ MARCILLA, Francisco José – A Imagem dos Europeus nas Crónicas Portuguesas do Século XV in *Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI*. Lisboa: IEM/ CHAM, 2019, pp- 153 – 174. [Artigo disponível em: [https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/17597620/Portugal\\_e\\_a\\_Europa\\_nos\\_s\\_culos\\_XV\\_e\\_XVI\\_Olhares\\_rela\\_es\\_identidade\\_s\\_.pdf](https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/17597620/Portugal_e_a_Europa_nos_s_culos_XV_e_XVI_Olhares_rela_es_identidade_s_.pdf) , consultado 14/06/2021]

MARQUES, A. H. Oliveira – Para a História do Algarve Medieval *in Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 1987, pp. 55-60.

MARQUES, A. H. Oliveira; SERRÃO, Joel (dir.) – *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

MARQUES, A. H. Oliveira; SERRÃO, Joel (dir.) – *Nova História de Portugal: Portugal em definição de fronteira do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

MARTINS, Miguel Gomes – A Guerra Esquiva. O conflito luso-castelhano de 1336-1339. In *Promontoria* nº 3. Lisboa: Sapiencia, 2004, pp. 19-80. [Artigo disponível em: [https://sapiencia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7118/1/PROM03\\_pp019-080.pdf](https://sapiencia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7118/1/PROM03_pp019-080.pdf), consultado a 19/02/2021]

MATTOSO, José – *Identificação de um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal 1096-1325*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

MATTOSO, José – *Identificação de um país: Oposição*. Obras Completas, Volume II. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001a.

MATTOSO, José – *Identificação de um país: Composição*. Obras Completas, Volume III. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001b.

MATTOSO, José – *Identificação de um país*. Obras Completas, Volume VI. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001c.

MATTOSO, José – *Portugal Medieval Novas Interpretações*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002

MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

MOREIRA, Filipe Alves – *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*. Lisboa: Estratégias Criativas, 2008.

MOREIRA, Filipe Alves – *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posterioridade*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2010.

MORENO, Humberto Baquero – As relações de fronteira no século de Alcañices (1250 – 1350): o tratado de Alcañices in *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto, 1998, pp. 641-653.

OLIVEIRA, Luís Filipe – De Leão a Portugal: A Ordem Militar de Santiago *In Ad Limina*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2020, pp. 129-152.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

RIBEIRO, João Pedro – *Memorias para a historia das inquirições dos primeiros reinados de Portugal*. Lisboa: Imprensa Régias, 1815. [Disponível em: <https://archive.org/details/memoriasparahist00ribe>, consultado a 27/05/2021]

RODRIGUES OLIVEIRA, Ana - *Rainhas medievais de Portugal. Dezassete mulheres, duas dinastias, quatro séculos de História*. Lisboa: A esfera dos livros, 2010.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal [1080-1415]*. Lisboa: Verbo, 1977.

SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal, 6 vols*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento – Guia Histórico, 3ª edição*. Lisboa: Livros Horizonte, 2016.

VICENTE, Maria da Graça – *Entre Zêzere e Tejo Propriedade e Povoamento (Séc. XII – XIV)*. Dissertação em História Medieval. Lisboa: Universidade de Lisboa Faculdade de Letras, 2013.